UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FCT - Campus de Presidente Prudente

KARIN GABRIEL SILVA MORENO DE SOUZA

Organização Produtiva do MST no Pontal do Paranapanema: Um estudo sobre a COCAPAR

Presidente Prudente – SP

2017

KARIN GABRIEL SILVA MORENO DE SOUZA

Organização Produtiva do MST no Pontal do Paranapanema: Um estudo sobre a COCAPAR

Orientador: Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Presidente Prudente – SP

2017

KARIN GABRIEL SILVA MORENO DE SOUZA

Organização Produtiva do MST no Pontal do Paranapanema: Um estudo sobre a COCAPAR

Dr. Bernardo Mançano Fernandes

_____

Ms. Camila Ferracini Origuéla

_____

Dr. Luís Antonio Barone

_____

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Presidente Prudente – SP

2016

Dedicatória

À Deus, causa primeira de todas as coisas, seu fôlego de vida em mim me foi sustento e me deu energia para desenvolver os estudos.

Aos meus pais, Maria de Lourdes e Osvaldo Moreno.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meu pai, Osvaldo Moreno de Souza, minha mãe, Maria de Lourdes Silva, pelo apoio incondicional e as minhas irmãs, Professora/Pedagoga Stefanye Silva Souza e Dr.ª Letícia Silva Souza (Integrante da O.A.B – PR, advogada e integrante do TJ - PR), que estiveram sempre presentes me apoiando e me dando forças, conselhos, impulsos, para que eu continuasse nos estudos durante essa etapa da minha vida. Sempre me senti seguro para continuar.

Um agradecimento especial, aos meus amigos e colegas que sempre torceram por mim e me apoiaram no decorrer da universidade e em outras jornadas da vida.

Agradeço fraternalmente aos amigos professores, Eunice Moreno de Souza e Agenor Leal, pelos conselhos e incentivos.

Agradeço também, aos momentos vivênciados lecionando aulas, adquirindo experiências, participando de eventos pedagógicos e gerando aprendizados múltiplos, que ocorreram no Cursinho Pré-Vestibular Ideal.

Obrigado também, a toda minha família pelo apoio, em especial às minhas tias, Edna Moreno, Valdira Moreno, Tereza Cristina Silva e agradeço ao apoio incondicional de minha madrinha Valdeci Moreno de Souza.

Obrigado pelo apoio, agradeço ao meu primo, Rui Alves, Auditor Financeiro e membro da FECAP - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, agradeço pelo apoio a minha prima Tereza Alves De Oliveira, e agradeço pelas boas sugestões e pelos bons conselhos, ao meu padrinho Roberto Alves.

Agradeço pelo apoio, aos meu tios, 1º Sargento da Polícia Militar Ambiental Aparecido Vieira e Capitão Sinval Dutra Fernandes, das Forças Armadas do Brasil, membro do Ministério da Defesa pelo Exército Brasileiro.

Muito obrigado também a minha namorada, Mariáguida Delfim, que compartilhou comigo esse momento, foi muito paciente em minhas ausências e me ajudou bastante me dando dicas e apoio moral para o desenvolvimento deste e de todos os outros trabalhos da universidade.

Agradeço ao meu orientador Dr. Bernardo Mançano Fernandes por ter me ajudado e me guiado no decorrer destes estudos, meu trabalho foi precedido de outro predestinado, o qual representou o pesquisador buscador, preparador, o qual se aprimora para se tornar um graduado, fazendo surgir depois o Geógrafo. Agradeço também aos membros da banca

examinadora que foram importantes para o desenvolvimento do estudos, Ms. Camila Ferracine Origuéla e Dr. Luiz Antônio Barone.

Agradeço fraternalmente também, a minha grande amiga, artista visual e fotógrafa, senhorita Bianca Marolla, que colaborou imensamente na confeccção da capa deste trabalho.

Obrigado também, ao grupo NERA, pela oportunidade de participar de atividades, que colaboram na construção do conhecimento acâdemico, em seguida agradeço aos membros do grupo, que colaboraram no desenvolvimento da pesquisa. Obrigado aos entrevistados durante a pesquisa, por dedicar a nós minutos que tenho certeza que são preciosos em seus dia-a-dia corridos. Agradeço aos membros do MST, que contribuiram no desenvolvimento da pesquisa.

Obrigado à Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho', campus de Presidente Prudente (SP), pelas experiências vivênciadas. Agradeço também ao Departamento de Geografia da mesma instituição, muito obrigado a esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Agradeço a todos os professores do curso de Geografia, por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional e intelectual, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me transmitido o conhecimento necessário, mas por terem me feito aprender e a buscar cada vez mais, novos conhecimentos.

Sou muito grato também às adversidades que apareceram durante a jornada de pesquisa, pois elas me ensinaram a tolerância, a simpatia, o auto-controle, a perseverança e outras qualidades que, sem essas adversidades, eu jamais conheceria.

Agradeço ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), que durante a minha graduação, apoiou as minhas pesquisas e estudos realizados entorno da questão agrária.

Agradeço a Deus, e ao grande mestre Jesus Cristo.

Enfim, muito obrigado a todos que me apoiaram em mais esta jornada.

El cooperativismo deve ser fuerza motriz para lograr tanto la actividad productiva, como la justicia social.

(Ramón Colón Torres ; 1995)

RESUMO

O objetivo principal da pesquisa é compreender a organização produtiva dos assentados, que fazem parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Pontal do Paranapanema, Estado de São Paulo, a partir do estudo da Cooperativa dos Assentados da Região do Pontal do Paranapanema (COCAPAR). Para isto, analisou-se historicamente o cooperativismo do MST no Pontal do Paranapanema, a constituição e estrutura organizativa da COCAPAR e, por fim, a construção da agroindústria de vegetais, observando os sistemas produtivos das famílias interessadas em participar da agroindústria, as políticas públicas envolvidas e os avanços e desafios deste processo em áreas de reforma agrária, contribuindo, desta forma, com discussões sobre desenvolvimento territorial rural. Os procedimentos metodológicos consistiram em levantamento bibliográfico e documental, sistematização dos dados sobre ocupações de terra e assentamentos rurais do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), sistematização dos dados sobre os sistemas produtivos das famílias interessadas em produzir para a agroindústria e entrevista semi-estruturada com membros do MST que coordenam a COCAPAR.

Palavras-chave: Reforma agrária; cooperativismo; MST; COCAPAR.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo analizar la producción rural de familias asentadas por el proceso de reforma agraria en la región de Pontal Parananapanema, así como el estudio del desarrollo territorial en los asentamientos rurales y la reproducción del campesinato en la región, que se encuentra en el estado de Sao Paulo. Vamos a utilizar la ciencia geográfica, de acuerdo con la investigación empírica, para comprender, para investigar, identificar y describir los cambios y conflictos de cuestión agraria y campesina la vida cotidiana en la región. Entre los muchos desafíos que enfrenta la reforma de la tierra en el estado de Sao Paulo, hay la falta de planificación de uso del suelo en muchos territorios rurales. Através de este proyecto de investigación , traemos la propuesta de aplicar cuestionarios y llevar a cabo entrevistas con los productos de los agricultores, el estudio de la construcción y operación de la Cocapar cooperativo (COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DA REGIAO DO PONTAL), la observación de los aspectos de la estructura, el funcionamiento y la organización de actividades en la cooperativa.Buscamos para observar la organización rural del MST (Movimiento de los trabajadores rurales), y el desarrollo de las familias que participan en la cooperativa y analizar la construcción de la agroindústria , propuesto por familias de colonos . Al observar el desarrollo de los lotes rurales en los asentamientos, contribuyendo así al desarrollo social de la comprensión de las familias asentadas.

Palabras -clave: Reforma Agrária**,** Cooperativismo; MST, COCAPAR

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 – Número de Ocupações de Terra no Pontal do Paranapanema (1988-2015).....23

Mapa 2 – Geografia dos Assentamentos Rurais – Número de Assentamentos Rurais (1979-2015).....24

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Planilha de dados: Plataforma Chayanov.....30

Imagem 2 – Barracão do Produtor.....81

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Categorias do DATALUTA.....20

Quadro 2 – Fontes de Categorias DATALUTA.....20

Quadro 3 – Informações sobre os grupos da REDE DATALUTA.....21

Quadro 4 – Jornais do DATALUTA.....22

Quadro 5 – Diferenças entre formas de cooperativismo.....51

Quadro 6 - Formas de cooperação – MST.....53

Tabela 1 – COCAPAR/AGORINDÚSTRIA: Dimensão da produção.....87

Tabela 2 – COCAPAR/AGORINDÚSTRIA: Diversificação Produtiva.....88

LISTA DE GRÁFICOS E DIAGRAMAS

Gráfico 1 – Número de ocupações de terra no Pontal do Paranapanema (1988 – 2015).....45

Gráfico 2 – Número de Famílias em Ocuapações de Terra no Pontal do Paranapanema (1988 – 2015).....45

Gráfico 3 – Número de Assentamentos no Pontal do Paranapanema (1988 – 2015).....46

Gráfico 4 – Geografia dos Assentamentos Rurais no Pontal do Paranapanema (1988 – 2015).....46

Diagrama 1 – Esquema (SCA).....55

Diagrama 2 – Organização da COCAPAR.....74

Diagrama 3 – Plano de comercialização.....83

Diagrama 4 – Estrutura Agronidústria e Tipologia de Custos.....84

LISTA DE SIGLAS

(Ordem dos Advogados do Brasil) - O.A.B

(Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) - MST

(COOPERATIVA DOS ASSENTADOS NO PONTAL DO PARANAPANEMA) - COCAPAR

(Núcleo de Estudos e Projeto de Reforma Agrária) - NERA

(Projeto de Estudos da Luta Pela Terra) - DATALUTA

(Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) - INCRA

(Universidade Estadual Paulista) - UNESP

(Comissão Pastoral da Terra) - CPT

(Programa de Aquisição de Alimentos) - PAA

(Institutos de Terra do Estado de São Paulo) - ITESP

(União dos Ruralistas) - UDR

(Ministério de Desenvolvimento Agrário) - MDA

(Relatório de Impactos Socioterritoriais) - RIST

(Área de Preservação Permanente) - APP

(Conselho Nacional de Pesquisas Ciêntificas) - CNPQ

FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo

(Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado) - FECAP

(Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) - PRONERA

(Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo) - CEAGESP

(Programa Nacional de Alimentação Escolar) - PNAE

(Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar) - FETRAF

(Companhia Nacional de Abastecimento) - CONAB

(Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil) - CONCRAB

(Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) - PROCERA

(ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA) AGROTUR

(Cooperativas Escolares de SP) - COOESP

(Sistema Nacional de Cadastro Rural) - SNCR

(Laboratório de Geografia Agrária) - LAGEA

(Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade) - GEOLUTAS

(Núcleo de Estudos Agrários) - NEAG

(Grupo de Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal) - GECA

(Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato) - GETEC

(Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos) - LABERUR

(Observatório dos Conflitos no Campo) - OCCA

(Laboratório de Estudos Territoriais) - LABET

(Movimento dos Agricultores Sem Terra) - MAST

(Sistema Cooperativista dos Assentados) - SCA

(FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PRODUTORES RURAIS) - FAMHESP

(Instituto de Desenvolvimento Rural) - IDR

(Central de Abastecimento de Hortifrutigranjeiros) - CEASA

(Fundo Estadual de Recursos Hídricos) - FEHIDRO

(Associação Produtores Rurais) - APRACON

(Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) - CNPJ

(FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE ASSENTADOS E AGRICULTORES FAMILIARES DO OESTE PAULISTA) - FAAFOP

(Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal) - COCAMP

(Federação dos Empregados Rurais e Assalariados do Estado de São Paulo) - FERAESP

(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo) - IFSP

(Faculdade de Tecnologia de São Paulo) - FATEC

(Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial) - NEDET

(Colegiado de Desenvolvimento Territorial) - CODETER

(Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica) - PIBIT

(Centro de Documentação e Memória da UNESP) - CEDEM

Sumário

Introdução **14**

1. As pesquisas do NERA sobre a luta pela terra e pela reforma agrária **19**

1.1. O DATALUTA 19

1.2. O RIST 25

1.3. A iniciação tecnológica 27

1.4. A Plataforma Chayanov 28

1.5. A experiência com a COCAPAR 31

2. Teoria e metodologia **33**

2.1. Referencial teórico e conceitual 33

2.2. Pesquisa documental e trabalho de campo 37

2.3. Os procedimentos para análise da formação da COCAPAR 38

3. A luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema **40**

3.1. A Grilagem de terras 40

3.2. A luta pela terra e a busca pela reforma agrária 42

3.3. Breve histórico sobre os assentamentos rurais que são a base familiar da COCAPAR 48

4. As mudanças no Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) do MST **51**

4.1. As experiências cooperativistas da década de 1990 51

4.2. O setor de produção, cooperação e meio ambiente 57

5. As experiências cooperativistas do MST no Pontal do Paranapanema **60**

5.1. A COCAMP 60

5.2. Outras cooperativas 61

6. A formação da COCAPAR **66**

6.1. Fundação 66

6.2. Funcionamento 71

6.3. A tentativa de criação da agroindústria 76

Considerações finais **95**

Referências **100**

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como objetivo compreender o cooperativismo do MST, na região do Pontal do Paranapannema, buscando analisar construção e atuação da cooperativa Cocapar (COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DA REGIAO DO PONTAL), observando aspectos da estrutura, funcionamentos e organização das atividades na cooperativa, analisando a organização rural das famílias assentadas pelo processo de Reforma Agrária na região do Pontal do Paranapanema. Nos estudos analisamos a produção das famílias assentadas, que inserem seus produtos na formação de uma agroindústria, buscando contribuir com a construção do desenvolvimento territorial na região dos assentamentos em que a cooperativa e a agroindústria estão localizadas, compreendendo a reprodução do campesinato nos assentamentos, observando fundamentalmente a organização territorial nos Assentamentos Rurais São Bento e Antônio Conselheiro, localizados no estado de São Paulo. Nós utilizaremos da ciência geográfica em conformidade com as pesquisas à campo, para compreender, investigar, identificar e descrever, as atualidades e conflitualidades da Questão Agrária e do cotidiano camponês, na região.

Observamos a organização rural do MST(Movimento dos Trabalhadores Rurais), e o desenvolvimento das famílias que participam da cooperativa, analisando a construção da Agroindústria, proposta pelas famílias assentadas. Observando desenvolvimento rural dos lotes nos assentamentos, contribuindo assim para a compreensão do desenvolvimeno social das famílias assentadas.

Durante dois anos desenvolvemos um projeto de iniciação científica PIBIT/CNPq (2012/2013), intitulado “GEOGRAFIA AGRÁRIA E TECNOLOGIA: Recursos tecnológicos como suporte para a organização dos dados da luta pela terra e da Questão Agrária no Brasil”. Analisamos as tecnologias utilizadas no NERA (Núcleo de Estudos e Pesquisas da Reforma Agrária) para a confecção de materiais como gráficos, mapas, tabelas e publicações (revista e boletins). Foi uma pesquisa, que contribuiu e influênciou nossos atuais projetos e estudos ciêntíficos. Contribuímos, através de nossos estudos, no uso e criação de diferentes recursos tecnológicos (Softwares) com o trabalho de organização e sistematização dos dados do DATALUTA. Dessa forma, apontamos as relações entre a pesquisa e a tecnologia desenvolvida no NERA, base fundamental para os trabalhos desenvolvidos no grupo.

O grupo de pesquisa NERA é vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente

Prudente. O DATALUTA é um banco de armazenamento de dados referentes à questão agrária brasileira, englobando assuntos como assentamentos rurais, estrangeirização de terras, estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais, manifestações do campo e ocupações de terras. Foi o primeiro projeto de pesquisa desenvolvido no NERA, e constitui hoje o seu mais importante projeto.

No primeiro capítulo, até o subcapítúlo 1.5, são apresentas as pesquisas do NERA, que são base para o desenvolvimento dessa monografia, sem estas pesquisas, não conseguiriamos desenvolver este estudo, elas contextualizam, todas as atividades a qual o pesquisador pode participar durante sua graduação, possibilitando hoje a construção dessa monografia, é fundamental a exposição destes temas, para o entendimento de como o grupo de pesquisa tem avançado nos estudos.

Dentre os muitos desafios que a reforma agrária enfrenta no estado de São Paulo está a falta de organização produtivas nos lotes das famílias assentadas, segundo FABRINI (2007) os camponeses históricamente enfrentam dificuldades em manejar suas produções rurais, por conta de falta ao acesso tecnologico e instrumental. Através desse projeto de pesquisa, trazemos a proposta de aplicar questionários e realizar entrevistas com produtos camponeses, estudando a construção e atuação da cooperativa Cocapar (COOPERATIVA DOS ASSENTADOS DA REGIAO DO PONTAL), observando aspectos de estrutura, funcionamento e organização das atividades na cooperativa.

Inicialmente compreendemos que a Cocapar e a construção de Agroindústria se desenvolve principalmente com as famílias assentadas no Assentamento São Bento e no Assentamento Antônio Conselheiro, localizados nos municípios de Teodoro Sampaio e Mirante do Paranapanema, no Estado de São Paulo, na região do Pontal do Paranapanema. Pensamos que a conquista dos assentamentos representa algo para além da simples concessão de terras, mas também a inserção de uma nova proposta de agricultura, baseada nas relações sociais de trabalho, e na produção de alimentos saudáveis, sem o uso indiscriminado de agrotóxicos. O que se inicia como um estudo de caso, pretende também demonstrar a importância da reforma agrária, para a inclusão social das pessoas envolvidas na luta pela terra, se apoiando em métodos de organização dos dados e informações sobre o território camponês.

Para uma região como o Pontal do Paranapanema marcada historicamente pela presença de grileiros, como demonstra Fernandes (1999), a implantação dos assentamentos rurais é um fator significativo de que a luta pela terra é movida principalmente pelas

ocupações de terra. Os assentamentos na região surgem como fruto da luta pela terra, as ocupações dos trabalhadores rurais, existem desde 1960 na região, segundo Silva (2006). Para Fernandes (1999), os primeiros assentamentos surgiram em por volta dos anos 1988, como consequência da luta organizada pelo MST, buscando a Reforma Agrária. Umas das formas de organização produtiva do MST, é a criação de cooperativas, buscando desenvolvenimento na produção e comercialização dos produtos rurais. Nosso objetivo de pesquisa, é estudar uma dessas experiências de cooperação dos trabalhadores rurais, analisando a Cocapar.

O processo de conquista do território do assentamento tem origem na luta pela terra, quando através das ocupações e dos acampamentos os camponeses reivindicam a desapropriação de áreas, que segundo Coca (2008), não tem obedecido a sua função social para que neles sejam assentadas famílias que estabelecerão novas formas de produção.

Após a conquista da terra os trabalhadores camponeses assentados iniciam uma nova luta agora para manter a soberania de seus territórios e desenvolver a permanência na terra, bem como o emancipação social, muitas vezes buscam organizar cooperativas, como uma estratégia de desenvolvimento inserida pelos membros do MST.

A Cocapar, na ragião do Pontal, foi formada pelos trabalhadores camponeses dos assentamentos São Bento e Antônio Conselheiro, além destes, os assentamentos Bom Pastor, Roseli Nunes, Santa Cruz, Arco Íris e Estrela Dalva, também possuem participação conjunta à COCAPAR, e estão vinculados a estrutura organizativa., vínculados ao MST, a cooperativa vem sendo organizada desde 2001, e em 2006 foi registrada no município de TEODORO SAMPAIO, como cooperativa das famílias assentadas. No ano de 2015 surgiu a demanda da formação de uma agroindústria, para organizar e expandir a comercialização dos produtos advindos do campo, grando industrialização dos produtos do campo, contribuindo desta forma, com a agregação de valor e expansão das vendas dos produtos, por conta do aumento proporcional da produção de alguns lotes, buscando à emancipação das famílias campesinas envolvidas, em 2016, foi inserida na construção da agroindústria, a participação de técnicos e agrônomos que são agregados ao MST, bem como realizada a organização do espaço físico e das instalções da Agroindústria, que analisaremos nos capítulos deste trabalho.

Os aspectos analisados em nossos estudos, tendem a revelar informações sobre a luta pela Reforma Agrária na região. A implantação de assentamentos rurais é uma das formas objetivas de se fazer reforma agrária, de acordo com Bergamasco (2003), possibilitando acesso a terra, que poderá ser utilizada para a reprodução do modo de vida agricola e famíliar.

Os assentamentos rurais representam, sobretudo, uma oportunidade para a reprodução de modos de vida e de produção dos agricultores camponeses. E então a importância desta pesquisa realizando levantamentos de dados primários, que contribui na compreensão do desenvolvimento socioterritorial, analisando o que se passa no atual contexto dos assentamentos, que por sua vez, faz parte de uma conjuntura maior, que está ligada diretamente a questão agrária no Brasil.

Neste projeto de monografia atual, estudamos a organização campesina na região do Pontal do Paranapanema a partir da experiência agroindustrial da COCAPAR, que é propriamente o conjunto de atividades relacionadas à transformação de matérias-primas provenientes da agricultura, pecuária, aqüicultura ou silvicultura. O grau de transformação varia amplamente em função dos objetivos das empresas que formam agroindústrias. Para cada uma dessas matérias-primas, a agroindústria é um segmento da cadeia que vai desde o fornecimento de insumos agrícolas até o consumidor, no caso dos camponeses, a construção de agroindústria é relevante para o beneficiamento ou mínimo processamento. Em comparação a outros segmentos industriais da economia, ela apresenta uma certa originalidade decorrente de três características fundamentais das matérias-primas: sazonabilidade, perecibilidade e heterogeneidade.

Desde sua formação, o MST vem articulando diversas formas de organizar a produção nos assentamentos, de acordo com Pimentel (2001), sempre tendo por objetivo unir forças para conseguir melhores resultados no que se refere à produção, comercialização e geração de excedente.

Esta forma de cooperação atual que observamos no Pontal, é um desdobramento da associação comunitária. Segundo Pimentel (2001), quando a atividade dos assentados cresce, eles buscam normalmente criar um agente econômico com uma maior capacidade de agir no mercado regional, buscando desenvolver formas de união entre as famílias campesinas.

Atualmente no oeste paulista, região denominada Pontal, a agricultura camponesa vínculada ao MST, prioriza a vida, o sentido humanitário, o auto-consumo antes mesmo da lucratividade, este fato é demonstrado no Projeto de Reforma Agrária Popular do MST, encontrado no acervo online[1] do movimento que luta pela terra. Analisaremos a produção partindo de uma perspectiva dos assentamentos rurais.

A luta pela terra e o cooperativismo envolvem diversas estratégias e no curso das experiências, os sem-terra passaram a combinar várias formas de luta. Elas acontecem em

[1] http://www.mst.org.br/quem-somos/

separado ou simultaneamente com ocupações de terra. São as marchas ou caminhadas, as ocupações de prédios públicos e as manifestações em frente às agências bancárias. Segundo Fernandes (1999), os assentamentos rurais, surgem como conquista de uma luta duradoura, gerando oportunidade para que as famílias possam realizar a reprodução do modo de vida camponês. Assim para Fernandes (1999), a territorialização da reforma agrária, com a criação de assentamentos, é uma espécie de resultado objetivo das lutas empreendidas, que se tornam objetos de reapropriações e racionalizações pelos diferentes atores sociais envolvidos na luta.

Os assentamentos são formados a partir da desapropriação de determinado latifúndio improdutivo e emissão de posse da terra pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Para Bergamasco (2003), os assentamentos são a reprodução de modos de vida baseados nas atividades famíliares e coletivas, onde diversas famílias passam a residir, em lotes delimitados, e continuam a participar da luta pela terra.

Segundo Bergamasco (2003), os poucos programas de democratização do acesso à terra já demonstraram sua relevância para a gestão de desenvolvimento, melhoria da qualidade de vida e aumento da oferta de produtos agrícolas, mas encontram enorme resistência de governantes e proprietários, os assentamentos rurais consolidam a oportunidade, de que as famílias possam demonstrar o necessidade da Reforma Agrária. De certa forma, percebemos em nossas pesquisas à campo, que os assentamentos rurais, contribuiram no desenvolvimento socio-econômico da região do Pontal, mesmo gerando influências nas áres urbanas, onde as famílias campesinas, passam a adquirir produtos dos comercios locais, tornando assim, as relações cidade-campo, mais próximas.

A conquista dos assentamentos representa algo para além da simples concessão de terras. Os assentamentos rurais representam, sobretudo, uma oportunidade para a reprodução de modos de vida e de produção de agricultores. Dessa maneira, os assentamentos contribuem para um modelo de desenvolvimento diferente do atual, visando a acessibilidade mutua aos territórios, e consequentemente respeitando a preservação do próprio território e da terra.

1. As pesquisas do NERA sobre a Luta pela Terra e pela Reforma Agrária

1.1. O DATALUTA

O Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) é um grupo de pesquisa vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Criado em 1998, o NERA é um espaço de construção e socialização do conhecimento que reúne atividades de pesquisa e extensão voltadas para o estudo da questão agrária, com destaque para a luta pela terra, a reforma agrária e o desenvolvimento territorial (CAMPOS, 2012). Desde a sua criação, o NERA desenvolve um projeto de pesquisa e extensão denominado Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) com o objetivo de sistematizar informações sobre a questão agrária brasileira. O DATALUTA é uma importante referência para pesquisadores nacionais e internacionais, instituições públicas e privadas e a imprensa que frequentemente utilizam estes dados, construindo as suas respectivas interpretações sobre o campo.

A iniciativa de organizar o banco de dados teve início em 1995, ano em que o professor doutor Bernardo Mançano Fernandes começou a desenvolver a tese *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro. Formação e territorialização dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999).* Ao longo dessa pesquisa, nos trabalhos de campo realizados em 23 estados, detectou-se a ausência de informações sistematizadas referentes à luta pela terra e pela reforma agrária. Diante disso, em 1998, surgiram as categorias ocupações de terra e assentamentos rurais do DATALUTA. Em 2003, criaram-se as categorias movimentos socioterritoriais e estrutura fundiária. Mais tarde, em 2010 e 2013 criaram-se as categorias manifestação e estrangeirização a terra, respectivamente.

Atualmente o DATALUTA é constituído por seis categorias de pesquisa que são atualizadas anualmente, conforme o quadro 01. Contudo, os dados de assentamentos rurais são desde 1979, de ocupações de terra desde 1988, de estrutura fundiária desde 1992, de movimentos socioterritoriais e manifestações desde 2000 e de estrangeirização da terra desde 2013.

Quadro 01 - Categorias do DATALUTA

Categoria	Ano de criação
Ocupações de terra	1998
Assentamentos Rurais	1998
Movimentos Socioterritoriais	2003
Estrutura Fundiária	2003
Manifestações	2010
Estrangeirização da Terra	2013

Fonte: DATALUTA, 2016; Org. PEREIRA, L.I. (2016).

Cada uma das categorias do DATALUTA possui as suas fontes de dados, conforme o quadro 02, que podem ser primárias ou secundárias. As fontes primárias são aquelas em que os dados são sistematizados diretamente do campo, da pesquisa empírica, já as secundárias são aquelas que utilizam os dados disponibilizados por notícias de jornais ou outros documentos. As fontes primárias são a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Ouvidoria Agrária Nacional (OAN), a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). As fontes secundárias são a CPT e a Rede DATALUTA.

Quadro 02 - Categorias do DATALUTA e suas fontes

Categorias	Fontes
Ocupações de Terras	CPT, OAN e Rede DATALUTA
Movimentos Socioterritoriais	CPT, OAN e Rede DATALUTA
Manifestações do Campo	CPT e Rede DATALUTA
Assentamentos Rurais	ITESP e INCRA
Estrangeirização de Terras	Rede DATALUTA
Estrutura Fundiária	SNCR

Fonte: DATALUTA, 2016; Org. PEREIRA, L.I. (2016).

No caso das categorias que possuem fontes primárias e secundárias, como ocupações de terra, movimentos socioterritoriais e manifestações, quando cruzamos os dados e encontramos informações semelhantes damos prioridade aos registros das fontes primárias. Este processo de cruzamento de dados de diferentes fontes é denominado confrontação. Depois da confrontação os dados são organizados em uma única planilha do DATALUTA, assim como os dados de assentamentos rurais, estrutura fundiária e estrangeirização da terra.

A Rede DATALUTA é formada por doze grupos de pesquisa de diferentes universidades federais e estaduais do país que desenvolvem em conjunto o projeto DATALUTA (ver quadro 03).

Quadro 03 - Informações sobre os grupos de pesquisa da Rede DATALUTA

	Grupos de Pesquisa	Universidade	Coordenador	Ano
1	Núcleo de Estudos, Projetos e Pesquisas de Reforma Agrária (**NERA)**	Faculdade de Ciências e Tecnologia **(FCT/UNESP - SP)**	Eduardo Paulon Girardi	1998
2	Laboratório de Geografia Agrária (**LAGEA)**	Universidade Federal de Uberlândia (**UFU - MG)**	João Cléps Junior	2005
3	Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (**GEOLUTAS)**	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (**UNIOESTE - PR)**	Djoni Ross	2007
4	Núcleo de Estudos Agrários (**NEAG)**	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (**UFRGS)**	Rosa Maria Vieira Medeiros	2009
5	Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal (**GECA)**	Universidade Federal do Mato Grosso (**UFMT)**	Onelia Carmem Rossetto	2010
6	Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato (**GETEC)**	Universidade Federal da Paraíba (**UFPB)**	Emília de Rodat Fernandes Moreira	2010
7	Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos (**LABERUR)**	Universidade Federal do Sergipe (**UFS)**	Eraldo da Silva Ramos Filho	2010
8	Observatório dos Conflitos no Campo (**OCCA)**[2]	Universidade Federal do Espírito Santo (**UFES)**	Simone Batista	2010
9	Laboratório de Estudos Territoriais (**LABET)**	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (**UFMS)**	Rosemeire Aparecida de Almeida/Sedeval Nardoque	2012
10	GEOMUNDI	Instituto de Geociências e Ciências Exatas **(IGCE/UNESP-SP)**	Samuel Frederico	2015
11	Laboratório de Planejamento Ambiental e Gerenciamento Costeiro (LAPLAN)	Instituto de Biociências **(IB/UNESP-SP)**	Davis Sansolo	2015
12	Núcleo de Estudos Territoriais (NATERRA)	Universidade Federal do Triângulo Mineiro **(UFTM - MG)**	Janaina Francisca de Souza Campos Vinha	2015
13	Laboratório de Estudos Regionais e Agrários no Sul e Sudeste do Pará	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará **(UNIFESSPA - PA).**	Rogério Miranda	2015

Fonte: DATALUTA, 2016; Org. PEREIRA, L.I.

Todos os grupos que compõem a Rede DATALUTA são considerados como fontes secundárias, uma vez que os dados levantados por estes são baseados em jornais de circulação nacional, estadual, regional, local e *online* (ver quadro 04).

[2] O OCCA fez parte da Rede DATALUTA de 2010 a 2016.

Quadro 04 - Jornais utilizados pela Rede DATALUTA

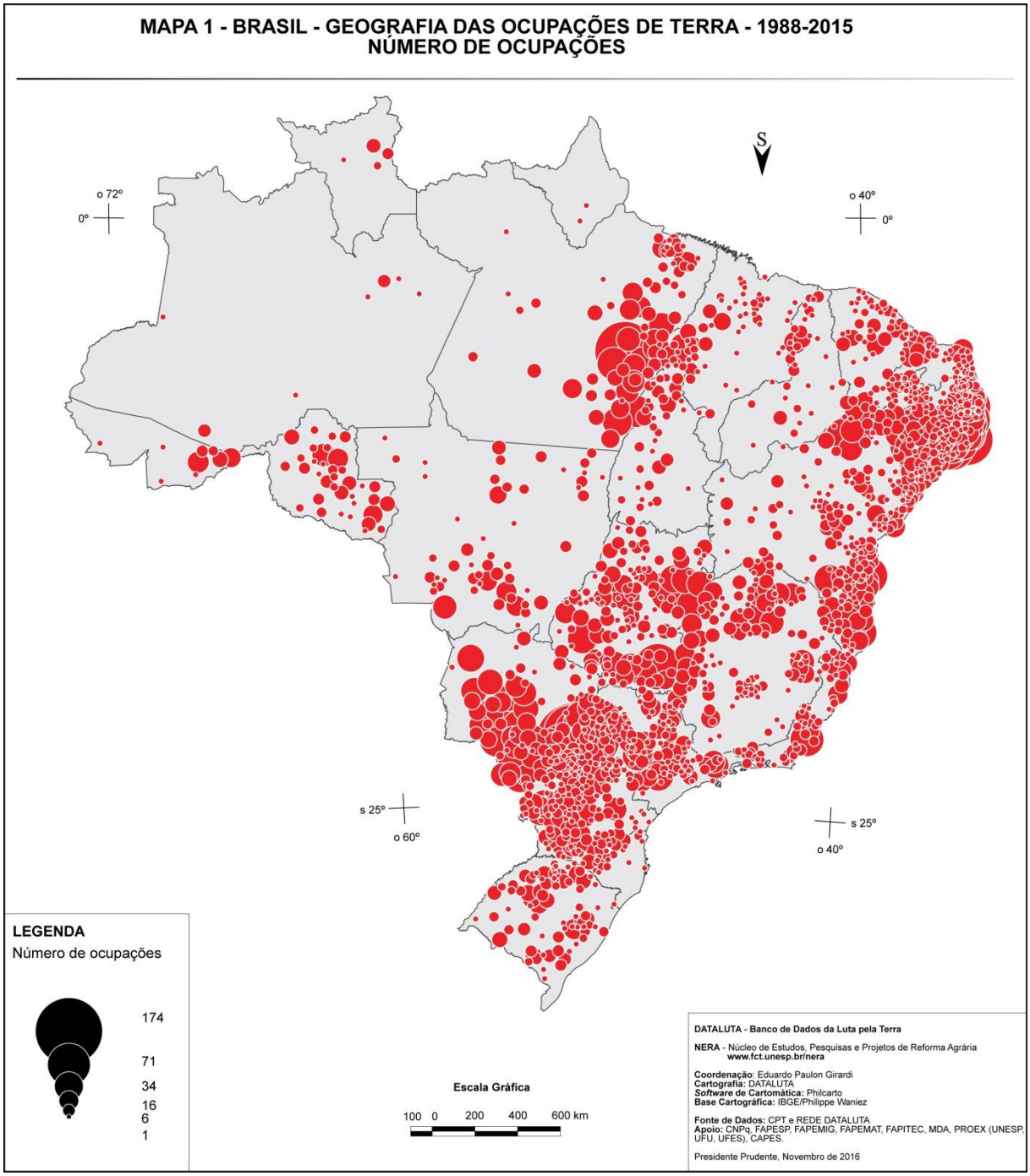
Grupo de Pesquisa	Jornais
NERA	O Estado de S. Paulo; Folha de S. Paulo, O Imparcial; Brasil de Fato; Jornal do MST
LAGEA	Correio de Uberlândia e jornais *online*
GEOLUTAS	Folha de Londrina; O Paraná; Gazeta do Povo
NEAG	Zero Hora e Correio do Povo
GECA	Folha do Estado; Gazeta e Diário de Cuiabá
GETEC	Correio de Paraíba
LABER	Jornal da Cidade
OCCA	Jornal Tribuna e A Gazeta
LABET	Jornal Correio do Estado; Jornal do Povo e Jornal O Progresso
GEOMUNDI	O Estado de S. Paulo; Folha de S. Paulo; Brasil de Fato; Jornal do MST
NATERRA	Lavras 24 horas; Correio do Sul; Jornal do Pontal; Diário de Caratinga; Tribuna de Minhas; Triângulo; Jornal do MST; G1
Laboratório de Estudos Regionais e Agrários no Sul e Sudeste do Pará	Diário do Pará; O Liberal; Correio de Tocantins; Correio de Santarém; G1

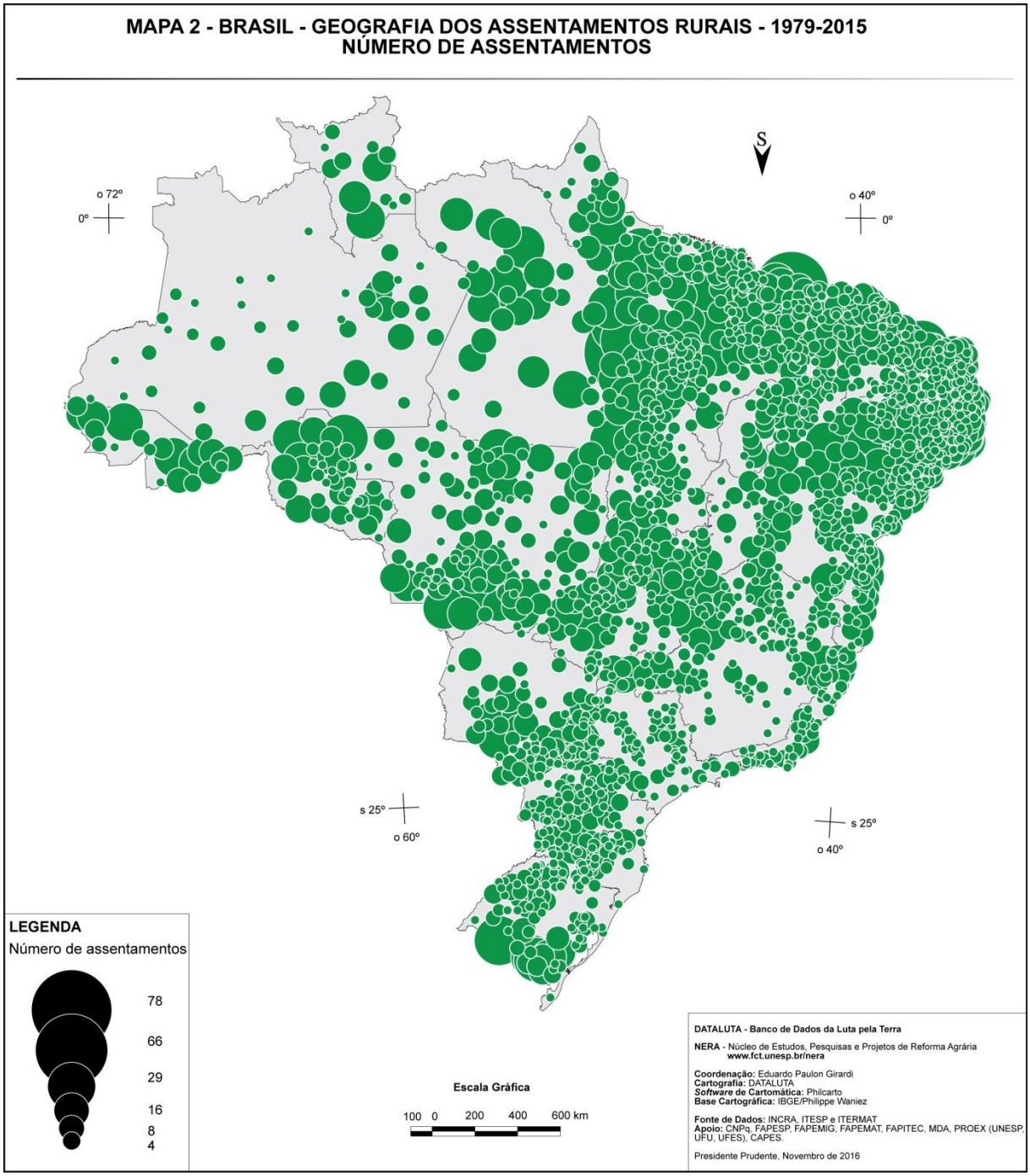
Fonte: DATALUTA, 2016; Org. PEREIRA, L. I.

No final de cada ano, a Rede DATALUTA realiza encontros com a finalidade de aperfeiçoar a sua metodologia de pesquisa de dados, aproximando-se cada vez mais da realidade, criando possibilidades para a construção de uma rede de pesquisa em escala nacional. Além disso, nestas reuniões ocorrem discussões teóricas sobre a conjuntura agrária, contribuindo, assim, com a análise dos dados sistematizados pelos grupos de pesquisa.

Anualmente, os dados do DATALUTA são sistematizados em tabelas, quadros, gráficos e mapas e apresentados no Relatório DATALUTA, disponível no *site* do NERA para todos os interessados em analisar os nuances da questão agrária brasileira. Além do Relatório DATALUTA Brasil, é possível consultar os relatórios estaduais elaborados pelos grupos de pesquisa que compõem a Rede DATALUTA. Desde 2016, o Relatório DATALUTA também é publicado nos idiomas inglês e espanhol, permitindo que pesquisadores de diferentes regiões do planeta possam ter acesso aos dados sistematizados pela Rede DATALUTA. Os relatórios também estão disponíveis no Centro de Memória e Documentação da UNESP (CEDEM), criado a partir de um convênio entre a UNESP e o MST, para que os movimentos socioterritoriais de luta pela terra e reforma agrária possam consultá-los e analisá-los.

Abaixo alguns exemplos dos mapas elaborados pelo NERA e publicados no Relatório DATALUTA 2015.


MAPA 1 - BRASIL - GEOGRAFIA DAS OCUPAÇÕES DE TERRA - 1988-2015
NÚMERO DE OCUPAÇÕES
S
o 72º
0º
o 40º
0º
s 25º
o 60º
s 25º
o 40º
LEGENDA
Número de ocupações
174
71
34
16
6
1
Escala Gráfica
100 0 200 400 600 km
DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra
NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
www.fct.unesp.br/nera
Coordenação: Eduardo Paulon Girardi
Cartografia: DATALUTA
Software de Cartomática: Philcarto
Base Cartográfica: IBGE/Philippe Waniez
Fonte de Dados: CPT e REDE DATALUTA
Apoio: CNPq, FAPESP, FAPEMIG, FAPEMAT, FAPITEC, MDA, PROEX (UNESP, UFU, UFES), CAPES.
Presidente Prudente, Novembro de 2016



Os dados do Relatório DATALUTA, assim como a conjuntura da questão agrária, são analisados mensalmente pelos grupos da Rede DATALUTA nos artigos do Boletim DATALUTA, periódico organizado pelo NERA. Dessa forma, o DATALUTA cumpre um papel importante na sociedade, explicitando informações que contribuem para compreensão da luta pela terra.

1.2. O RIST

O Relatório de Impactos Socioterritoriais (RIST) é resultado de uma construção metodológica de pesquisa em assentamentos de reforma agrária. O RIST foi elaborado entre os anos de 2005 e 2006 a partir de pesquisa realizada em 19 assentamentos do município de Teodoro Sampaio. Antes disso, nos anos de 2001 e 2002, a pesquisa já havia sido realizada nos assentamentos rurais São Bento e Antônio Conselheiro, ambos no município de Mirante do Paranapanema.

A construção do RIST foi estimulada pelo fato de poucos estudos sobre assentamentos rurais analisarem o significado e a relevância dos impactos causados pela transformação de latifúndios em assentamentos rurais. Normalmente, os estudos realizam apenas um diagnóstico das condições internas dos assentamentos. O RIST é, portanto, uma metodologia de pesquisa utilizada na compreensão das mudanças que ocorrem no território, quando da transformação de latifúndios em assentamentos rurais. Assim, o RIST é um importante instrumento de elaboração de projetos de desenvolvimento local, assim como de suporte ao aprofundamento de pesquisas acadêmicas sobre reforma agrária.

Na elaboração do RIST de Teodoro Sampaio foram visitados todos os projetos de assentamentos existentes no município. O plano amostral adotado para a aplicação dos questionários nas unidades familiares de cada assentamento foi de 50%. A elaboração dos questionários foi debatida com as lideranças locais do MST e com os técnicos do Departamento de Agricultura da Prefeitura. No total, foram aplicados 421 questionários. Embora o questionário tenha sido o principal instrumento utilizado na coleta de dados nos assentamentos rurais, quando necessário, algumas entrevistas também foram realizadas com o objetivo de completar as informações disponibilizados nos questionários.

Os questionário foram aplicados entre os meses de fevereiro e abril de 2005. Mais tarde, a sistematização dos dados foi feita em plataformas no Software Microsoft Excel. Depois da sistematização, os dados foram organizados em dois tipos de tabelas e um tipo de gráfico. As tabelas foram elaboradas a partir da soma dos valores totais de todos os assentamentos e individualmente por assentamento. Na elaboração dos gráficos, levou-se em consideração apenas os valores numéricos absolutos das tabelas do universo da pesquisa.

As dimensões de análise do RIST foram: 1) a população assentada; 2) a situação educacional; 3) o trabalho, a produção e a produtividade; 4) o mercado, a comercialização e o cooperativismo; 5) os serviços, a técnica e a tecnologia; 6) o conhecimento; 7) a infraestrutura; 8) a participação social e a política. Dentre os principais resultados do RIST

(2006), destacamos que 40% da população assentada tem entre 5 e 24 anos e 87% dos assentados nasceram no campo. Os homens são 54% da população assentada e 50% dos assentados (homens e mulheres) se autodenominam brancos. Com relação à situação educacional, 71% dos assentados não estavam frequentando a escola e 7% dos assentados são analfabetos.

No livro publicado pelo RIST, é exposto no capítulo 4, questões sobre comercialização e cooperativismo, são expostas informações sobre a (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal) - COCAMP, que na época era a principal cooperativa analisada, em linhas gerais o RIST expõe que a venda do que era produzido pelos assentamentos da região, demonstrava que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), não foi capaz de eliminar a figura do atravessador e evitar que praticamente toda a produção dos assentamentos com exceção da cana, fosse escoada para agroindústrias localizadas em municípios de outros estados. Também ficou nítido no RIST, que nenhuma parte da produção era armazenada no galpão de cooperativas, fato que desafiava na época a direção regional do MST no Pontal, a colocar a COCAMP, em funcionamento.

O RIST, expõe que 24% da população assentada no município de TEODORO SAMPAIO, encontrava-se na época filiada a COCAMP, também fica nítido que 92% dos assentados consideravam a COCAMP importante para a produção e comercialização do leite e de outros produtos agropecuários produzidos pelos assentados.

As principais culturas agrícolas dos assentamentos na época eram: mandioca (14%), banana (13%), acerola (12%), abacaxi (11%) e cana-de-açúcar (10%). Em área plantada se destaca a mandioca (53%), a cana-de-açúcar (28%) e o algodão (13%). Na produção animal, 94% das famílias criam vacas de leite, que produzem 11.358 litros de leite por dia. Ainda, 85% das famílias criam aves e 27% criam suínos. Cerca de 90% do trabalho nas unidades é familiar. Todavia, 90% das famílias produzem no lote menos da metade do que consomem.

Na comercialização, metade da população assentada não possuia condição de recusar o preços oferecido pelos atravessadores e 38% dos assentados vendem o que produzem diretamente para as indústrias. No caso do leite, 81% vendem para os laticínios. Todavia, apenas 13% dos assentamentos possuem tanques de resfriamento de leite. Com relação às técnicas, 43% utilizam ração especial para a alimentação do gado de leite na época das secas e nenhum utiliza ordenha mecânica na retirada do leite. Ainda, 89% não possuem conhecimento sobre a tecnologia de inseminação artificial e 83% não recebem assistência técnica sobre,

produção, beneficiamento e comercialização. E apenas 5% dos assentados estavam realizando algum curso técnico no período da aplicação dos questionários.

Na infraestrutura, 74% dos assentados não possuíam acesso a posto de saúde no assentamento ou nas proximidades. 69% consideravam que as estradas do assentamento não estavam em bom estado de conservação. 68% não possuíam local adequado para o armazenamento da produção. Na organização social e política dos assentados, 45% desconheciam a existência de algum tipo de organização e 54% das famílias não participavam de nenhuma atividade coletiva nos assentamentos.

Por fim, é preciso destacar que os dados do RIST corrobora a necessidade de se investir no desenvolvimento das diferentes dimensões dos assentamentos rurais, ressaltando a importância desses territórios no desenvolvimento local e regional.

1.3. A iniciação tecnológica no NERA

Levando em consideração as experiências com o DATALUTA e o RIST, entre os meses de setembro de 2012 e julho de 2013, passei a desenvolver a pesquisa de iniciação cientifica e tecnológica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBITI), financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), intitulada "Geografia agrária e tecnologia: recursos tecnológicos como suporte para a organização dos dados da luta pela terra e da questão agrária no Brasil". O objetivo geral do projeto era contribuir através do aprendizado, uso e criação de diferentes recursos tecnológicos com o trabalho de organização e sistematização dos dados do DATALUTA. Depois essa pesquisa foi desenvolvida pelo aluno de graduação Pedro Henrique Castro de Moraes.

No decorrer da pesquisa, discutimos a relação entre as pesquisas desenvolvidas no NERA e a tecnologia, que é fundamental para os estudos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa; debatemos a relação entre a Geografia e a tecnologia, apresentando a produção do conhecimento e a produção do espaço a partir da tecnologia e, posteriormente, realizamos análises sobre o projeto "Territórios paradigmáticos" que estuda as trajetórias da Geografia Agrária brasileira; discutimos os recursos tecnológicos utilizados nas categorias do DATALUTA, como o Microsoft Excel, o Philcarto e o CorelDRAW; por fim, analisamos as publicações da Rede DATALUTA que ocorrem em meios digitais, como o Boletim DATALUTA[3], a Revista NERA[4] e o Pod Territorial[5].

[3] http://www2.fct.unesp.br/nera/boletim.php

Todos estes aportes tecnológicos contribuem com a elaboração do projeto DATALUTA e a sua disseminação em alguns veículos de comunicação global, como a internet. Através da análise da relação entre pesquisa e tecnologia foi possível estudar, investigar e descrever o uso dos recursos tecnológicos que contribuem com o desenvolvimento da ciência geográfica e das pesquisas do NERA sobre questão agrária.

1.4. A Plataforma Chayanov

No decorrer da pesquisa "Geografia agrária e tecnologia: recursos tecnológicos como suporte para a organização dos dados da luta pela terra e da questão agrária no Brasil" surgiu a necessidade de criar uma ferramenta tecnológica que contribuísse com a análise do desenvolvimento dos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema. Criou-se, nesse contexto, a Plataforma Chayanov, que é um banco de dados e informações socioterritoriais sobre a unidade de produção e consumo camponesa. A construção da Plataforma Chayanov se baseou nas abordagens teórico-metodológicas do RIST, apresentado anteriormente, e do próprio Chayanov (1984) que compreende o modo de produção camponês a partir do balanço entre o trabalho e o consumo da família.

A construção da Plataforma Chayanov contou com o apoio fundamental dos professores João Osvaldo Rodrigues Nunes e Ronaldo Celso Messias Correia, membros dos Departamentos de Geografia e de Matemática e Computação da FCT/UNESP, e do professor Luis Felipe Rincón, que cursa pós-doutorado em geografia na FCT/UNESP, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), natural da cidade de Manizales, localizada na Colômbia.

A elaboração da Plataforma Chayanov partiu da necessidade de compreender a organização da unidade de produção camponesa. Para isto, construiu-se uma metodologia de pesquisa participativa, na qual Universidade e comunidade trabalharam juntas. Na comunidade, o militante vinculado ao MST Zé Litro Luz da Silva, sua esposa Regiane Menezes de Souza, os seus filhos Renata Menezes da Silva, André Luiz Menezes Luz da Silva, Natália Menezes Luz da Silva, João Gabriel Menezes Luz da Silva, Maria Fernanda Menezes Luz da Silva e o seu irmão José Luiz da Silva participaram ativamente dos processos de elaboração e execução da plataforma. O primeiro procedimento desta metodologia consistiu na organização da planilha de dados e informações socioterritoriais. Entre dezembro e janeiro de 2014 realizamos trabalhos de campo no assentamento São Bento, Município de

[4] http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera
[5] http://podcast.unesp.br/podterritorial

Mirante do Paranapanema, com o objetivo de construir em conjunto com os camponeses as informações que constituiriam a Plataforma Chayanov. Depois de muito diálogo, optou-se pela sistematização de dados sobre o que é cultivado, qual a área plantada, o quanto é colhido, o quanto é utilizado para o autoconsumo e o quanto é comercializado, os gastos da família com a produção e os investimentos e, por fim, quais foram os lucros (ver imagem 1, retirada dos arquivos do grupo NERA).

Imagem 1 – Planilha de dados da Plataforma Chayanov

SIST - Sistema de I

Custos da produção												
TIPOS DE PRODUÇÃO	FRAÇÃO	Atividade	Insumo	Quantidade (kg -l)	Custo Individual	Custo Total da Produção	Trabalho Contratado		Trabalho familiar		Custos Total de Mão de Obra
							Horas	Custo	Horas	Custo	
Feijão	2	Plantar	semente	1	R$ 20,00	R$ 20,00		R$ -		R$ -	R$ -
Pomar	3	Podar/plantar	semente	1,5	R$ 13,00	R$ 19,50	2,0	R$ 3,00		R$ -	R$ 3,00
Mandioca	1	Colher		0	R$ -	R$ -	3,5	R$ 50,00		R$ -	R$ 50,00
Gado de Leite				25,6	R$ 4,00	R$ 102,40	16,0	R$ -		R$ -	R$ -
Gado de Leite	3	vacinar	vacinas	90	R$ 6,00	R$ 540,00	17,5	R$ 4,00		R$ -	R$ 4,00
Gado de Leite	3	Ordenhar	Ordenha Mecânica	0	R$ -	R$ -		R$ -		R$ -	R$ -
					R$ -	R$ -		R$ -		R$ -	R$ -
					R$ -	R$ -		R$ -		R$ -	R$ -
					R$ -	R$ -		R$ -		R$ -	R$ -
					R$ -	R$ -		R$ -		R$ 45,00	R$ 45,00
					R$ -	R$ -		R$ -		R$ -	R$ -
					R$ -	R$ -		R$ -		R$ -	R$ -
					R$ -	R$ -		R$ -		R$ -	R$ -
					R$ -	R$ -		R$ -		R$ -	R$ -
					R$ -	R$ -		R$ -		R$ -	R$ -
					R$ -	R$ -		R$ -		R$ -	R$ -
					R$ -	R$ -		R$ -		R$ -	R$ -
					R$ -	R$ -		R$ -		R$ -	R$ -

nformações Socioterritoriais (Plataforma Chayanov)

Custos Gerais (Total de Produção + Total de mão de obra)	Resultados da produção					Renda da Produção	Gastos Fixos da Familia (Água, Luz, Telefone, Internet)	
	Quantidade produzida (kg -l)	Quantidade de autoconsumo (kg -l)	Quantidade comercializada (kg - l)	TIPO DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	Preço de Venda (kg - l)		Caracteristica do gasto	Valor
R$ 20,00			30		R$ 5,00	R$ 150,00	Luz	R$ 46,00
R$ 22,50					R$ -	R$ -		R$ 58,00
R$ 50,00	50	2	48	intermediario	R$ 3,00	R$ 144,00		R$ -
R$ 102,40					R$ -	R$ -		R$ -
R$ 544,00					R$ 10,00	R$ -		R$ -
R$ -	20	3	17	venda a cooperativa	R$ 1,70	R$ 28,90		R$ -
R$ -					R$ -	R$ -		R$ -
R$ -					R$ -	R$ -		R$ 456,00
R$ -			200	intermediario	R$ 10,00	R$ 2.000,00		R$ -
R$ 45,00					R$ -	R$ -		R$ -
R$ -					R$ -	R$ -		R$ -
R$ -					R$ -	R$ -		R$ -
R$ -					R$ -	R$ -		R$ -
R$ -					R$ -	R$ -		R$ -
R$ -					R$ -	R$ -		R$ 60,00
R$ -					R$ -	R$ -		R$ -
R$ -					R$ -	R$ -		R$ -
R$ -					R$ -	R$ -		R$ -

Escolhemos duas unidades de produção camponesa, os lotes 73 e 74, para a sistematização dos dados. A escolha destes lotes levou em consideração a distância entre o assentamento São Bento e o município no qual residiam os pesquisadores, Presidente Prudente, e o interesse das famílias destes lotes em participar da pesquisa. Para o preenchimento dos dados, um computador foi instalado em um dos lotes e os próprios camponeses organizavam as informações na Plataforma Chayanov. Os camponeses podiam acessar a planilha sempre que necessário, tanto para preenchê-las como para consultar as anotações sobre a produção agropecuária, gastos, investimentos, lucros, criando o hábito de anotar e analisar a produção e a comercialização dos seus produtos, manejando o ordenamento territorial do seu lote em seu cotidiano. Nós acompanhamos ativamente esse processo com o objetivo de auxiliar a famílias sempre que possível, sobretudo no que se refere ao acesso e organização dos dados na Plataforma Chayanov, ministramos instruções aos camponeses, construindo o conhecimento técnico necessário.

No decorrer da pesquisa, também realizamos entrevistas com os camponeses, investigando quais eram as suas necessidades prioritárias no ordenamento territorial do lote e avaliando como a Plataforma Chayanov era fundamental para isto. As entrevistas foram parte fundamental da Plataforma Chayanov, completando os dados que a planilha não comportava coletar, realizando, assim, o preenchimento de lacunas sobre as informações adquiridas acerca do objeto de estudo, complementando os dados de cada uma das dimensões analisadas do território. Foram analisados nos estudos da Plataforma, desde questões socio-economicas, até mesmo ambientais dos lotes estudados.

A Plataforma Chayanov foi desenvolvida durante cinco meses. Os resultados iniciais nos mostraram a importância dessa ferramenta tecnológica na coleta de dados sobre a unidade de produção e consumo camponesa, contribuindo com a própria organização e planejamento da produção agropecuária no âmbito do lote da família. Com relação aos dados, notamos que a produção de leite representava cerca de 80% da renda mensal da família enquanto a produção de alimentos era, normalmente, para o autoconsumo. Do ponto de vista técnico, a rotação de pastagem era realizada a cada dois meses no lote, possibilitando um manejo que evita o uso exaustivo do solo e da área de cultivo ou criação de gado.

1.5 - A experiência com a COCAPAR

Depois de participar dos projetos DATALUTA e “Geografia agrária e tecnologia: recursos tecnológicos como suporte para a organização dos dados da luta pela terra e da

questão agrária no Brasil", a partir do qual surgiu a ideia de elaborar a Plataforma Chayanov, retornamos às atividades do NERA no ano de 2016. Nesse período, participamos das reuniões entre professores, pesquisadores e membros do NERA, do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET), coordenado pelo professor Luiz Antonio Barone, do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC) de Presidente Prudente, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) Campus Boituva e membros e técnicos do MST sobre a constituição e gestão de uma agroindústria para processar alimentos oriundos de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema.

Segundo o Volume 2, do ofício S\A 486/2013 – P.M de Mirante do Paranapanema, o objetivo central do projeto da agroindústria é propiciar a agregação de valor aos produtos da reforma agrária, com participação efetiva das mulheres, proporcionando geração de renda aos assentados e o desenvolvimento da produção de hortifrúti no município. A agroindústria será administrada pela COCAPAR e está sendo construída através da parceria entre a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Os municípios beneficiados com a implantação deste projeto serão: Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha, Rosana, Marabá Paulista e Sandovalina.

Diante deste processo de construção da agroindústria e das necessidades dos próprios camponeses de pensar a organização da sua produção para o processamento, assim como a gestão e a logística da agroindústria e os canais de comercialização da produção surgiu a ideia de estudar a organização da produção do MST no Pontal do Paranapanema a partir do caso da COCAPAR e da agroindústria. Esta pesquisa se insere, portanto, neste contexto de discussões sobre os desafios do cooperativismo e da constituição de uma agroindústria na região, processos fundamentais para o desenvolvimento dos assentamentos rurais coordenados pelo MST.

2. Teoria e Metodologia

2.1. Referencial teórico e conceitual

O referencial teórico desta pesquisa é o Paradigma da Questão Agrária (PQA), que compreende a questão agrária como um problema estrutural desencadeado pelo desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo na agricultura (FERNANDES, 2008; FELICIANO, 2009; CAMPOS, 2012; CAMACHO, 2014; ROSS, 2015). Sendo um problema estrutural, a questão agrária só pode ser resolvida mediante a construção de outra sociedade, mais equânime. O desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura produz relações de produção capitalistas, como o trabalho assalariado, e, contraditoriamente, relações de produção não capitalistas, como o trabalho familiar (OLIVEIRA, 1991). O campesinato também é (re)criado por meio da ocupação da terra (FERNANDES, 2000). Assim, o camponês pode ser (re)criado pela compra, arrendamento ou ocupação da terra (FERNANDES, 2001). Após o acesso a terra, os camponeses se reproduzem subordinando-se ao capital (MARTINS, 1995) ou construindo alternativas aos impérios agroalimentares (PLOEG, 2008).

O processo de formação do campesinato remonta à gênese da história da humanidade (FERNANDES, 1999). Essa leitura histórica é importante para a compreensão da lógica da persistência do campesinato em diferentes tipos de sociedades. Dessa forma, a existência do campesinato nas sociedades escravocrata, feudal, capitalista e socialista é um referencial para entendermos o sentido da sua existência. A coexistência e a participação do campesinato nesses diferentes tipos de sistemas sociais, políticos e econômicos e a sua constância quando do fim ou crise dessas sociedades demonstram que a sua persistência precisa ser considerada como uma qualidade intrínseca dessa forma de organização social.

O camponês é um modo de produção não capitalista (CHAYANOV, 1974) e uma classe social que se opõe aos capitalistas-latifundiários (CARVALHO, 2012). Enquanto o objetivo do capitalista-latifundiário é a reprodução ampliada do capital, o intuito do camponês é a reprodução social da família. O princípio básico da unidade camponesa é a satisfação das necessidades da família e não a obtenção de uma taxa média de lucro. A importância do produto do trabalho camponês é determinada pela dimensão e composição da família, ou seja, pelo número de pessoas da família capazes de trabalhar e pelo seu grau de autoexploração. Esse último é determinado pelo equilíbrio entre a satisfação da família e a penosidade do trabalho.

O camponês é compreendido por sua base familiar, pelo trabalho da família na sua própria terra ou na alheia. A base familiar é uma das principais referências para delimitar o conceito de campesinato. Em toda a sua existência essa base foi mantida e é característica fundamental para compreendê-lo. O trabalho familiar é, muitas vezes, articulado a outras relações de trabalho no âmbito da unidade camponesa, como a ajuda mútua, a parceria e, quando necessário, o trabalho assalariado (OLIVEIRA, 1991). Esse conjunto de relações é sempre estabelecido a partir da hegemonia do trabalho familiar na unidade de produção e consumo.

No Brasil, a luta pela terra faz parte do processo de formação do campesinato que, desde a sua origem, é (re)criado ocupando terras ou resistindo à expropriação (FERNANDES, 2001). O campesinato é, portanto, (re)criado tanto no bojo do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo como na luta pelo acesso a terra de trabalho. Ao ocupar terras, os camponeses sem-terra organizados em movimentos socioterritoriais possibilitam a sua (re)criação através da conquista de assentamentos rurais.

De acordo com Bergamasco (2003), os assentamentos rurais, espaços divididos em lotes onde os camponeses sem-terra passam a residir, permitem a reprodução de modos de vida fundamentados no trabalho familiar e, em alguns casos, coletivo, e, ainda, a continuidade da luta pela terra. A democratização do acesso a terra é relevante para o desenvolvimento rural, pois segundo Bergamasco (2003), contribui com a melhoria da qualidade de vida dos camponeses assentados, além do aumento da oferta de alimentos. Ademais, os territórios camponeses propõem a construção de outro modelo de desenvolvimento da agricultura, baseado na agroecologia e soberania alimentar. Segundo Ramalho (2002), as experiências produtivas que ocorrem nos assentamentos rurais estão voltadas para a reprodução do modo de vida camponês, levando-se em consideração a convivência harmônica com o meio ambiente e a produção de alimentos.

De acordo com Mazzini (2007), a política de assentamentos rurais gera impactos no desenvolvimento regional, pois os assentamentos rurais são produtores de novas feições e organizações espaciais em substituição ao latifúndio e de contraposição ao agronegócio. A política de assentamentos rurais foi colocada na agenda do Estado a partir da pressão dos movimentos socioterritoriais, dos conflitos e enfrentamentos protagonizados pelos sem-terra. Os assentamentos rurais, independente da vontade do poder público, materializam-se como territórios de luta pela/na terra, sendo inegável os benefícios que a inserção dos assentamentos tem proporcionado no desenvolvimento regional, em diversas áreas do país, tanto no campo,

como na cidade, melhorando a qualidade de vida das famílias assentadas e tornando-se exemplo de luta para tantas outras famílias despossuídas.

É preciso destacar, de acordo com Bergamasco (2003), os assentamentos rurais também são carentes de infra-estrutura, em algumas localidades, existe falta de coleta de lixo, falta de saneamento básico, além de muitas vezes, faltar transporte coletivo, para os jovens irem frequentar as escolas, ou seja, ainda que os assentamentos representem um aporte para o desenvolvimento regional, existe a necessidade de políticas emancipatórias para o desenvolvimento das famílias assentadas, que muitas vezes, continuam excluídas, mesmo após a conquista da terra.

É no processo de luta pela terra, reforma agrária e desenvolvimento dos assentamentos rurais que outras lutas vão sendo forjadas pelos camponeses, sobretudo aqueles organizados em movimentos socioterritoriais como o MST. A luta dos camponeses pela organização da produção de alimentos através de cooperativas agropecuárias, cooperativas de prestação de serviços e cooperativas de crédito agrícola se faz parte desse contexto (FABRINI, 2002). A luta pela terra se desdobra, necessariamente, na luta pela viabilização econômica dos assentamentos rurais (RIBAS, 2002). De acordo com Fernandes (2000), a construção do cooperativismo nos assentamentos rurais organizados pelo MST é resultado do multidimensionamento da luta pela terra e reforma agrária. Logo, essas lutas se desdobram em outras, como as lutas por moradias, infraestrutura, educação, saúde, produção, processamento, comercialização, entre outras.

Nesse sentido, o associativismo e o cooperativismo nos assentamentos rurais se inserem nas estratégias camponesas de construção da autonomia e emancipação no cultivo, no processamento e na comercialização de alimentos, normalmente, agroecológicos, fortalecendo as lutas dos camponeses contra o modelo de desenvolvimento da agricultura hegemônico, o agronegócio, que desterritorializa, subordina e marginaliza os camponeses.

Uma das soluções encontradas pelos membros do MST para resolver os problemas em relação à produção é desenvolver formas de cooperação que permitam aos agricultores assentados superarem em conjunto as dificuldades que recaem sobre eles quando atuam isoladamente. Para o movimento, através do trabalho em conjunto os assentados podem encontrar formas de adquiri equipamentos, tecnologias, assim como comercializar os seus produtos com preços mais favoráveis, evitando a pauperização dos camponeses (FABRINI, 2007). O cooperativismo é exercido como parte integrante da luta pela permanência na terra e da luta pela conquista da terra.

Desde a sua formação, o MST vem articulando diversas formas de organizar a produção nos assentamentos rurais tendo por objetivo unir forças para conseguir melhores resultados na produção agrícola, comercialização e geração de excedentes (PIMENTEL, 2001). Quando as atividades dos assentados crescem, eles procuram, normalmente, criar um agente econômico com maior capacidade de agir no mercado regional, segundo (PIMENTEL, 2001), buscando desenvolver formas de cooperação entre as famílias. Desse modo, para o MST o cooperativismo é uma forma de ampliar a comercialização dos produtos da terra, gerando, assim, desenvolvimento econômico para as famílias assentadas.

Para que o cooperativismo possa dar certo, o MST tem criado vários cursos de formação de militantes nos assentamentos rurais e acampamentos (FABRINI, 2007). Os cursos técnicos em administração de cooperativas são os encarregados de educar os assentados para a cooperação.

É importante destacar que a ideia de cooperativismo do MST vai além da questão do desenvolvimento socioeconômico das famílias assentadas, visto que as discussões sobre a participação das mulheres e dos jovens nesses processos são bastante efetivas desde meados dos anos 1980. A novidade na concepção de cooperativismo do MST é a questão da agroecologia, da produção de alimentos livres de agrotóxicos. O que até os anos 2000 não era necessariamente uma das principais preocupações do movimento.

A formação de agroindústrias surge como consequência do cooperativismo nos assentamentos rurais. Outra necessidade dos assentados após o acesso a terra é a industrialização dos seus produtos, agregando valor a eles e permitindo uma renda maior.

> Agroindústria pode ser definida como todo "o segmento industrial de produtos alimentícios, as indústrias que transformam matéria-prima agropecuária em produtos intermediários para fins alimentares e não alimentares como casos especiais, as indústrias de óleos vegetais não comestíveis, de insumos agropecuários". (BATALHA, 2002; p. 37).

Nesse sentido, o MST estimula aqueles que fazem parte das lutas e estão vinculados ás agendas do movimento a utilizarem alternativas coletivas. O surgimento de agroindústrias é mais uma estratégia de organização produtiva dos assentados e de desenvolvimento dos assentamentos rurais. Para os assentados, produzir e industrializar exige ação, organização e preparação. Esse não é um caminho fácil, todavia cada vez mais necessário caso os camponeses queiram se tornam menos subalternos ao capital.

2.2. Pesquisa documental e trabalhos de campo

Na pesquisa documental analisamos como o MST entende o cooperativismo e a industrialização nos assentamentos rurais. Ou seja, quais são as suas diretrizes políticas em relação ao sistema cooperativista e ao sistema de agroindústria. Neste sentido, os questionamentos que direcionaram os nossos estudos foram: a) em qual contexto as discussões sobre cooperativismo e agroindústria surgiram no MST; b) ocorreram mudanças na compreensão do Movimento sobre esses sistemas nestes últimos anos. Se sim, quais foram e por quê; c) e em qual contexto a COCAPAR e a agroindústria no Pontal do Paranapanema se insere. Para alcançarmos tais objetivos, analisamos os seguintes documentos: a) Cadernos de Formação do MST disponíveis no *site* do Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM); b) os materiais produzidos pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB); c) os documentos oriundos dos Congressos Nacionais do MST disponíveis no *site* do Movimento; d) os documentos da COCAPAR e agroindústria disponibilizados por membros do MST nos trabalhos de campo.

Além da pesquisa documental, realizamos trabalhos de campo, buscando analisar o surgimento e estrutura organizativa da COCAPAR, assim como a construção da agroindústria. Os primeiros trabalhos de campo foram realizados no decorrer do evento "Escola de Inverno - Extensión, Integralidad y Desarrollo en Territorios Campesinos", organizado pelo NERA e FCT/UNESP. Outros trabalhos de campo foram realizados nos meses de setembro e novembro, no qual entrevistamos os coordenadores da COCAPAR e membros do MST envolvidos na construção da agroindústria. Também participamos das reuniões entre os membros do MST, do NEDET e do NERA para a discussão e elaboração da gestão e logística da agroindústria. Nessas reuniões, discutimos quem são os assentados que vão produzir para a agroindústria e a localização dos seus respectivos lotes, se a produção é agroecológica ou convencional, qual será a produção inicial da agroindústria (produtos e quantidade) e quais serão os canais de comercialização (Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), feiras e cestas agroecológicas).

Nos trabalhos de campo, realizamos diversas conversas com membros do MST, participação de reuniões com a COCAPAR, e entrevistas, entre as entrevistas, três são de grande destaque e foram amplamente utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa, a) entrevista com a presidência da COCAPAR, b) entrevista com associado da COCAPAR, desde 2009, c) entrevista com a tesouraria da COCAPAR.

Para a confeccção de algumas das tabelas que são apresentadas nesta monografia, utilizamos dados e informações, que foram coletadas anteriormente por pesquisadores do NEDET e por membros do MST.

Os trabalhos de campo são indispensáveis para a corroboração de teorias científicas. Segundo Otaviano (2001), os trabalhos de campo têm extrema importância na evolução das descobertas científicas, muitas delas estão entre as que se situam no campo da Geografia, desde os viajantes da Antiguidade, passando pelos naturalistas e os organizadores da Geografia Moderna. Portanto, a atividade de campo é uma prática essencial e enriquecedora, uma vez que coloca o pesquisador em contato com o objeto de estudo e o faz pensar a respeito dele. O trabalho de campo como ferramenta de pesquisa funciona como uma etapa de observação prática e exemplificação empírica do que é apresentado no contexto de estudo. Nesse sentido, a execução de estudos empíricos é de fundamental importância para a observação dos objetos analisados por essa ciência, sendo também muito útil na construção dos conhecimento. Trata-se de uma estratégica ferramenta que permite verificar, confirmar dados e informações, além de também poder fornecer novas perspectivas para aquilo que se pesquisa.

2.3. Os procedimentos para análise da formação da COCAPAR

Os procedimentos metodológicos utilizados para a análise da constituição da COCAPAR, assim como da sua estrutura organizativa e tentativa de criação da agroindústria, foram a observação participante, a entrevista aberta e a análise de dados primários levantados pelos técnicos do MST durante o evento “Escola de Inverno - Extensión, Integralidad y Desarrollo en Territorios Campesinos” sobre a organização dos lotes das famílias interessadas em produzir alimentos para a agroindústria. Os procedimentos metodológicos são fundamentais para as análises científicas e podem ser entendidos como um conjunto de técnicas que permitem ao pesquisador interagir com o seu objeto de estudo de diferentes formas, dependendo dos objetivos da pesquisa.

A observação participante foi desenvolvida nas reuniões realizadas pelos camponeses nos assentamentos São Bento e Antônio Conselheiro e nos encontros realizados entre professores da FCT/UNESP e FATEC e militantes e técnicos do MST sobre a construção, organização e gestão da agroindústria no Pontal do Paranapanema. No desenvolvimento da pesquisa também realizamos entrevistas, baseando-nos em um tipo de entrevista mais

espontâneo do que as entrevistas fechadas ou estruturadas. Neste tipo de entrevista, ainda que o pesquisador tenha um conjunto de questões pré-definidas, possui liberdade para apresentar outros questionamentos cujo interesse surja no decorrer da entrevista. As questões pré-definidas são as diretrizes do pesquisador, mas não ditam necessariamente como se desenvolverá as entrevistas, na medida em que as questões não têm de ser colocada numa determinada ordem, nem exatamente da mesma forma com que foram inicialmente definidas.

De acordo com Otaviano (2001), a técnica da entrevista aberta atende, principalmente, finalidades exploratórias e é bastante utilizada para o detalhamento de questões e a formulação mais precisa dos conceitos relacionados. Em relação a sua estruturação o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. As entrevistas, segundo Schneider (2007), representam uma técnica de coleta de dados na qual o pesquisador tem um contato mais direto com a pessoa, no sentido de se inteirar de suas opiniões acerca de um determinado assunto. As entrevistas foram realizadas na COCAPAR, gravadas e, mais tarde, transcritas.

Nas entrevistas indagamos: a) como surgiu e qual é o objetivo da COCAPAR; b) como é a estrutura e o funcionamento da cooperativa; c) quais são os critérios para os assentados se tornarem cooperados; d) como as mulheres e os jovens estão participando da cooperativa; e) qual a concepção de cooperativismo do MST na região do Pontal do Paranapanema; f) como são organizadas as ações de cooperativismo nessa região; g) quais são as perspectivas de lutas entre os cooperados; h) quais os desafios na tentativa de construção da agroindústria.

Além da observação participante e da entrevista, analisamos os questionários aplicados pelos técnicos do MST aos assentados que pretendem participar da agroindústria. Os questionários foram elaborados pelos professores da FCT/UNESP e FATEC em conjunto com os membros do MST. O questionário está organizado em dez partes: identificação, trabalho, produção, agroecologia, produção animal, infraestrutura produtiva, meio ambiente, origem da renda e comercialização. Depois de aplicados, os dados dos questionários foram sistematizados em quadros e analisados no último capítulo deste trabalho.

3. A luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema

3.1. A Grilagem de terras

Localizado no extremo oeste do estado de São Paulo, o Pontal do Paranapanema é uma região de inúmeros conflitos fundiários em virtude da grilagem de terras, uma técnica de falsificação de documentos de propriedades (FERNANDES, 1996). Os estudos de Leite (1998) e Feliciano (2009) apresentam a historicidade e contemporaneidade da irregularidade fundiária nessa porção do estado. A grilagem de terras nessa área teve início no século XIX e até os dias atuais é uma questão que impulsiona conflitos entre camponeses sem-terra e latifundiários-capitalistas. Estes estão a cada ano investindo na produção de cana-de-açúcar, o que dificulta ainda mais a arrecadação das terras griladas para a criação de assentamentos rurais.

A ocupação do oeste do estado de São Paulo foi estimulada com a construção da estrada de ferro Sorocabana (LEITE, 1998). As construções dos trilhos dessa estrada de ferro permanecem paralisadas até 1889 na vila de Botucatu e começaram a avançar em meados de 1917, chegando a Presidente Prudente em 1920. Muitos daqueles que chegavam à região nesse período acabavam comprando propriedades irregulares, complexificando ainda mais a questão da grilagem de terras.

O Pontal do Paranapanema é um território em disputa. Num primeiro momento, esse território foi disputado por indígenas, grileiros e posseiros. Mais tarde, as disputas entre grileiros e o próprio Estado na retomada de suas terras. Hoje, as disputas são entre os latifundiários-capitalistas, ocupantes grileiros, e os sem-terra, conforme será apresentado neste tópico. Essas disputas são a materialização da luta de classes na região (FELICIANO, 2009).

Os primeiros conflitos entre indígenas e grileiros ocorreram no ano de 1865, quando os mineiros chegaram à região do Pontal do Paranapanema com o objetivo de abrir “roças” (LEITE, 1998). Os conflitos entre os posseiros que ocuparam parte desse território e os grileiros tiveram início após a Lei de Terras de 1850. A lei instaurou a propriedade privada no país. A partir de então, as terras só poderiam ser adquiridas mediante a compra. As terras que ainda não haviam sido ocupadas passariam a ser chamadas de terras devolutas, ou seja, terras pertencentes ao Estado.

Contudo, essas terras foram ao longo dos anos griladas. Isso se deve a inúmeros motivos, dentre os quais podemos destacar o desconhecimento geográfico do Estado e da

sociedade em geral sobre a região e o registro da delimitação das terras a partir de relatos que muitas vezes não condiziam com a realidade.

A história da grilagem de terras no Pontal do Paranapanema teve início com o "registro paroquial" ou "registro do vigário". Esses registros serviam para legitimar as terras desde que nelas houvesse moradia habitual e cultura efetiva. Nesses documentos havia informações sobre as divisas, as benfeitorias, roças e criações das terras. Esses registros, único tipo de controle sobre as terras, eram utilizados pelo Império para o conhecimento estatístico das posses. Todavia, o governo demorava a checar a legalidade das posses. Somente em 1880, as terras do estado começaram a ser discriminadas.

Para a legitimação das posses o governo se baseava nos registros das paróquias e, mais tarde, solicitava aos ocupantes documentos que comprovassem a ocupação efetiva das terras. Porém, os registros paroquiais apresentavam inúmeras falhas. Primeiro, os registros eram cobrados. Segundo, porque não ficava claro que o registro não significava a titularidade da terra.

Os processos de grilagem de terras na região tiveram início entre 1886 e 1890, mas remonta ao ano de 1856 (FERNANDES, 1996). Em maio deste ano, Antonio José Gouveia registrou na paróquia de São João Batista do Rio Verde – atualmente município de Itaporanga – uma gleba de aproximadamente 238.000 alqueires ou 583.100 hectares. Antonio José Gouveia declarou residir na gleba Pirapó-Santo Anastácio desde 1848. A área do Pontal do Paranapanema é parte integrante dessa fazenda.

Em 1861, Antonio José Gouveia vende sua posse a Joaquim Alves de Lima. Com o seu falecimento, o filho João Evangelista de Lima assume a posse. Em 1886, este tentou legitimar a posse, mas em 1890 as medições da posse foram consideradas imprestáveis e nulas. Em 1890, Manuel Pereira Goulart adquire a posse da fazenda Pirapó-Santo Anastácio, passando a vender, trocar e doar partes da fazenda. As glebas de terras eram adquiridas, mas não ocupadas, visando apenas a valorização. Mais tarde, parte da fazenda foi transferida por Manuel Pereira Goulart à Companhia dos Fazendeiros de São Paulo. Em 1927 a Companhia faliu e em 1928 transferida ao coronel Alfredo Marcondes Cabral.

Outro grilo importante no processo de ocupação do Pontal do Paranapanema é a fazenda Boa Esperança do Água Pehy. José Teodoro de Souza afirmava ter a posse da área desde 1847. De acordo com Feliciano (2009), esse latifúndio também passou por sucessores, como Francisco de Paula Moraes e José Rodrigues Tucunduva. Os familiares de José Teodoro de Souza ainda possuíam partes do grilo na década de 1990 (LEAL, 2003).

Nesse ínterim, surgiram centenas de grilos-filhos da fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Esse processo desencadeou uma série de conflitos por terra. De acordo com Leite (1998, p. 46), "a área da Pirapó- Santo Anastácio apesar de grande, um dos mais vastos tratos de terra do Estado de São Paulo, com área calculada em cerca de 600 mil hectares, tornara-se pequena em vista do número de transcrições que se passaram".

Com o parcelamento e venda das fazendas, não era possível saber quem comprou de boa fé ou não. Em 1930, o poder judiciário do estado de São Paulo constatou através de laudos periciais que o registro da fazenda Pirapó-Santo Anastácio foi falsificado. Embora o Estado soubesse que as terras eram devolutas, não tomou as devidas providências.

Já em 1932, em nota oficial, o governo do estado alertou a população sobre o perigo de comprar terras nessa região por serem terras devolutas que foram griladas ao longo dos anos. Durante esse tempo, os grileiros devastaram as florestas e venderam as madeiras. De acordo com Fernandes (1996), nos anos 1940, o governador Fernando Costa criou a Reserva Lagoa São Paulo, a Reserva do Pontal do Paranapanema e a Reserva do Morro do Diabo, com o objetivo de proteger as florestas e retomar as terras no Pontal do Paranapanema. A área das três reservas correspondia a 297.400 hectares. Contudo este ato não teve efeito. Somente a Reserva do Morro do Diabo não foi devastada totalmente pelos grileiros.

Os grileiros da região auferiram renda das terras por décadas. Mesmo com o início do processo de discriminação das terras pelo Estado, a comercialização de grilos não cessou. É importante destacar que a discriminação não convertia as terras automaticamente em áreas do Estado. Para isso, era necessário que o Estou movesse uma ação reivindicatória. Entretanto, somente com a ação dos movimentos socioterritoriais houve a reivindicação das terras do Pontal do Paranapanema, conforme será discutido no próximo tópico.

3.2. A luta pela terra e reforma agrária

A principal forma de luta pela terra e reforma agrária nestas últimas décadas é a ocupação da terra. Esta é uma forma de acesso a terra e, consequentemente, (re)criação do campesinato (FERNANDES, 1999). É através da espacialização da luta pela terra que os sem-terras organizados em movimentos socioterritoriais conquistam os assentamentos rurais, ou seja, se territorializam, há uma relação entre esses dois processos, como estudado por Fernandes (1996). Assim, espacializar é "[...] conquistar novos espaços, novos lugares, novas experiências, desenvolver novas formas de luta e, consequentemente, novas conquistas, transformando a realidade, lutando pelo futuro" (FERNANDES, 1996, p. 120).

A territorialização dos sem-terra é resultado das ocupações de terra e, mais recentemente, das manifestações, que podem ser de diferentes tipos, conforme estudo por Pereira (2012). Os sem-terra conquistam a terra com o objetivo de transformá-la em terra de trabalho, diferente do capital que compreende a terra como um negócio (MARTINS, 1995).

As ocupações de terra são realizadas em propriedades que não cumprem com a sua função social, de acordo com o Artigo 186 da Constituição Federal, ou propriedades devolutas, que pertencem ao Estado. Ainda que os camponeses lutem por terra, a política de reforma agrária é implantada pelo Estado. Nesse processo, a pressão dos movimentos socioterritoriais é imprescindível, seja na ocupação de terras, na ocupação de prédios públicos, nas marchas, entre outras manifestações. Assim, é o Estado que aprecia quais propriedades são passíveis de reforma agrária. De acordo com Coca (2011), existem diferentes políticas de obtenção de terras, como a desapropriação, o reconhecimento, a regularização, a compra, entre outras. No caso do Pontal do Paranapanema, as políticas de obtenção que se destacam são a desapropriação e o reconhecimento.

No que se refere à luta pela terra e reforma agrária no Pontal do Paranapanema, uma das primeiras ocupações de terras organizadas por 350 famílias sem-terra ocorreu em novembro de 1983 nas fazendas Tucano e Rosanela, no município de Teodoro Sampaio (FERNANDES, 1999).

As famílias foram despejadas das terras e acamparam na rodovia SP 613. Com os boatos de que o Estado iria doar as terras para os sem-terra, os acampamentos 15 e 16 de novembro aumentaram. Em 1984, o governo decretou a desapropriação de uma área de 15.110 hectares de diferentes fazendas da região, assentando cerca de 460 famílias sem-terra. Por causa disso, os grileiros da região se somaram com latifundiários do país e fundaram a União Democrática Ruralista (UDR), com o objetivo de defender seus privilégios e evitar a implantação de uma reforma agrária no Brasil (FERNANDES, 1996).

Esse assentamento foi denominado Gleba XV de Novembro, o primeiro território da luta pela terra no Pontal do Paranapanema, tornando-se uma referência para a organização da luta pelo acesso a terra. As ocupações de terra passam a questionar as estruturas de poder que privilegiavam (e ainda privilegiam) os grileiros da região.

A criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, pela Igreja Católica foi fundamental para as lutas dos sem-terras no estado de São Paulo. Todavia, no Pontal do Paranapanema, a CPT não apoiava as lutas que surgiram na década de 1980. De acordo com (FERNANDES, 1999), somente alguns religiosos isolados mediavam as negociações com o

Estado e com os grileiros. A CPT se constituiu numa importante aliada dos camponeses ao criar espaços onde os eles encontravam condições para se organizar politicamente. Fundamentados na teologia da libertação com o método ver, julgar e agir, os sem-terra passaram a desmascarar as políticas e os projetos dos militares e partiram para a conquista da terra. (FERNANDES, 1999).

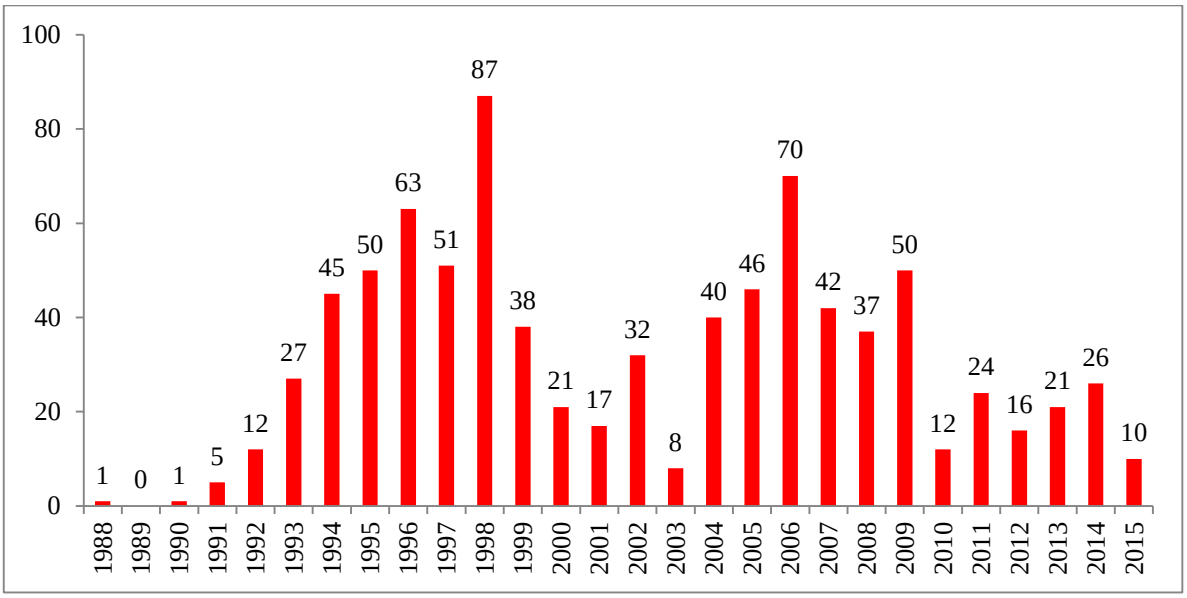
As lutas no Pontal do Paranapanema, assim como as lutas em outras regiões do estado e em estados que compõem a região Centro-Sul do país, assim como o apoio da Igreja e outras instituições, possibilitaram a formação do MST em 1984 no município de Cascavel, no Paraná.

A primeira ocupação realizada pelo MST no Pontal do Paranapanema ocorreu em 1990 no latifúndio Nova Pontal, no distrito de Rosana, município de Teodoro Sampaio, com a participação de, aproximadamente, 700 famílias sem-terra da região e do norte do Paraná. Depois de alguns dias, as famílias foram despejadas e acamparam na rodovia SP 613, próximo ao assentamento Gleba XV de Novembro (FERNANDES, 1996).

Após oito meses acampados, os sem-terra ocuparam uma área de 2.872 hectares da fazenda São Bento, no município de Mirante do Paranapanema. Depois do despejo montaram o acampamento em uma área da Estação Engenheiro Veras.

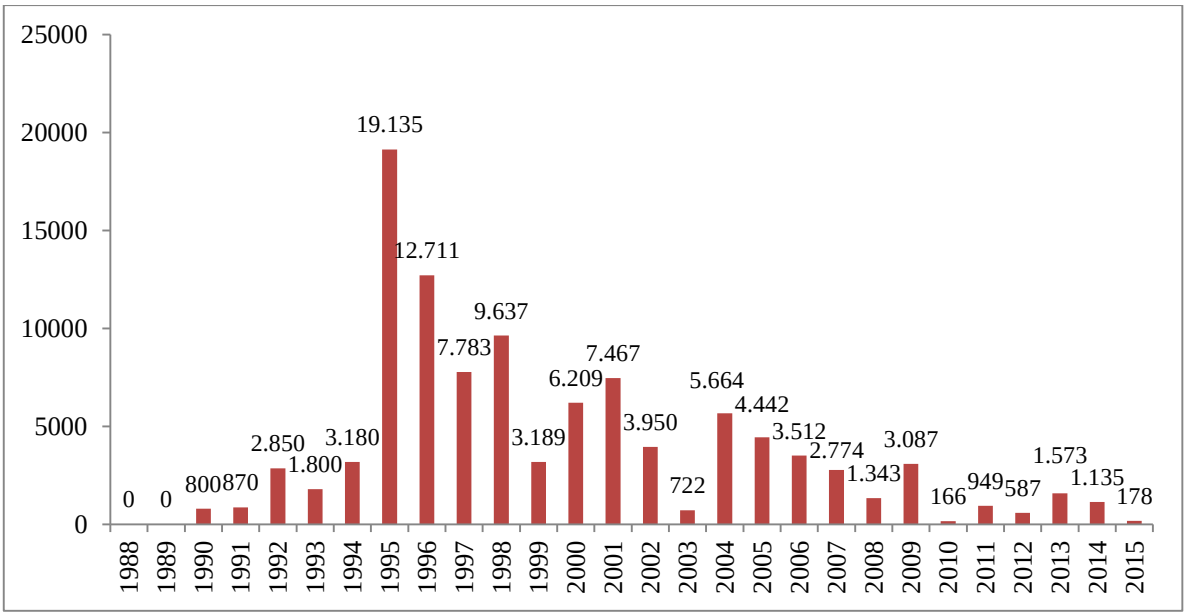
Outras ocupações de terra ocorreram no Pontal do Paranapanema, transformando a região em uma das mais conflituosas do estado de São Paulo. De acordo com o gráfico 1, depois de 1990, as ocupações de terra aumentaram progressivamente até meados dos anos 1990. Nesse período, segundo (FERNANDES, 1999), o MST investiu na massificação das ocupações de terra arregimentando boias-frias, arrendatários, meeiros da região e do norte do estado do Paraná. É possível notar no gráfico 2, a expressividade do número de famílias que participavam das ocupações de terra. Em 1995, 19.135 mil famílias participaram de ocupações de terra, o maior número registrado em um período de 27 anos.

Gráfico 1 – Número de ocupações de terra no Pontal do Paranapanema – 1988-2015



Fonte: DATALUTA (2016).

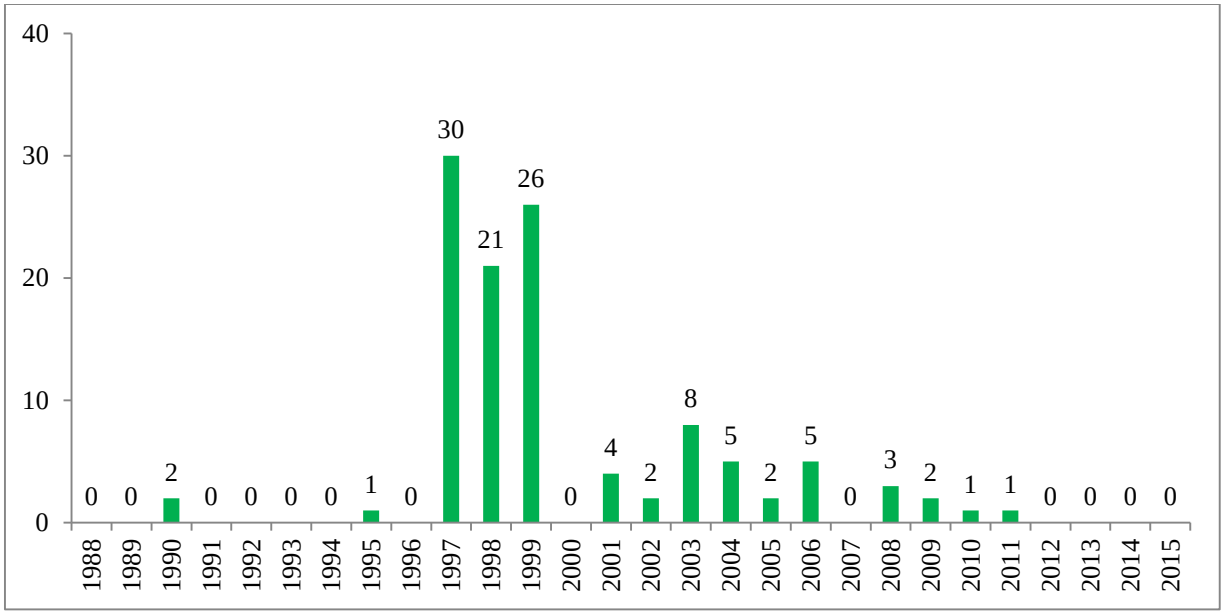
Gráfico 2 – Número de famílias em ocupações de terra no Pontal do Paranapanema – 1988-2015



Fonte: DATALUTA (2016).

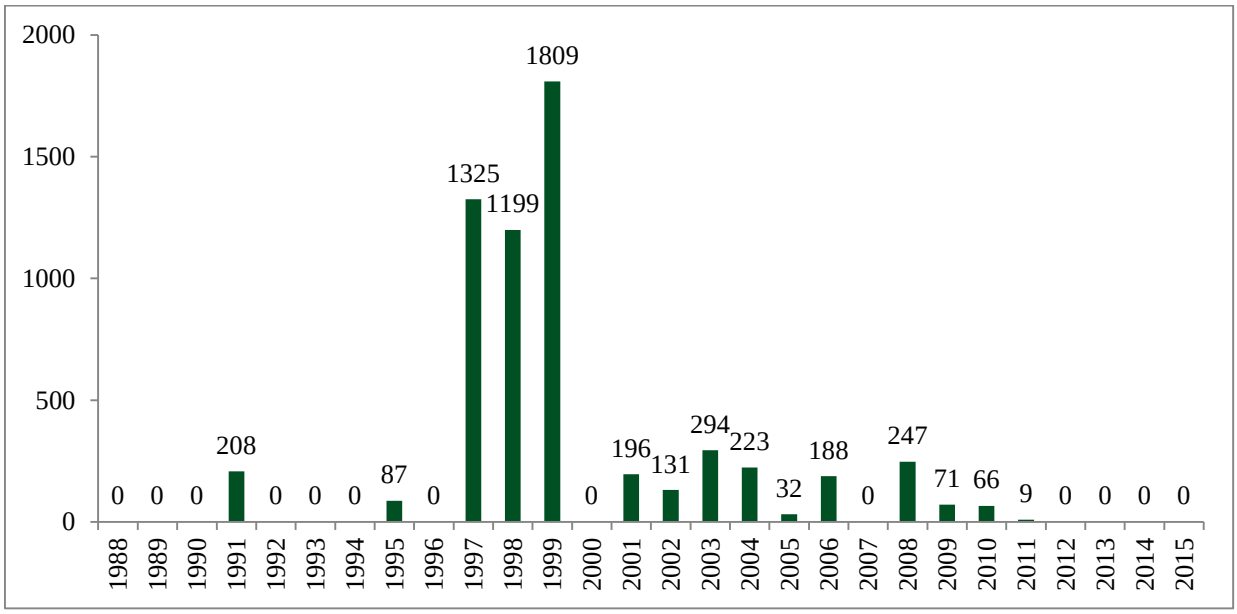
De 1990 a 1999, ocorreram 379 ocupações de terra com 61.955 famílias sem-terra. Essas lutas resultaram na criação de 80 assentamentos rurais (ver gráfico 3) com 4.628 famílias assentadas (ver gráfico 4). Se observarmos o gráfico 3, notamos que o aumento do número de assentamentos rurais implantados ocorreu logo após a massificação das ocupações de terra organizadas pelo MST.

Gráfico 3 – Número de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – 1988-2015



Fonte: DATALUTA (2016).

Gráfico 4 – Número de famílias assentadas no Pontal do Paranapanema – 1988-2015



Fonte: DATALUTA (2016).

A partir de 2000, com a criação da Medida Provisória Nº 2.109-49 de 27 de fevereiro de 2001 pelo governo Fernando Henrique Cardoso, o número de ocupações de terra diminuiu, voltando a crescer somente em 2004, depois da eleição do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Segundo a medida provisória, é vedada a vistoria de imóveis rurais públicos ou

particulares objeto de ocupações de terra motivadas por conflito fundiário por um prazo de dois anos, prorrogáveis por mais dois anos caso o imóvel seja reocupado.

Diante dessas circunstâncias, o MST passou a ocupar as propriedades limítrofes aos imóveis reivindicados pelos sem-terra, como é demonstrado nos escritos de FELICIANO, (2003) e também nos trabalhos de FERNANDES, (1999).

Entre 2000 e 2009, ocorreram 363 ocupações de terra com 39.179 famílias sem-terra. Embora o número de ocupações de terra seja próximo ao período 1990-1999, o número de famílias em ocupações de terra diminuiu significativamente. Essas lutas resultaram na criação de 31 assentamentos rurais com 1.382 famílias, números menores do que o da década anterior. Já entre 2010 e 2015, os números são ainda mais preocupantes. Foram 109 ocupações de terra com 4.588 famílias. Foram implantados apenas dois assentamentos rurais com 75 famílias. Nestes últimos 15 anos, o número de famílias assentadas foi menor do que no ano de 1999, no qual 1.809 famílias foram assentadas.

Além da morosidade do Estado no que se refere à política de reforma agrária, segundo Origuéla (2012), um dos fatores que explicam esse cenário é o avanço da produção de cana-de-açúcar na região, que tem bloqueado as terras passíveis de reforma agrária. Assim, segundo explica (BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B; 2013), o agronegócio canavieiro tem avançado em terras improdutivas ou griladas, incorporando-as ao seu circuito produtivo, dificultando o questionamento da improdutividade e irregularidade das terras.

De acordo com Fernandes (1999), a luta pela terra na região do Pontal do Paranapanema conta com a atuação de diferentes movimentos socioterritoriais. Além do MST, temos o Centro Terra Viva (CTV), a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), o Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra (MBUQT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Base, o União dos Movimentos Sociais Pela Terra (UNITERRA) e a Via Campesina.

Na luta pela terra, os sem-terra ainda sofrem repressão. É fundamental reafirmar que as lutas são resultado da inexistência de uma política de reforma agrária. Vivenciamos um momento de extinção dos programas de escassas políticas públicas destinadas ao desenvolvimento dos assentamentos rurais, da criminalização das ocupações e da questão agrária.

Os assentamentos rurais existentes no Pontal do Paranapanema são resultados das ocupações de terra e manifestações organizadas pelos sem-terra. A luta na atualidade ainda

mantém a organização de ocupações de terra e acampamentos, entretanto, a dimensão da permanência na terra é uma das mais dinâmicas hoje, luta-se para permanecer nos lotes e gerar renda para as famílias assentadas.

É nesse contexto que se insere a ideia de Reforma Agrária Popular do MST, que incide na democratização da terra, na viabilização a produção de alimentos saudáveis por meio da agroecologia, na busca pelo desenvolvimento de agroindústrias no campo sob o controle dos camponeses. Isso permite associar valor aos produtos, gerando mais renda e novos postos de trabalho, sobretudo à juventude. Ainda, busca garantir condições e direitos básicos, como saúde, educação, tecnologias, cultura e lazer a toda a população do campo.

Na sociedade capitalista atual, a questão agrária é resultado de seu modo de produção que se desenvolve por meio do mercado, onde se realiza a renda capitalizada da terra, que gera a desigualdade e a diferenciação social, de modo que nesse território é impossível minimizar o efeito devastador do problema agrário, contudo é preciso cada vez mais, ampliar-se a luta pela terra, buscando o desenvolvimento dos camponeses.

3.3. Breve histórico sobre os assentamentos rurais que são a base familiar da agroindústria vinculada a COCAPAR

Os assentamentos rurais surgem como resultados da luta dos movimentos socioterritoriais pela terra e reforma agrária, conforme apresentado no tópico anterior. Esse é o tipo de reforma agrária existente no país, a implantação de assentamentos rurais mediante a pressão popular. Em uma região como a do Pontal do Paranapanema, historicamente marcada pela presença de grileiros, a criação de assentamento rurais demonstra que as ocupações de terra possuem um potencial transformador da realidade, impulsionando o desenvolvimento social e econômico da região.

Basicamente, os assentamentos rurais da região do Pontal do Paranapanema são um conjunto de territórios camponeses implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) quando as terras são improdutivas e pela Fundação instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) quando as terras são públicas. No que se refere à implantação de políticas públicas, os institutos atuam em parceria. Assim, com a criação dos assentamentos rurais, em um território onde havia apenas um proprietário de terras, um latifundiário, hoje existem inúmeras famílias cultivando a terra.

Os assentamentos rurais que possuem lideranças que participam efetivamente da COCAPAR são o São Bento e o Antônio Conselheiro, localizados no município de Mirante

do Paranapanema. Ambos foram conquistados através das lutas do MST na região, conforme será apresentado neste tópico.

De acordo com Fernandes (1996), depois de um período de oito meses de despejos e repressões por parte do Estado, as famílias do acampamento João Batista da Silva saíram das margens da Rodovia SP-613, no município de Teodoro Sampaio, e ocuparam em 23 de março de 1991 uma área de 2.872 hectares da fazenda São Bento, no município de Mirante do Paranapanema. A fazenda tinha 5.106 hectares e estava sob o domínio de Antônio Sandoval Neto, um dos grileiros da região. Desse imóvel, 2.872 hectares foram classificados pelo INCRA como improdutivos. A partir do dia 23, mais 24 famílias procedentes de Mirante do Paranapanema e de municípios vizinhos também acamparam na fazenda São Bento.

Os assentamentos Bom Pastor, Roseli Nunes, Santa Cruz, Arco Íris, Estrela Dalva, São Bento 1 e 2, junto ao Antonio Conselheiro, são os que possuem participação conjunta à COCAPAR, e estão vinculados a estrutura organizativa.

Segundo o ITESP, o Assentamento Roseli Nunes possui 55 lotes na atualidade, de acordo com o INCRA, o Assentamento Bom Pastor possui 130 lotes, com uma área total de 2.628,39(ha). É exposto pelos membros do MST, em entrevistas, que o Assentamento Estrela Dalva, atualmente conta com 31 lotes regulares, e que o Assentamento Arco Íris possui cerca de 128 famílias, e analisando as informações levantadas em reuniões com membros do MST, é possivel concluir que o Assentamento Santa Cruz, localizado em Mirante do Paranapanema, possui atualmente, cerca de 17 famílias.

A fazenda São Bento foi ocupada 22 vezes pelo MST. Essa tática de ocupar e reocupar a área, pressionando o grileiro e o Estado, possibilitou a desapropriação da fazenda e a criação do assentamentos rural. Outra tática de luta fundamental para a conquista da área foi o cultivo das terras ocupadas. Assim, ao longo do dia os acampados produziam alimentos na fazenda São Bento e a noite retornavam para o acampamento localizado na estação Engenheiro Veras.

O assentamento São Bento foi criado em 1998 a partir do reconhecimento da área pelo ITESP. O assentamento possui 182 famílias e uma área de 5.190 hectares (DATALUTA, 2016). A área destinada à reserva legal e Área de Preservação Permanente (APP) é de 1.449 hectares. Até a criação do assentamento rural a área era destinada, sobretudo, à produção de gado de corte. Atualmente, temos, predominantemente, a produção de leite, além da produção de melancia, café, manga, feijão, milho, coco, urucum, mandioca e hortaliças (OLIVEIRA, 2011). Essas mudanças proporcionam a alteração da paisagem na região.

Todos os assentamentos rurais citados nesse capítulo, possuem membros da COCAPAR, de acordo com a tesouraria da cooperativa, os assentados que integram a diretoria na atual gestão, residem nos assentamentos São Bento e Antonio Conselheiro, bem como grande parte das reuniões e atividades ocorrem dentro desses assentamentos, até mesmo a área em comum, que possui cerca de 10 mil m², onde é utilizada para plantio e colheita coletiva da cooperativa, fica no Assentamento São Bento II, localizada próxima ao Barracão do Produtor, onde também ocorrem reuniões e atividades da cooperativa, apesar da sede atual dessa cooperativa estar localizada no município de Euclides da Cunha Paulista, grande partes das reuniões e atividades ocorrem propriamente nesses assentamentos citados.

O Assentamento Antônio Conselheiro foi criado numa área remanescente da antiga fazenda Santa Clara desapropriada pelo INCRA no ano de 1999. O assentamento é resultado, portanto, da desapropriação pelo governo federal de uma área particular. Em sua maioria, as famílias que ocuparam a fazenda eram da região do Pontal do Paranapanema e do norte do estado do Paraná. São famílias com vasta experiência na produção agrícola, principalmente, na cultura do café[6]. O ITESP parcelou a área em 65 lotes, com tamanhos que vão de 7,5 a 18 hectares, num total de 1.078 hectares. O ITESP é também o órgão responsável pela assistência técnica e extensão rural aos agricultores do assentamento.

Os assentamentos rurais representam a conquista de um objetivo, a terra, que logo se desdobra em novas lutas, seja pela moradia, saúde, produção, comercialização, entre outras. Assim, o assentamento rural é o ponto de chegada, depois da luta pelo acesso a terra, mas também o ponto de partida, da luta pela permanência na terra. Para continuar na terra, produzir alimentos e melhorar as condições de vida, os assentados se articulam na construção de cooperativas. São essas que procuramos compreender a partir do próximo capítulo.

[6] http://diversitas.fflch.usp.br/files/10-Assentamento%20Antonio%20Conselheiro.pdf.

4. As mudanças no Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) do MST

4.1. As experiências cooperativistas da década de 1990

A ocupação da terra é por si só uma experiência de cooperação em que os sem-terra, coletivamente, organizaram-se e lutaram pelo acesso a terra. A discussão sobre o cooperativismo propriamente dito no âmbito do MST surge apenas com a conquista dos primeiros assentamentos rurais, a partir do desafio de viabilizar a produção agropecuária.

Fundado oficialmente em 1984, o MST possui assentados e militantes em diversas regiões do país. São sem-terras que lutam pelo acesso a terra e assentados que lutam para permanecer nos lotes após a conquista dos assentamentos rurais. Neste capítulo expomos uma das estratégias de organização da produção agropecuária, o cooperativismo.

De acordo com Fernandes (1999), entre 1985 e 1989 surgem os primeiros grupos de associações nos assentamentos rurais. As atividades se baseavam em elaborar planos de trabalho em conjunto, coletivamente, sobretudo através de mutirões. Nesse período, havia certa restrição ao termo cooperativismo, porque logo se pensava em cooperativas tradicionais, que por lei eram vinculadas aos ditames e restrições do INCRA.

O MST compreende que as cooperativas de assentados são diferentes das cooperativas tradicionais. No quadro abaixo são apresentadas essas diferenças:

Quadro 5 – Diferenças entre a cooperativa tradicional e a cooperativa dos assentados segundo o MST

Características	Cooperativa Tradicional	Cooperativa dos Assentados
Sócios	Empresários Rurais Pequenos Produtores	Pequenos Produtores Famílias Assentadas
Classe	Proprietários junto com trabalhadores proletariados	Somente Trabalhadores
Quem Trabalha	Assalariados ou empregados permanentes e temporários (relação patrão/funcionário)	Os próprios associados. Empregados temporários, somente quando falta mão-de-obra.
Ramo de atividades	Comércio e Agroindústria	Produção agropecuária Comercialização Agroindústria
Poder de gestão	A minoria que detém o capital, controla a diretoria e as tomadas de decisão	As tomadas de decisão contam com a participação de todos
Forma de participação dos sócios	Assembleias anuais	Assembleias mensais Conselho Diretor Conselho representante dos setores e núcleos
Distribuição das sobras	Os associados não possuem controle, ocorre conforme os	A decisão é do coletivo Geralmente ocorre em função da

	fundos previstos em leis	quantidade e qualidade do trabalho realizado. Acontece através de serviços Valores em dinheiro e espécie, e também através de fundos previstos em leis
Planejamento das atividades	De cima pra baixo, os burocratas e a diretoria decidem	De baixo pra cima, cada núcleo e setor, decide próprio plano de trabalho, que posteriormente é analisado em assembleia
Inovação tecnológica e geração de empregos	Por utilizar assalariados, ao adotar novas tecnologias, passa a agir como empresa privada, tendem a dispensar empregados	Por não poder despedir associados e nem possuir assalariados fixos, ao introduzir novas tecnologias, busca diversificar a produção, para manter pleno emprego
Acesso às informações	Pouca exposição de informações, editais, balanços irregulares e jornais de propaganda	Total, editais, balanços informativos, jornal interno, mural de trabalho e balanço crítico geral
Resultados sociais	Mantém a tendência de concentração de renda e de propriedade, estimulando a expulsão de proletários do campo	Possibilita o desenvolvimento rural, estimulando melhoras na qualidade de vida, da população do campo

Fonte: CONCRAB. Org: Karin Gabriel Moreno – UNESP (2016).

A partir de 1990, a questão da produção agropecuária começa a ficar mais preocupante para o MST, visto que mesmo com o aumento do número de assentamentos rurais, a fome a e miséria no campo não diminuíam.

De acordo com os escritos, de (MORAIS, 1986), é possivel analisar que em 1985, a ideia de cooperativismo entre os assentados do MST, se baseava basicamente em:

● Fazer a limpa da planta dos assentamentos, atuando em coletivo;

● Lavrar e plantar em conjunto, essa é uma estratégia nacional do MST, sempre reapresentada em congressos do movimento;

● Realizar a aquisição de um trator em conjunto, para lavrar as terras individuais;

● Construir um galpão em conjunto, para guardar sementes, produtos e adubos;

● Fazer empréstimo rural, em conjunto no banco, em um só contrato, facilitando a forma de pagamento;

● Comercializar a produção em conjunto para pegar o melhor preço;

● Comprar mercadorias em conjunto, para conseguir pagar mais barato;

Entre as principais ideias que marcaram a orientação política do MST sobre o cooperativismo no início dos anos 1990 se destacam: passar da produção de subsistência para a produção de mercadorias, o que significa acúmulo de capital para investimentos em agroindústrias, e estabelecer uma fase de transição entre o camponês-artesão e o operário, transformando a consciência camponesa em consciência operária (RIBAS, 2002).

É nesse período também que nos cadernos de formação do MST aparecem as diretrizes para a constituição de uma cooperativa, salientando os instrumentos jurídicos, econômicos e estratégias de tal processo.

No quadro 6, podemos observar os tipos de cooperação agrícola existente nos assentamentos rurais de acordo com o MST.

Quadro 6 – Formas de cooperação agrícola segundo o MST

Características	Grupos Coletivos	Associações	Cooperativas
Quem participa	Vizinho, parentes e amigos	Famílias assentadas	Famílias Assentadas, incorporando a participação ampla de jovens e mulheres
Número de sócios	Geralmente até 10 pessoas	Geralmente, entre 20 a 400 membros, conforme o tipo de associação	Número mínimo exigido por lei, 20 membros
Forma de participação nas tomadas de decisão	Combinação verbal, entre os membros do grupo	Assembleias	Assembleias e Conselhos representantes dos Núcleos
Para que se juntam	Para compra de implementos Venda de produtos Construção de benfeitorias Ajuda mútua nos trabalhos	Encaminhamento das reivindicações da comunidade Prestação de serviços de comércio e transporte	Organização coletiva da produção e comercialização Construção de agroindústrias
Uso da terra	Individual e Semicoletivo	Geralmente Individual e Semicoletivo	Semicoletivo ou coletivo
Divisão do trabalho	No máximo mutirões de ajuda mútua	Formas simples de divisão social do trabalho	Especialização dos trabalhos através dos setores e núcleo de atividades
Estatuto e Registro	Não tem estatuto Geralmente não possui regimento interno Quando existe registro, são geralmente são contratos assinados por todos	Precisa de estatuto Pode ser registro interno Não possui bloco de notas fiscais	Tem estatuto regulamentado por lei Possui registro interno Deve ter registro oficial de contabilidade

Fonte: CONCRAB. Org: Karin Gabriel Moreno – UNESP (2016).

A partir de 1994, o MST elabora o caderno de formação “Cooperação agrícola nos assentamentos”, no qual explica o cooperativismo, a sua importância e como pode ser implementado, incentivando ações coletivas.

Após o ano de 1995, segundo Fernandes (1999), surgem as ideias de construir Cooperativas de Crédito, por que as associações anteriores não estavam conseguindo avançar sem ter acesso ao crédito. Depois apareceram as experiências de Cooperativas de Comercialização e, em seguida, de Cooperativas de Produção.

Já em 1997, o MST passa a explicar em seus cadernos de formação questões sobre como ampliar o capital Constante e o capital Variável. Esses termos são utilizados por Karl Marx no seu livro “O Capital”. O capital constante é a parte do capital que se transforma em matérias primas, em matérias auxiliares, isto é, em meios de produção. Já o capital variável correspondente à parte do capital que é empregada no pagamento de salários, que tem seu valor aumentado no processo de produção.

> Capital constante são máquinas, insumos industrializados, são frutos dos dias de trabalho acumulados. O capital variável é o trabalho vivo, incorporado ao processo produtivo, para produzir uma nova mercadoria (MARX, 1889, p. 229)

Dessa forma, o grande trunfo do cooperativismo do MST no ano de 1997 é elaborar estratégias de compra de mais maquinários, de acordo com o “Documento Histórico. Caderno de Formação do MST. BRASIL; Movimento Sem Terra; N 09”, uma forte estratégia é agir juntando as pequenas sobras das vendas de produtos agrícolas, e aderir as questões práticas, propostas pelo movimento socioterritorial:

a) aumentar a produtividade do trabalho, em uma pequena propriedade rural, o trabalhador faz todas as partes do trabalho, desde a lavração, a colheita e a venda dos produtos. No cooperativismo, cada trabalhador faz apenas uma parte do trabalho, sendo um tratorista, outro cuida da conservação das máquinas, outro fica responsável pelas vendas e assim por diante;

b) ampliar a divisão e especialização do trabalho;

c) racionalizar a produção de acordo com os recursos naturais disponíveis;

d) conseguir melhores preços para os produtos no mercado;

e) construir agroindústria;

Através dessas experiências o MST conseguiu formular uma proposta geral de Cooperação Agrícola, criando um Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).

Diagrama 1 – Esquema organizacional do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA)

Fonte: CONCRAB.

O SCA é o setor que cuida dos assuntos de produção, comercialização e formação de agroindústrias, e está vinculado a Confederação da Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil (CONCRAB), fundada em 1992.

Segundo Fernandes (1999), o cooperativismo adotado pelo MST estava associado a construção de uma estrutura política e organizacional pautada em objetivos que assegurassem a minimização da pobreza no campo, através do desenvolvimento das relações de trabalho superiores àquelas tradicionalmente constituídas. Para alcançar esse patamar, o Movimento organizou, a partir de seu Setor de Produção, o Sistema Cooperativista dos Assentados,

denominado SCA, responsável pela organização da produção, por meio da implantação de cooperativas.

> O plano da produção é unificado e todos os participantes trabalham de forma coletiva. A cooperação funciona como uma empresa, procurando desenvolver a produção, a comercialização e a industrialização dos produtos. A divisão social do trabalho se dá através de especializações (CONCRAB, 1996, p. 06).

O cooperativismo evolui no processo de luta pela terra, e em análises de campo, entrevistas, é possível notar que a participação dos assentados nos congressos nacionais do movimento possibilita a geração de novos conhecimentos para serem inseridos nas experiências de cooperativismo.

Uma das mudanças no cooperativismo do MST, é a inserção do debate sobre agroecologia, sobretudo a paritr dos anos 2000, embora a transição à agroecologia seja um elemento novo na questão do cooperativismo, a estrutura pensada pelos membros do MST, é a mesma das décadas de 1980 e 1990, se mantém a estrutura de tentativa de coletivização da produção, como é destacado nas reuniões realizadas pela diretoria da COCAPAR e exposto nas entrevistas realizadas em nossas pesquisas, o modelo de gestão das cooperativas é o socialista. Embora existam mudanças, a estrutura pensada para as cooperativas do MST, é a mesma desde a década de 1980 e 1990.

A experiência de trabalhar em conjunto é uma das formas mais complexas de cooperação que vem sendo praticada pelo MST. Essa forma organizativa exige bastante dos assentados. Conforme expõe Fabrini (2002), as propostas de constituição de cooperativas do MST estão inseridas num contexto de luta dos trabalhadores do campo. Nos assentamentos rurais, as cooperativas surgiram num contexto de resistência e luta contra o poder do grande capital e do latifúndio.

Apesar do incentivo à criação de cooperativas agropecuárias nos assentamentos, muitas experiências não foram exitosas, razão pela qual o movimento passou a repensar essa proposta de organização, principalmente a modalidade de coletivos. De qualquer maneira a incessante busca do desenvolvimento dos assentamentos rurais, tornando-os viáveis do ponto de vista socioeconômico, tem trazido à tona discussões relevantes, renovando a ideia de que uma simples política de distribuição de terras não basta.

4.2. O Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente

Uma das principais contribuições dos assentados à sociedade brasileira é a produção de alimentos. No caso dos assentamentos organizados pelo MST a estruturação da produção agrícola ocorre a partir de associações, cooperativas e agroindústrias que visam desenvolver a cooperação, solidariedade e ajuda mútua entre os assentados. Melhorando, assim, as condições de renda e de trabalhos dos assentados.

A construção de cooperativas é difícil diante da diversidade econômica e social do campesinato no país. Esse fator, assim como a ofensiva governamental contrária às ações do MST, desencadeou, em alguns locais, o esgotamento do modelo cooperativista.

É nesse contexto que novas estratégias vão sendo estruturadas. Uma delas é a aproximação do MST com a questão da sustentabilidade através de práticas agroecológicas. Desse modo, "a luta por Reforma Agrária deve caminhar junto com a luta em defesa da natureza, da água, da biodiversidade e da produção de alimentos baratos e livres de agrotóxicos e transgênicos para a população" (MARTINS, 2002).

Assim, a partir dos anos 2000, algumas perspectivas foram inseridas na concepção de cooperativismo do MST. Todavia, o seu objetivo principal que é a organização da produção agrícola buscando a emancipação socioeconômica dos assentados é o mesmo.

Uma mudança importante é a questão da agroecologia. Os assentados, organizados em cooperativas ou não, estão optando pela produção de alimentos em consonância com o meio ambiente, uma prática que possibilita a melhora da qualidade de vida dos assentados, consolidando-se enquanto uma forma de resistência ao modelo do agronegócio baseado no monocultivo em grandes extensões de terras, na destruição da natureza e na exploração do trabalho.

As cooperativas têm um papel importante na transição agroecológica nos assentamentos rurais, pois está, cada vez mais, dedicando-se à expansão da produção de alimentos agroecológicos. A agroecologia é uma forma de produzir que não é nociva ao meio ambiente ou a saúde humana, por isso os assentados se orgulham de praticar esse tipo de agricultura que se aproxima da natureza e se distancia do agronegócio, das sementes transgênicas e dos agrotóxicos.

A transição agroecológica em curso tem sido concebida como um processo lento e gradual, que deve ser avaliado e melhorado constantemente para que os projetos de

desenvolvimento dos assentamentos rurais estejam articulados com as necessidades construídas localmente.

As estratégias cooperativistas são regionais, funcionam de diferentes formas, de acordo com as estruturas regionais de cada localidade, mas seguindo a mesma lógica: a de preservação ecológica, buscando estar sempre de acordo com as diretrizes nacionais do movimento.

Outro elemento importante, mas não recente, é a participação da mulher e dos jovens no cooperativismo. Embora essa discussão seja antiga no MST, atualmente ela tem sido cada vez mais enfatizada, sendo um dos principais enfoques nos assentamentos rurais.

Assim, de acordo com o "Caderno de Formação: Experiências Históricas da Cooperação Nº 02 – O Cooperativismo no pensamento Marxista em 2002", o MST tem enfatizado os seguintes pontos na organização da produção agricola nos assentamentos rurais:

- Participação da Mulher de forma ampla.
- Inserção do jovens nas tomadas de decisões;
- Comercialização em feiras livres e por encomendas.
- Cursos preparatórios e também de formação técnica.
- Processamento dos produtos.
- Produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos.
- Emancipação financeira das famílias envolvidas.

Dados do MST de 2015, disponíveis no endereço eletrônico www.mst.org.br, apontam que o Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país, reunindo milhares famílias que por meio da organização e da luta conquistaram diversas áres de terra. Essas famílias depois de assentadas ainda permanecem organizadas no MST como estratégia para consolidar o movimento e avançar na conquista de direitos básicos, benfeitorias nas terras, saneamento, energia elétrica, acesso à cultura e lazer.

É necessário destacar também, as avaliações existentes à concecpção de cooperativismo do MST, de acordo com FABRINI (2007), nas últimas décadas, esse movimento tem modificado radicalmente o seu discurso ao modo de produção que deve ser adotado pelos agricultores em seus assentamentos, migrando de um discurso com forte viés produtivista, para outro mais aderente à visão agroecológica e ambientalista, passando a

incorporar ao centro de seu ideário conceitos como o de respeito e resgate da agricultura camponesa, bem como as diretrizes da agroecologia.

O que podemos concluir neste capitúlo da pesquisa, é que as estratégias de cooperativismo estão estruturadas ou se estruturando de forma qualitativa, pois cada vez menos necessitam de recursos de fora, buscando autônomia das famílias que participam do processo de luta pela terra, não dependendo somente de financiamentos do governo, e os cooperados vem gerando renda suficiente para a sua subsistência e de suas famílias, além da renda excedente que reinvestem na própria cooperativa, nos assentamentos rurais ou na qualidade de vida das famílias camponesas. Contudo, esse aspecto não elimina as dificuldades, desafios, e défictis existentes nas construções das experiências cooperativistas, que possuem também defeitos, como por exemplo, falhas organizacionais, erros de logisticas, falta de infra-estrutura, questões que ainda necessitam serem desenvolvidas.

5. As experiências cooperativistas do MST no Pontal do Paranapanema

5.1. A COCAMP

Nesta parte da pesquisa expomos informações sobre a história das estratégias coletivas realizadas pelos assentados na região, demonstramos dados que contribuem em nossos estudos, elementos históricos, que permitem observar as experiência entorno das atividades, de uma das principais experiências de cooperativismo na região do Pontal do Paranapanema, a partir da luta pela terra.

O cooperativismo enquanto estratégia de organização da produção agropecuária foi inserido em vários assentamentos rurais do país. Nesse contexto, no Pontal do Paranapanema, em 1994, foi fundada a COCAMP a partir de grupos de famílias organizados nos assentamentos Gleba XV de Novembro, Água Sumida, Santa Rita, Che Guevara, e São Bento (RIBAS, 2002). Em 1994 e 1995 as atividades da cooperativa se restringiram à organização e documentação e, somente em 1996, os projetos agropecuários e agroindústrias passaram a ser desenvolvidos. O montante de investimento chegou na época a R$ 3.700.000,00. Todos os recursos foram adquiridos através do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA).

A COCAMP possuía um grande número de associados:

> A partir da distribuição dos sócios da COCAMP, nota-se que os municípios mais representativos em termos de números de cooperados são: Euclides da Cunha (435), Mirante do Paranapanema (428), Rosana (389) e Teodoro Sampaio (332), sendo que o conjunto desses municípios totaliza 1584 cooperados, 72% do total. Desses 72%, Euclides da Cunha representa 20%, Mirante do Paranapanema 19%, Rosana 18% e Teodoro Sampaio 15%. Os demais municípios representam juntos 28% do total de cooperados da COCAMP (RIBAS, 2002, p.45).

De acordo com Ribas (2002), os principais projetos agropecuários da COCAMP eram: projeto da mandioca, do abacaxi, do maracujá, do café, a micro usina de leite, a piscicultura e a irrigação. Já os projetos de agroindústria eram: projeto de silos e armazém, empacotadeira de grãos, farinheira e fecularia, laticínio e despolpadeira de frutas.

Embora o projeto industrial da COCAMP exista até hoje em Teodoro Sampaio, nunca chegou a funcionar de forma ampla. Os camponeses não conseguiam entregar seus produtos, o enfrentamento contra o grande capital é constante e aparentemente os compradores

consideravam mais viável realizar compras de grandes produtores por conta da facilidade de negociação e das parcerias.

Segundo uma das assentadas que coordenam a COCAPAR:

> A COCAMP não deu certo, por conta de que sofremos perseguições dos grandes produtores na região, que fazem oposição ao MST, e os juizes das cortes e donos de mercados, também são aliados desses grandes produtores, mas aprendemos muito com a luta pela terra, e o enfrentamento direto contra as adversidades. [Presidente da Cocapar Gestão 2016. *Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016*]

De acordo com Ribas (2002), o cooperativismo fortalece as políticas organizativas constituídas como procedimento cumulativo e contraditório, realizado para minimizar a miserabilidade dos trabalhadores. Segundo Fabrini (2002), a participação dos camponeses nas ações de cooperativismo acontece através da luta pelo fim da expropriação, luta para ocupar a terra e permanecer no território.

Em nossos trabalhos de campo, foi possivél notar, que na atualidade, os assentados da região, vem cultivando hortaliças, mandioca, manga, em alguns lotes também encontram-se pomares, e a produção de leite continua sendo uma das prioridades, notamos também a presença do plantio de Macaúba, que ocorre nos assentamentos em TEODORO SAMPAIO, cultivo organizado em parceira com o ITESP, pelos trabalhadores rurais.

Assim, analisando a questão agrária no Pontal do Paranapanema, e a história da produção nos assentamentos rurais, localizados na região, notamos que à presença do MST, porpicia as famílias novas iniciativas de organização, abarcando procedimentos de ação coletiva, buscando desenvolvimento para as famílias envolvidas.

5.2. Outras cooperativas

Depois da experiência da COCAMP, a única cooperativa fundada e registrada oficialmente no Pontal do Paranapanema pelo MST, foi a COCAPAR. De acordo com uma das assestadas que coordenam a cooperativa:

> Na história do MST, inserido na região do oeste paulista, existirão diversas tentativas de formar cooperativas, mutirões, grupos coletivos de produção, entre outros tipos de ações coletivas para organizar a produção. Praticamente todos que surgiam, logo desapareciam, e não são registrados na história, não possuíam nomes muitas vezes, nem registros, eram tentativas, basicamente todas não obtiveram sucesso. Surgem para realizar a organização e

> escoamento de nossas produções, quando aconteciam reuniões com a base do MST, onde recebíamos instruções da comissão estadual do MST, que esta sempre se reunindo com a organização nacional do movimento. É preciso focar nas experiências solidas que chegaram a se materializar, como a COCAMP, e agora mais atualmente a COCAPAR. [Presidente da COCAPAR Gestão 2016. *Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016*]

A partir dos temas abordados nas entrevistas, duas federações que congregam as associações de produtores rurais tradicionais e de produtores rurais assentados foram mencionadas pelos militantes do MST, a Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias do Estado de São Paulo (FAMHESP), criada em outubro de 2005 e atualmente possui sede no distrito de Agissê, município de Rancharia – SP, e a Federação das Associações de Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista (FAAFOP), criada em novembro de 2006 com sede no município de Mirante do Paranapanema e sub-sede no município de Teodoro Sampaio. O surgimento da federação FAAFOP, está atrelado às possibilidades de obtenção de financiamentos públicos do governo federal a partir do Programa Nacional de Biodiesel (OLIVEIRA, HESPANHOL, 2009).

A constituição das sedes das associações, de acordo com (OLIVEIRA; HESPANHOL, 2009), se constitui como uma estratégia de gestão territorial relacionada a disputa pela hegemonia regional dos assentamentos vinculados ao MST.

Os assentados entrevistados alegam que a FAAFOP, realizava as reuniões que se desenvolviam mais no âmbito interno a diretoria da própria federação do que com relação aos dirigentes das pequenas associações, que não possuíam nomes, nem registros e estavam vinculadas. Os encontros eram realizados de acordo com a necessidade, para discutir aspectos relacionados aos projetos de plantio de oleaginosas subvencionados pelos convênios estabelecidos com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Nas entrevistas e reuniões, os membros do MST, alegam que essas federações não obtiveram tanto sucesso nas articulações com os assentados por privilegiarem mais os grandes produtores, diminuindo o espaço de mercado para os agricultores camponeses.

Nestes últimos anos, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem sido uma referência para a criação de associações formadas por camponeses, especialmente nos assentamentos rurais.

Segundo Coca (2016), a primeira experiência do PAA “Compra com Doação Simultânea” na região ocorreu em 2006, articulando as seguintes entidades proponentes: Associação Agrícola Pontal (AGROTUR) e Instituto de Desenvolvimento Rural, Educacional

e Cultural do Pontal (IDR), ambos de Sandovalina; APRAE, de Presidente Epitácio e Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Maturi e Reassentados do Projeto Lagoa São Paulo, de Caiuá. Dessa primeira experiência até o ano de 2013, os municípios de Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio foram os que concentraram o maior número de agricultores camponeses proponentes.

De acordo com Coca (2016), em 2012, ano em que foi registrado o maior número de camponeses beneficiados pelo PAA "Compra com Doação Simultânea" no Pontal do Paranapanema, dentre as entidades proponentes constaram 69 associações, 2 cooperativas e 3 organizações de mulheres. Dentre essas associações, 10 eram formadas por camponeses "convencionais", sendo 59 formadas por assentados em projetos de reforma agrária, todavia não sabemos ao certo quais possuem influência do MST.

As cooperativas e os grupos de mulheres eram formados, na maioria das vezes, por assentados que participavam ativamente da luta pela terra. Pelo fato de serem muitas e, normalmente, experiências curtas, não enfatizamos cada uma delas. Mas é importante ressaltar que essas experiências representam uma extensão da luta e, sobretudo, representam questões que influenciaram nas tentativas amplas e atuais de formação coletiva e cooperativista.

De acordo com (COCA, 2012), através da consulta do CNPJ dessas entidades coletivas da época, na Web Page da Receita Federal brasileira, 44 associações e uma cooperativa foram formadas após a primeira experiência do PAA "Compra com Doação Simultânea" no Pontal do Paranapanema:

> No ano de 2012, dentre as 74 entidades proponentes do PAA no Pontal do Paranapanema, 08 eram formadas por mulheres, sendo elas: a Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Maturi e Reassentamento do Projeto Lagoa São Paulo, de Caiuá; a Organização de Mulheres do Assentamento Tucano (OMAT), de Euclides da Cunha Paulista; a Associação dos Produtores Rurais do Bairro Areia Branca, de Marabá Paulista; a Associação das Mulheres Assentadas da Região do Pontal do Paranapanema, a Associação Feminina do Município de Mirante do Paranapanema e a Associação Pecuária e Agrícola do Município de Mirante do Paranapanema (APAMP), todas de Mirante do Paranapanema, além da Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV de Novembro (OMUS), de Rosana. Todas essas entidades proponentes do PAA no Pontal do Paranapanema que são formadas por mulheres têm origem nos assentamentos rurais. Isso denota que como parte do aprendizado de luta pela terra e de luta na terra o componente gênero se torna uma referência. (COCA; 2016, 233p.)

Para exemplificar a importância do PAA para o incentivo às práticas coletivas por parte dos agricultores familiares do Pontal do Paranapanema, de acordo com Coca (2016) são tomados os exemplos da Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar Estrela do Pontal (COOESP), de Sandovalina, da Associação e Sindicato (APRAE) e da Associação de Comércio e Indústria (APAFL), de Presidente Epitácio, e da Associação e Sindicato (APRACON), de Mirante do Paranapanema. A Cooperativa de Serviços e Trabalhos Múltiplos do Estado de São Paulo (COOESP) agrega 302 agricultores familiares que vivem no assentamento "Bom Pastor", sendo um número de 59 ou próximos a ele.

O ano de 2012, segundo Coca (2016) foi o que teve o maior número de agricultores familiares beneficiados pelo PAA "Compra com Doação Simultânea", atingindo o número de 2.337:

> Conforme o PAA foi chegando, muita gente foi formando movimentos de cooperação, e outras pessoas foram entrando em algumas cooperativas que já existiam, criadas por pessoas que muitas vezes, nem eram do meio rural, entre outros tipos de associações, que envolviam comerciantes com produtores familiares, mas com o passar dos tempos, essa política pública do PAA, foi ficando reduzida, e agora na atualidade, em 2016, praticamente, sobraram poucas ações do PAA aqui nos assentamentos próximos, e essas ainda são aproveitadas, inclusive, nós da COCAPAR, também participamos, não todos os membros, mas aqueles que conseguem, com muita luta, estão contribuindo para melhorias nas produções, a COCAPAR, a partir dessas situações, começou a se reinventar, para produzirmos sem a dependência dessas políticas públicas, mas ainda são muito fundamentais as ações do PAA, elas fazem falta, essas políticas públicas que em um dado momento da história existem e depois não existem mais, são cortadas, conforme muda-se de governantes federais. [Presidente da COCAPAR Gestão 2016. *Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016*]

Dessa forma, também se constata que a oportunidade de mercado oferecida pelo PAA tem sido uma referência para a diversificação produtiva das unidades de produção familiar, gerando um impulso para a criação de cooperativas.

É possível notar a partir das entrevistas que na região denominada Pontal do Paranapanema ocorreram experiências pequenas de núcleos que faziam parte da estrutura base de organização, funcionavam como mutirões onde os assentados atuavam para organizar atividades de comercialização, principalmente das culturas de leite e mandioca, e também realizando panificação e confeitaria.

Dessa forma, concluímos que o desafio que nos afligiu no desenrolar desta pesquisa, pode demonstrar a capacidade de reconstrução que possuem os assentados, que apesar das iniciativas frustradas de organização produtiva, não desistem, pois a luta na terra, tem se constituído ainda no principal desafio a ser superado, uma vez que no momento em que a terra

é conquistada, através da luta e das ocupações, o movimento perde grande parte da influência sobre esses “novos” agricultores. Muitos passam a não participar das organizações coletivas de produção, por motivos particulares. Os camponeses pela ausência de um processo de socialização política encontram dificuldades de mobilização e, via de regra, passam a cultivar cana-de-açúcar e passam a vender diretamente para agroindústrias canavieiras, dessa forma, muitas famílias assentadas ficam submetidas aos ditames de algumas empresas rurais.

6. A formação da COCAPAR

6.1. Fundação

A fundação da COCAPAR surge em um contexto de necessidade de criar alternativas para os assentados da região conseguirem escoar a sua produção, gerar renda para as famílias e, assim, permanecer na terra.

> A ideia de formar a COCAPAR, surgiu no ano 2001, para realizar a organização e escoamento de nossas produções, quando aconteciam reuniões com a base do MST, onde recebíamos instruções da comissão estadual do MST, que esta sempre se reunindo com a organização nacional do movimento. [Presidente da COCAPAR Gestão 2016. *Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016*]

A COCAPAR está registrada na comarca do município de Teodoro Sampaio. Apesar de ter sido inaugurada na região no ano de 2001, só foi oficializada em 2006, ou seja, registrada como um empreendimento cooperativo.

Segundo os coordenadores da COCAPAR, após a experiência da COCAMP não ter dado certo em virtude dos enfrentamentos políticos-ideológicos com representantes do poder público na região e da falta de infraestrutura, nas reuniões que ocorriam na escola Florestan Fernandes, localizada em Guararema, com a coordenação regional e estadual do MST, os assentados da região decidiram formar uma nova cooperativa.

A partir de muitas reuniões e tomadas de decisões que envolviam elaborar uma proposta de cooperativa, analisar os lotes interessados em participar, definir o perfil da estrutura de funcionamento, convocar assembleias nos assentamentos, motivando a participação de famílias camponesas, os assentados decidiram implantar a Cocapar na região. O atual escritório sede da cooperativa está localizado no município de Euclides da Cunha Paulista:

> A COCAPAR funciona como organização de uma empresa, surgiu depois que a COCAMP não teve sucesso, nos reunimos com organizações estaduais pra trazer a ideia de uma nova cooperativa. A COCAMP não deu certo por que nós enfrentávamos na época o agronegócio aqui na região, e enfrentamos até hoje, é uma luta. Nós queremos o modelo socialista de gestão da cooperativa e o agronegócio é capitalista. Existe uma discordância entre nós e o agronegócio possui dentro do poder público grandes aliados que barravam nossas propostas. Nossos financiamentos eram barrados pelos promotores judiciários da região, tivemos muitas discussões em Mirante do Paranapanema com os políticos e não conseguiram resolver muita coisa. A COCAMP foi se desgastando nessa luta contra do agronegócio, e aí surgiu a

> ideia de uma nova cooperativa para melhorar nossas produções e melhor enfrentar o modelo da agricultura capitalista. [Tesoureiro da COCAPAR Gestão 2009. *Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016*]

A comercialização de alimentos já estava sendo realizada por alguns assentados no município de Rancharia, mas eles não conseguiam avançar porque havia poucos associados, então essa questão foi transferida pela coordenação regional do MST para o município de Teodoro Sampaio, onde se pensou em novas estratégias, envolvendo a participação das mulheres no processamento dos legumes advindos dos lotes e dos jovens nas tomadas de decisão, gerando assim maior comprometimento social e agrícola:

> Essa ideia de fundar a COCAPAR foi transferida de Rancharia pra cá, pois aqui havia maior número de assentados para participar, e tem os jovens também pra poder gerar aprendizado ajudando. [Associado da Cocapar desde 2009. *Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016*]

Segundo a presidência da COCAPAR, o surgimento e funcionamento da cooperativa, ocorre aos moldes de uma cooperativa tradicional do MST, não há muita diferenciação se comparada a outras cooperativas do movimento.

> A Cocapar, funciona como qualquer outra cooperativa comum do MST, acontecem reuniões com os assentados, possuimos uma ideologia política, e a questão principal que temos é produzir, escoando a produção, conseguindo vender alimentos que plantamos. Para começar com a Cocapar, nós buscamos nos espelhar muito nas cooperativas do MST que ficam localizadas no Sul do Brasil, aparentemente por lá, as coisas estão dando certo. [Presidente da Cocapar Gestão 2016. *Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016*]

A Cocapar, foi formada a partir de experiências dos camponeses com a produção agricola, e de suas vivências na luta pela terra. O membros procuram objetivar as conquistas como ocorreram na região Sul do Brasil, onde experiências de cooperativismo do MST, obtiveram sucesso em comercialização dos produtos.

> Uma das idéias fundamentais pra fazer o escoamento dos produtos rurais, foi entregar os alimentos pra merenda escolar, das cidades de Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio, conseguimos fornecer nossos produtos, gerando renda e incentivo pros associados da cooperativa. [Presidente da Cocapar Gestão 2016. *Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016*]

Em pesquisas de campo, participando em observação de reuniões da COCAPAR, foi possível notar que a direção da cooperativa, além de prosseguir outras atividades de formação e capacitação, criou os núcleos de formação, que de acordo com a presidência da COCAPAR, surgirão como espaços onde ocorriam capacitação e formação dos associações, onde acontecem a transferência de conhecimento múltiplos, tanto de vivência prática, quanto de experiências educacionais, destinados a transmitir aos assentados conhecimentos tanto de técnica organizativa como de técnicas referentes à agroindústria. A COCAPAR tem como fundamental desenvolvimento, a produção de pães, as mulheres que são associadas, participam ativamente, gerando um revezamento conforme a disponibilidade, para a produção de pães que são comercializados nos municípios próximos, esse aspecto gerou impulso para a continuidade das atividades na cooperativa.

Segundo a presidência da COCAPAR, a ideia é exercer um cooperativismo com a participação da mulher, dos jovens, envolvendo o desenvolvimento da agroecologia, buscando escoar as produções realizadas por parte das famílias assentadas, gerando renda e emancipação dos pequenos produtores.

Desde o surgimento inicial da ideia em 2001, até na atualidade em 2016, notamos que os desafios ainda persistem, entretanto a organização ainda se mantém, buscando formas de dinamizar o escoamento das produções agrícolas.

> As dificuldades são muitas, enfrentamos a falta de acesso aos créditos rurais, não conseguimos financiamentos, empréstimos para tocar nosso empreendimento cooperativo. Buscamos também nos inserir na agroecologia, e não é fácil, o solo é infértil por aqui, e lutamos, gerando estratégias de irrigação. Por mais que sejamos adeptos do socialismo, precisamos desenvolver nossas produções dentro da lógica do sistema capitalista, pra depois ter autonomia e poder estruturar nossa comercialização de forma socialista. A chegada do Programa PAA aqui na região foi muito boa durante os anos de 2014 e 2015, agora em 2016 com essa crise, e com a entrada do novo governo do PMDB como oficial, foram cortados alguns investimento do Programa de Aquisição de Alimentos, e as comercializações de produtos agropecuários estão se tornando fracas. [Tesoureiro da Cocapar Gestão 2009. *Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016*]

O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), é um dos principais instrumentos que contribui no desenvolvimento da cooperativa, notamos em observações empíricas, que os assentados necessitam intrinsicamente do programa, para escoamento de mercadorias. Na atualidade os associados, conseguem comercializar seus produtos nas feiras livres, segundo a presidência da COCAPAR, alguns membros da cooperativa, vão à feira-livre em TEODORO

SAMPAIO, e comercializam alguns produtos, como mamão e legumes, a presidência da cooperativa, nos alertou em entrevistas, que isso não ocorre amplamente, mas de forma exporadica, entre poucos associados, e entregam também para o PAA, da mesma forma contam com o fornecimento para merenda escolar.

Recentemente forma realizados alguns estudos e pesquisas, da FCT-UNESP, em parceria com o NERA e o MST, buscando compreender a formação de uma agroindústria por parte dos associados da COCAPAR, e nos questionários aplicados, foi possível analisar algumas informações sobre o manejo que ocorre nos lotes dos associados da COCAPAR.

Nas pesquisas empíricas, notamos que a maior parte dos associados, estão atualmente, realizando manejos agroecológicos em seus lotes, para determinadas culturas, o que vem contribuindo muito para o escoamento das mercadorias, que passam a possuir caráter ambiental e ecológico. Segundo a presidência da cooperativa, a agroecologia dentro da COCAPAR, é exercida como a agricultura desde uma perspectiva ambiental. Tem como manejo básico a preservação dos ecossistemas agrícolas, abordando os processos agrícolas de maneira sustentável, não só visando maximizar a produção mas também otimizar o agroecossistema, incluindo os componentes de fauna e flora, econômicos e técnicos.

É possível analisar que grande parte dos lotes possuem Sistemas Agroflorestais (SAFs) são consórcios de culturas agrícolas com espécies arbóreas que podem ser utilizados para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas. A utilização de árvores é fundamental para a recuperação das funções ecológicas, uma vez que possibilita o restabelecimento de boa parte das relações entre as plantas e os animais. Os componentes arbóreos são inseridos como estratégia para o combate da erosão e o aporte de matéria orgânica, restaurando a fertilidade do solo.

A região conhecida como Pontal do Paranapanema, possui recorrência de processos erosivos, os solos são em grande maioria arenosos, em trabalhos de campo durante as pesquisas, coletando amostras de solo, posteriormente realizando analises de solo em laboratório na FCT-UNESP foi possível notar que os tipos de solos encontrados, não são propícios para a agricultura, são arenosos, e nas observações empíricas notamos a recorrência de processos erosivos.

Segundo NUNES (2010), a cobertura do solo é fator primordial no controle da erosão, para isso diversas práticas conservacionistas podem ser utilizadas. Os sistemas agroflorestais, são uma prática bastante eficaz para o controle das erosões, que por sua vez, influenciam melhoras no meio ambiente.

A implantação de agroflorestas faz com que a biodiversidade, tanto da fauna quanto da flora, se eleve, se relacionando com a agroecologia existente nos lotes rurais. Notamos ao observar a tabela, que existe uma diversidade de produtos agrícolas que são advindos dos lotes rurais. A diversidade na produção, surge como estratégia de elaborar um modelo de agricultura mais sustentável, que não vise somente a lucratividade a partir da venda dos produtos, mas também, uma responsabilidade com a saúde do consumidor, buscando também fortalecer e preservar o meio ambiente.

Em meio as produções das famílias associadas a COCAPAR, é levado em consideração o papel fundamental que a agricultura desempenha para a sociedade, não somente como produtora de alimentos, mas também, de sua função ambiental. Segundo ALTIERI (2010), as atividades de agricultura, que visam a diversidade, realizam a retenção de carbono, preservação da biodiversidade, gestão de bacias hidrográficas.

Segundo as entrevistas com associados da cooperativa, notamos que muitos lotes, buscam utilizar manejo agroecológico, buscando produzir uma agricultura saudável. Uma das principais bandeiras da cooperativa, desde sua formação, é a ecologia, que para fortalecer o enfrentamento perante o modelo capitalista de agricultura, busca levar aos consumidores, produtos sem o uso indiscriminado de agrotóxicos, e com responsabilidade socioambiental.

É preciso destacar também que, sendo uma forma de relação social, a cooperação proporciona uma situação problemática favorável ao desenvolvimento intelectual e moral dos envolvidos, fator esse que se reverte sobre a forma da reprodução da relação inicial, modificando qualitativamente. Quanto mais os assentados se envolvem em relações de cooperação, mais se desenvolvem politicamente e intelectualmente, de maneira que mais conseguem estabelecer relações conjuntas entre os mesmos. E devido o desenvolvimento dos participantes, proporcionado pela própria situação de cooperação, as relações de cooperação que se seguem tornam-se gradativamente melhores que as anteriores, as diversas experiências de cooperativismo que ocorrerão no passado, no Pontal do Paranapanema, impulsionarão o desenvolvimento das atuais perspectivas de cooperativismo.

Por fim, podemos notar que a coordenação da COCAPAR e os membros associados, propriamente participam das propostas do MST de biodiversidade e agroecologia, buscando elaborar atividades cooperativas que não visem somente a sustentabilidade econômica e social, das famílias envolvidas, mas também a sustentabilidade ambiental dos lotes rurais.

6.2. Funcionamento

Neste capítulo serão expostos aspectos do funcionamento da COCAPAR. As sociedades cooperativas no Brasil estão reguladas pela Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das cooperativas. A COCAPAR funciona como uma associação de pessoas com interesses comuns, economicamente organizadas de forma democrática, isto é, contando com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, aos quais presta serviços.

Segundo a presidência da COCAPAR, a estrutura organizativa possui uma gestão democrática, ocorrem votações para decidir quem vai assumir os postos de presidente, tesoureiro, e organização também possui comissões, denominadas núcleos. Existe o Núcleo do Assentamento São Bento, o Núcleo do Assentamento Antônio Conselheiro, o Núcleo do Assentamento Bom Pastor, o Núcleo do Assentamento Pé de Galinha e o Núcleo do Assentamento Roseli Nunes, assim por diante:

> Nós da cooperativa, realizamos o funcionamento com núcleos, que são organizados, ocorrem reuniões em cada núcleo, se for necessário, os núcleos dividem as tarefas entre eles, e nos organizamos todos juntos mesmo, somente no momento de "padaria", quando vamos transformar a farinha em pães, e os pães são vendidos nas cidades da região, por encomenda, já temos clientes fixos, que sempre encomendam, comprando da gente é mais barato que nos grandes supermercados. A COCAPAR possui cerca de 30 famílias associadas, contando com 30 lotes, mas não é um número fixo, a participação ativa mesmo, é cerca de 20 lotes. Esse número é muito oscilante, em determinado período alguns participam, em outros meses não participam mais, por conta de várias intempéries, dificuldades que surgem, modificam-se as ideias das pessoas, e não dão continuidade, muitas coisas ocorrem, diversas situações. [Presidente da Cocapar Gestão 2016. *Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016*]

É possível notar que os núcleos fazem parte da estrutura base de organização da cooperativa, funcionam como mutirões nos quais os assentados atuam em um primeiro momento. Em um segundo momento atuam representantes desses núcleos para as atividades de panificação e confeitaria.

O número de membros da COCAPAR é variável, mas a estimativa é de que participam, aproximadamente, 30 famílias. De acordo com a presidência da COCAPAR, cada família possui um lote e um membro da família se associa a cooperativa. Muitas vezes, alguns associados param de frequentar as atividades por motivos diversos, desde a mudança de

opinião, passando a produzir sozinhos, ou por conta de outras atividades remuneradas nas cidades próximas, acabam substituindo os exercícios de trabalho.

A COCAPAR incentiva os cooperados a participarem de atividades de formação:

> Na gestão da COCAPAR incentivamos os associados a participar de cursos que são ministrados vinculados ao MST. Por exemplo, as mulheres participam de cursos de panificação, que ocorrem no Barracão do Produtor, ou no Assentamento Che Guevara, ou na casa de uma prima de um assentado em Sandovalina. Analisamos que com o passar dos anos, a maioria dos lotes rurais, vão possuir pessoas com cursos técnicos, modificando os parâmetros de formação técnica existente na atualidade, os associados participam de cursos não somente ministrados pelos técnicos do MST, mas também de outras instituições, pois os assentados tem participado também de cursos em universidades, cursos do PRONERA e da Unesco. [Tesoureiro da COCAPAR Gestão 2009. *Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016*]

Além de cursos de preparação técnica, segundo a presidência da COCAPAR, a cooperativa também oferece aos associados cursos de formação política que ocorrem em uma escola, localizada no Assentamento Che Guevara, onde os princípios do cooperativismo são transmitidos aos membros.

O capital social arrecadado pela cooperativa é dividido em partes iguais, segundo a presidência da COCAPAR. Na contabilidade da cooperativa, soma-se o que foi arrecadado e divide-se pelo número de cooperados. Assim, cada um recebe a sua parte, sem diferenciar os tipos de produtos que são fornecidos. Quem é cooperado assina um termo de compromisso no qual concorda com as diretrizes da cooperativa.

De acordo com a tesouraria da cooperativa, os assentados conseguem ampliar suas rendas participando desse modelo de cooperativismo, onde o trabalho coletivo possibilita renda a todos os cooperados.

De acordo, com as informações colhidas em reuniões com a presidência da cooperativa, as diretrizes da COCAPAR são as seguintes:

- É uma sociedade de assentados pelo processo de reforma agrária;
- O objetivo principal é ampliar o escoamento dos produtos cultivados, eliminando os intermediários, entregando produtos por encomenda ou comercializando em feiras livres da região;
- Pode ter um número ilimitado de cooperados;
- O controle é democrático: uma pessoa = um voto;

● Nas assembleias o “quórum” é baseado no número de cooperados;

● Retorno da arrecadação financeira é proporcional ao valor das operações e comercializações;

● Não está sujeita à falência;

● Constitui-se por intermédio da assembleia das lideranças ou por instrumento coletivo, e seus atos constitutivos são arquivados na Junta Comercial de Teodoro Sampaio e publicados no boletim municipal;

● Formação política e não discriminação religiosa, social e racial, contando com a participação de jovens, inserindo as atividades das mulheres;

●. Indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade. A COCAPAR possui um fundo de reserva caracterizado por baixo valor financeiro básico, para manter as atividades logísticas da cooperativa, este por sua vez, é patrimônio da cooperativa.

A divisão social do trabalho se distribui nas diferentes formas que possibilitam os horários de disponibilidade dos associados, em entrevistas com associados foi possível notar que as estruturas socioeconômicas dos lotes, e os grupos de produtores, exercendo atividades em mutirões e núcleos, realizam exercícios específicos em consequência do avanço dum certo grau de desenvolvimento das forças produtivas e de organização interna da cooperativa.

A COCAPAR é administrada por uma diretoria, mantendo um conselho de administração e outros mutirões necessários à administração, composto exclusivamente de assentados eleitos pela assembleia geral, com mandato de até 2 anos. Segundo a presidência da COCAPAR, a cooperativa de trabalho é constituída por membros do MST para o exercício de suas atividades laborativas e profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho.

De acordo com a presidência da COCAPAR, a cooperativa atualmente mantém 30 associados, mesmo que todos os associados devem assinar um termo de compromisso diante da associação, muitos passam a atuar de forma variavél, não participando ativamente em diversas atividades, por diversos motivos, seja por alegar falta de tempo, ou por não concordar com as tomadas de decisão, destacamos de forma crítica que isso consequentemente interfere de forma negativa no desenvolvimento da cooperativa.

Segundo a tesouraria, mesmo não tendo incidência de Imposto de Renda sobre suas atividades econômicas, esta sujeitas à apresentação da DCTF (DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS), contendo as informações relativas aos tributos e contribuições apurados pela pessoa jurídica em cada mês, os pagamentos, eventuais parcelamentos e as compensações de créditos, como as informações sobre a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Segundo a tesouraria da COCAPAR, as sobras líquidas apuradas no exercício são divididas entre os associados, depois de analisados os percentuais para o fundo indivisível, em partes diretamente proporcionais às operações realizadas na cooperativa.

A estrutura funcional básica das atividades da COCAPAR é a seguinte:

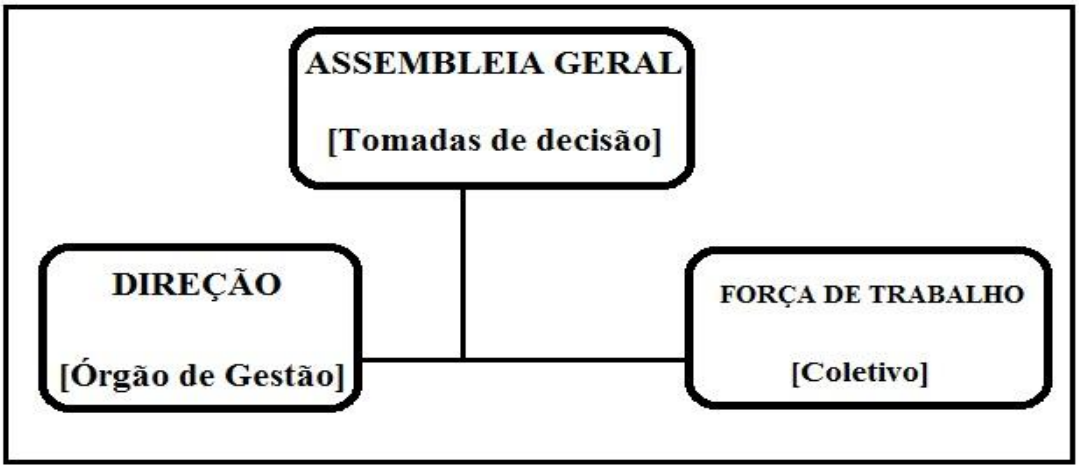


Diagrama 2 – Estrutura Organizativa da COCAPAR

Fonte: Trabalho de campo, 2016. Org. Karin Gabriel Moreno.

A partir dessa estrutura organizativa, a COCAPAR objetiva ampliar a emancipação rural entre as famílias assentadas pelo processo de reforma agrária, estabelecendo Núcleos em diversos assentamentos, para a organização e funcionamento, buscando inserir a participação da mulher e dos jovens, ampliando a permanência no campo.

A diferença na participação dos membros, não se da de acordo com a localização de suas residências em respectivos assentamentos, mas propriamente existe a alocação e ocupação de cada associado, de acordo com as tarefas e atividades, as quais são resignadas a cada membro, que são variavéis, de acordo com a disponibilidade de cada associado, bem como são decididas coletivamente, nas reuniões e assembléias, de acordo com as necessidades da cooperativa. É preciso destacar, de acordo com a tesouraria da COCAPAR, a hierarquia

existem na COCAPAR, é simplesmente formal e comum, para facilitar a gestão, todavia, busca-se sempre exercer tomadas de decisão e realização das atividades, de forma horizontal.

De acordo com a presidência da COCAPAR, a direção basicamente é formada por 5 membros que atuam ativamente, pelo fato de possuírem mais disponibilidade no compromisso com o desenvolvimento da cooperativa, mas sempre cotidianamente, acessando as considerações do grupo coletivo, buscando atender as necessidades de todos.

Em entrevistas com associados da COCAPAR, ficou evidente que essa separação de estrutura organizativa da cooperativa, não se caracteriza como uma separação clássica entre grupo dirigente e grupo dirigido, a cooperativa não busca reafirmar essa divisão de trabalho comum, mas essa estrutura é básicamente para facilitar a organização e funcionamento, não possibilitando com quem os participantes da direção, atuem somente na direção, não faz com que os participantes da força de trabalho, que atuam em ações, como lavrar, colher e arar, fiquem somente nessas atividades, existe um revezamento, que pode ser mensal, dependendo da disponibilidade dos membros, ou seja, dessa forma, todos os membros, possuem possibilidade de participar nas diferentes categorias da estrutura de gestão, a ponto de alojar a força de trabalho, no mesmo nível da direção, pois todos participam de ambas atividades, sejam tarefas relacionadas a direção ou à denominada força de trabalho, pois o ato de trabalhar na direção, também remete ao fato de estar exercendo a força de trabalho, que esta diretamente ligada ao funcionamento e ao desenvolvimento da cooperativa.

No caso do cargo de presidente da cooperativa, as eleições são a cada dois anos, mas a própria presidência da cooperativa, deixa enfâtizado, que essa situação pode ser alterada, de acordo com a necessidade dos participantes e disponibilidade dos mesmo.

Em entrevistas com membros do MST e ténicos, fica evidente, que participar da força de trabalho, significa propriamente exercer as funções e atividades, voltadas a cooperativa, como plantar, colher, organizar logística, lavrar, estocar e manusear os produtos de diferentes formas, de acordo com a presidência da COCAPAR, todos os associados participam, mesmo os que estão realizando outras ações a cerca da direção ou organizando os acontecimento das assembléias gerais, que são propriamente reuniões onde todos opinam, e inserem novas idéias, buscando melhorar o desenvolvimento da cooperativa.

Nas assembleias gerais, as tomadas de decisão, são parte integrante do desenvolvimento das atividades de cooperativismo, a direção é extremamente fundamental para o direcionamento das ações estratégicas e organização dos cursos ministrados para associados, combinados estes aspectos a força de trabalho, que por sua vez, se baseia nas

estratégias coletivas, a cooperativa insere maior autonomia na comercialização dos produtos camponeses na região denominada como Pontal do Paranapanema.

As questões levantadas neste capítulo revelam a importância de se discutir com mais profundidade questões relacionadas ao cooperativismo. Destacamos a necessidade de novos estudos em outras cooperativas, sejam elas do MST ou não, de forma que sejam comparados os diversos modelos de cooperativismo existentes, buscando contribuir para melhor entendimento sobre a reforma agrária e a luta pela terra.

6.3. A tentativa de criação da agroindústria

O presente projeto de construção da agroindústria, por parte dos trabalhadores rurais que participam do MST, com a contribuição de pesquisadores, agronomos, universitários e professores, vem sendo constituido a partir de diversas reuniões, onde ocorrem tomadas de decisões, e o desenvolvimento de estratégias para o funcionamento da agroindústria.

A formação de uma agroindústria, surge como consequência da necessidade de cooperativismo, que é propriamente fruto das necessidades encontradas após a conquista dos assentamentos rurais, complementando a luta pela terra. O MST, incentiva os trabalhadores rurais que fazem parte da luta, e são vinculados a agenda do movimento, à utilizarem alternativas coletivas, o surgimento de agroindústria, é uma mais uma estratégia de desenvolvimento e organização produtiva.

A formação de agroindústria do meio rural pode proporcionar a integração dos diferentes setores rurais, como agricultura e agropecuária, com a economia de mercado, ampliando o desenvolvimento socio-economico das famílias camponesas que participam, além de garantir uma regularização produtiva no abastecimento em períodos de sazonalidade da oferta.

Antecedendo a formação da agroindústria, ocorreu uma presquisa pré-liminar, envolvendo membros do MST, com pesquisador da FCT-UNESP, junto a agronomos, buscando identificar quais famílias poderiam participar do projeto de formação da agroindústria.

A construção da agroindústria tem como principal ação a sistematização de infraestrutura e organização de espaço produtivo da cadeia e hortifrutigranjeiros nos assentamentos rurais, inseridos na estruturação da cadeia produtiva do território do Pontal do Paranapanema, com a participação de famílias assentadas nos assentamentos Haroldina, São Bento I e II e Antônio Conselheiro.

De acordo com as pesquisas documentais, é possivél notar que o objetivo central desse projeto é propiciar a agregação de valor ao produto com rebatimentos para a geração de renda das familias assentadas através da inserção das produções rurais, e com a participação das mulheres na cadeia produtiva. Essa ação de infraestrutura está pautada na busca pelo desenvolvimento da produção de hortifruti no município. Importante destacar que a existência do Barracão do Produtor, instalado no assentamento Pé de Galinha, destinado aos produtores assentados para dotá-los de conhecimento na área de classificação, seleção, industrialização, embalagens, transporte, comercialização e temas afins, funcionando como uma escola, ou centro de formação para organização da produção e dos produtores.

Dessa forma, a aquisição dos equipamentos que compõe a construção da agroindústria é direcionada também para implantação do projeto da cozinha multifuncional, buscando solucionar um dos principais gargalos para o desenvolvimento das atividades.

A aquisição dos itens proporcionará maior participação das mulheres também, que já estão inscritas por opção própria para participar dos exércicios na cozinha multifuncional, gerando condições de articulação entre os grupos produtivos envolvidos, além de fortalecer a organização local das famílias e servir de suporte inicial para o desenvolvimento de futuros projetos voltados ao aumento da produtividade nos assentamentos rurais da região.

A implantação da agroindústria familiar por parte dos assentados membros da Cocapar, tem como objetivo, que o pequeno agricultor familiar industrialize os recursos naturais, produzidos nos lotes rurais, agregando valor e gerando renda.

> Estamos formando uma agroindústria, para melhorar a situação de vida dos assentados envolvidos, gerando renda, isso vai refletir na cidade urbana também, pois o povo do campo tendo renda, pode ir comprar coisas por lá, vendemos nossos produtos lá na cidade também, ampliando novas possibilidades de consumo.[Associado da Cocapar desde 2009. *Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016*]

A ação de implantar uma agroindústria de agricultura famíliar, para MARINHO (2003), baseia-se no desenvolvimento local, na organização da produção e no redirecionamento do modelo tecnológico. A idéia é também contribuir na geração de emprego e ocupação, estando relacionados estes aspectos à políticas de formação da agroindústria e comercialização, buscando integração do desenvolvimento.

Um grande desafio para a gestão da agroindústria, é fazer do cooperativismo agroindustrial um movimento reconhecido pela sociedade por seu compromisso social,

integridade e capacidade de gerar impulsionamento financeiro para seus cooperados, dessa forma, levando ao consumidor produtos com qualidade ecológica.

> Nossas dificuldades são muitas, começando pelo fato, de que a socidade muitas vezes não para pra pensar, e não enxerga nosso trabalho como legitimo e benéfico, de tanto a grande mídia criticar o MST, temos que batalhar pra demonstrar para as pessoas, o quanto nosso trabalho é importante, demistificando as coisas que a mídia coloca na cabeça das pessoas. [Associado da Cocapar desde 2009. *Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016*]

Outro desafio seria o aumento do custo de produção, é necessário sempre re-organizar as estratégias, evitando o aumento de custo. Um grande desafio também para a gestão da agroindústria, é conseguir manter a distribuição dos produtos, pois em situações adversas, devido as caracteríticas físicas e naturais inseridas na região, os assentados relatam em entrevistas, que não conseguem efetuar as colheitas, perdendo grande parte dos produtos, devido as questões relacionadas ao clima e solo da região do Oeste Paulista, que possuem condições propicias para o plantio de cana-de-açucar, mas para o cultivo de legumes, alimentos em geral, existe uma grande dificuldade.

> Eu gostaria de falar pra vocês pesquisadores, que estudam nossos trabalhos, que viver como assentado na região aqui, não é muito facíl, pois o solo não é fértil, é arenoso, eu sei diversas técnicas de agricultura, sou técnico em agrônomia, formado por uma das escolas do MST, contudo ainda vejo que muitos companheiros não conseguem realizar boas colheitas, estou buscando levar o meu conhecimento para todos, mas isso leva tempo. E ainda, muitos estão fazendo cursos técnicos e preparatórios, logo vamos ver os resultados e melhoramentos. [Associado da Cocapar desde 2009. *Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016*]

Um outro desafio para a implantação da agroindústria seria ter de enfrentar o poder econômico do agronegocio no Oeste Paulista, que está históricamente instalado também no poder público, como demonstra FABRINI (2007), históricamente as famílias de grandes proprietarios de terra, lutam contra as ocupações de terra realizadas pelo MST, e querem expulsar o MST da região, contando com apoio de juízes magistrados e secretários públicos.

A falta de trabalhador qualificado também é um desafio para a organização da agroindústria, existe a necessidade de formação técnica, que leva tempo e envolve muitas vezes finanças dos participantes.

> Nossa esperança, é conseguir que grande parte dos associados da Cocapar, façam cursos preparatórios, estamos em contato com a militância estadual do

> MST e com as escolas de formação, providênciando isso. Tem um desafio pra gente também, que é inserir de forma mais ampla a participação femenina, quebrar os preconceitos que existem, mostrar que a mulher pode pegar no batento conosco. [Associado da Cocapar desde 2009. *Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016*]

Falando da participação, da mulher agricultora, potencialmente capaz de enfrentar diversidades, trabalho pesado, criar e educar os filhos, realizar as tarefas caseiras, ainda encontra força e tempo para fazer outras atividades, visando somar mais renda no orçamento familiar.

A ideia de construção da agroindústria reforça e cria protagonismos, objetivando desenvolver nos camponeses a consciência de que são sujeitos sociais, fundamentais para o desenvolvimento da agricultura famíliar, a partir de sua contribuição nas atividades agricolas e não-agricolas, na conservação da biodiversidade, na geração de renda e agregação de valor na unidade familiar e organização coletiva da produção campesina. Assim, buscando melhorar as condições socio-economicas do território do Pontal do Paranapanema, contribuindo para a consolidação da cadeia produtiva dos municípios que possuem relações próximas com os assentamentos envolvidos, agregando valor aos produtos da agricultura famíliar e evitando ação dos atravessadores, que muitas vezes dificultão a comercialização dos produtos provindos da agricultura campesina, fortalecendo os pequenos agricultores, contribuindo para dinamização da economia local.

Houve aquisição de equipamentos diversos, que irão beneficiar 200 famílias, segundo a (Secretária da Agricultura 2013), estes itens serão administrados pelos próprios produtores, e a prefeitura municípal, será acompanhado pelo conselho municípal de desenvolvimento rural do município.

A escolha das famílias a serem beneficiadas pelo projeto se deu em reuniões com as famílias assentadas e foram mediadas por técnicos do INCRA. Os equipamentos adquiridos são diversos, alguns são apresentados aqui, por possuirem importância fundamental, e necessitam serem explicitados:

- Balança Digital
- Catracas
- Caixa D’água
- Arqueador de Pallet
- Veiculo Utilitário
- Estufa

- Esteira Classificadora com Roletes
- Nobreak
- Acessórios de Escritório
- Lavadora de Alta Pressão

Estes equipamentos estarão instalados, na sede, organizada no assentamento Pé de Galinha, e são fiscalizados pelos membros da COCAPAR.

Investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem ao beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais, são incentivados pelo MST, em todo o Brasil, na região do Pontal do Paranapanema, à presença do MST, fortalece as articulações dos camponeses assentados, pois incentiva reuniões com discussões políticas, administrativas, baseadas na coletividade das famílias envolvidas.

No Brasil, existe também o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: criado em 1995, para apoiar a agricultura famílias e incentivar a construção de agroindústrias para produção dos agricultores camponeses e a comercialização de produtos, de modo a agregar valor, gerar renda, desenvolvimento social e oportunidades de trabalho no meio rural, bem como a consequente melhoria das condições de vida das populações beneficiadas pelo Programa.A importância dos equipamentos(imagem 2) e instalações na indústria de laticínios, hortaliças e hortifrutas, é fundamental para o desenvolvimento das atividades economicas.

A agroindústria é o conjunto de atividades relacionadas à transformação de matérias-primas provenientes da agricultura, pecuária, aqüicultura ou silvicultura. De acordo com (RIBAS, 2002), é extremamente importânte compreender, que o grau de transformação varia amplamente em função dos objetivos dos trabalhadores que atuam em cooperativismo, no desenvolvimento e funcionamento da agroindústria.

Equipamentos no Barracão do Produtor

(**Imagem 2** - Agroindústria\ Fonte: Karin Gabriel Moreno - Trabalho de Campo Julho – 2016)

A área onde será implantada a horta comunitária possui cerca de 10 mil m². Com capacidade de 1,5 litros/m² para a irrigação total da área. Calcula-se um consumo 0,9 m³ de água por dia.

Para os assentados que participam da COCAPAR e da gestão agroindustrial, atitudes voltadas para o consumo controlado de água, evitando ao máximo o desperdício. Adoção de medidas que visem a não poluição dos recursos hídricos, a realização de manejos agroecologicos, são aportes extremamente fundamentais.

> Estou desde o ínicio junto ao grupo que atua na construção da agroindústria, desde o começo eu participo das reuniões e venho colaborando. A nossa ideia de realizar a agroecologia, é sempre buscar o desenvolvimento sustentável, o conjunto da sociedade discute sustentabilidade o tempo todo, estamos buscando realizar na prática. [Associado da Cocapar desde 2009. *Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016*]

A adoção de ações de sustentabilidade, na gestão da agroindústria, segundo os associados da Cocapar e membros do MST, garantem a médio e longo prazo que os assentamentos possuam boas condições para o desenvolvimento das diversas formas de vida, inclusive a humana. Buscando garantir os recursos naturais necessários para as próximas

gerações, possibilitando a manutenção dos recursos naturais, das florestas, matas, rios, lagos, oceanos e garantindo uma boa qualidade de vida para as futuras gerações de famílias campesinas.

Os custos para a realização das diversas atividades, também são um grande desafio para a implantação agroindustrial, segundo os membros da COCAPAR, os custos são elevados, é necessário acesso as linhas de crédito.

> Um fator que é desafiante para nós, é arcar com os custos, estamos tentando acessar linhas de crédito, mas tudo esta ficando travado no ministério público, existem uma série de exigências que não permitem. [Associado da Cocapar desde 2009. *Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016*]

O cálculo de custos é uma ferramenta muito empregada e objetiva para servir de base para subsidiar uma decisão gerencial de curto prazo, medir a sustentabilidade das ações cooperativistas e agroindústriais na região do Oeste Paulista, em longo prazo, medir a capacidade de pagamento, definir a viabilidade econômica de adiquirir tecnologias alternativas, subsidiar propostas ou implementar políticas estratégicas, entre outras possibilidades.

> Já no começo das atividades para a formação agroindustrial, realizavamos diversas reuniões, com participação ampla das pessoas que residem nos assentamentos na região, notamos que um desafio grande, seria entregar ao consumidor nossos produtos, e ampliar a capacidade de armazenamento, pois existe uma disputa regional com o agronegócio. Então buscamos elaborar alguns planos para a gestão do funcionamento. [Associado da Cocapar desde 2009. *Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016*]

Segundo os membros da COCAPAR, os gargalos estão na capacidade de armazenagem aquém das necessidades, na inadequação das unidade existente, o barracão do produtor, na localização muitas vezes distantes dos locais de entrega dos produtos.

De acordo com as entrevistas realizadas à campo, notamos que existem desafios de concorrência de mercado, para realizar o escoamento dos produtos, e este foi um dos grandes problemas para do desenvolvimento de outras cooperativas na região, dessa forma, os assentados alegam, que possuem estratégias de escoamento dos produtos, mas alertam que ainda assim, com a diminuição de participantes no programa PAA, e através do aumento da concorrência com grandes produtores da região, as dificuldades de escoamento, continuam surtindo efeitos negativos nos projetos de cooperação, devido a essas questões, os membros

do projeto agroindustrial, sempre estão anexando nas pautas de suas reuniões, questões sobre estratégias de escoamento dos produtos.

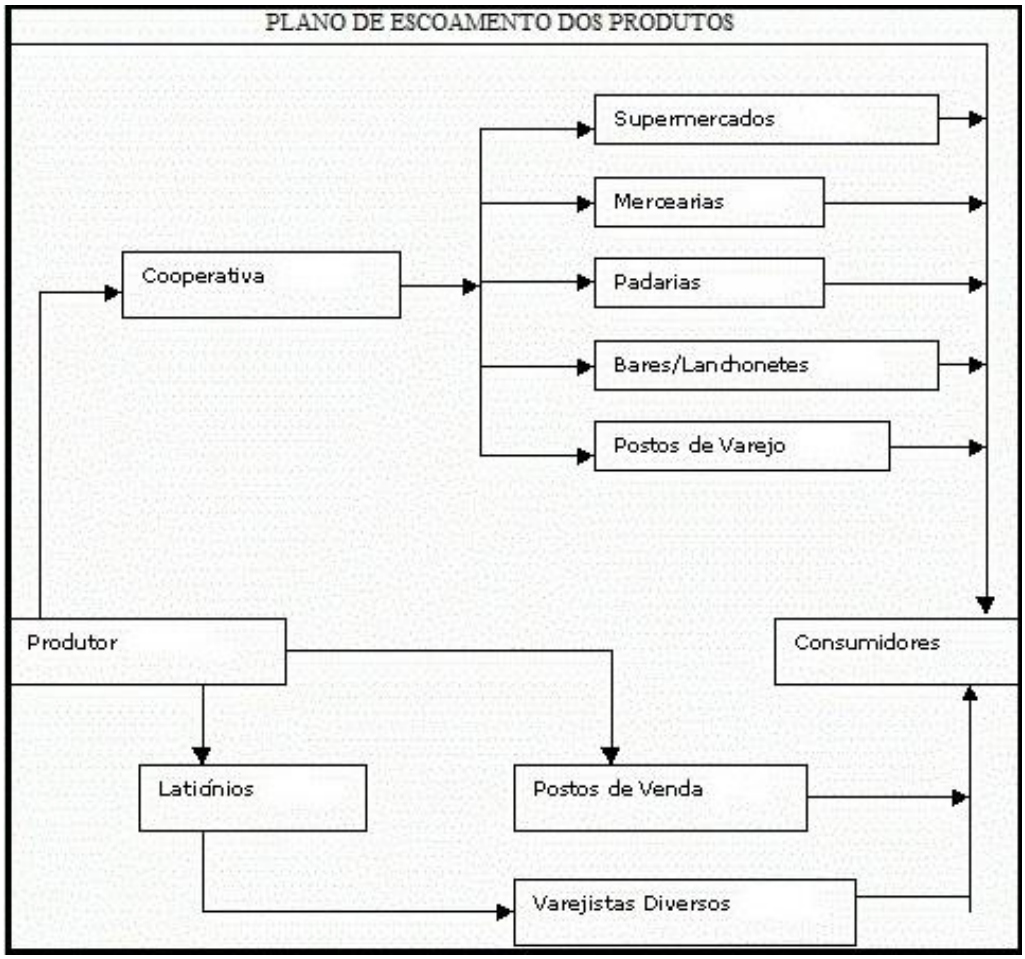


Diagrama 3 – Plano de Escoamento dos Produtos\ Org: Karin Gabriel Moreno – 2016; FCT\UNESP.

O diagrama 3, refere-se aos possivéis canais de comercialização, é uma proposta, não é algo que funciona atualmente na prática, mas é um plano, uma ídeia, que vem sendo desenvolvida pelos agricultores camponeses.

É um plano de escoamento, que foi sistematizado pela nossa pesquisa, até o momento atual, a gestão da COCAPAR, buscando, vincular o produtor, diretamente aos pontos de venda, buscando eliminar agentes intermediários, facilitando o escoamento do produto, até o consumidor final, vinculando a cooperativa a realização de entregas diretas a padarias, lanchonetes e mercados locais.

Segundo a presidência da Cocapar, a analise do custo de produção é um dos assuntos de maior importância, pelo fato de possibilitar um indicativo para escolha das formas de produção, visando melhorar os resultados econômicos.

De acordo com (RIBAS 2002), a produção de leite, é uma das principais fontes de renda, para os camponeses na região do Oeste Paulista, vejamos que no diagrama, a comercialização de leite, é expostas, e vinculada a entrega para laticínios.

Para SOUZA (2006), os custos para integrar os latícinios com o pequeno produtor, envolvendo os pontos de venda e verejistas, também está associado aos programas do governo federal, as exigências das secretárias de saúde pública, relacionados à cumprir os termos do mercado, adotando as regras de produção e comercialização.

Segundo SOUZA (2006), as diferentes finalidades de cálculo e de análise do custo de produção resultam em importantes diferenças que podem ocorrer em função dos dados disponíveis ou de diferenças no método de realização das atividades da agricultura famíliar.

Agroindústria Camponêsa: Tipos de Custos e Funcionamento

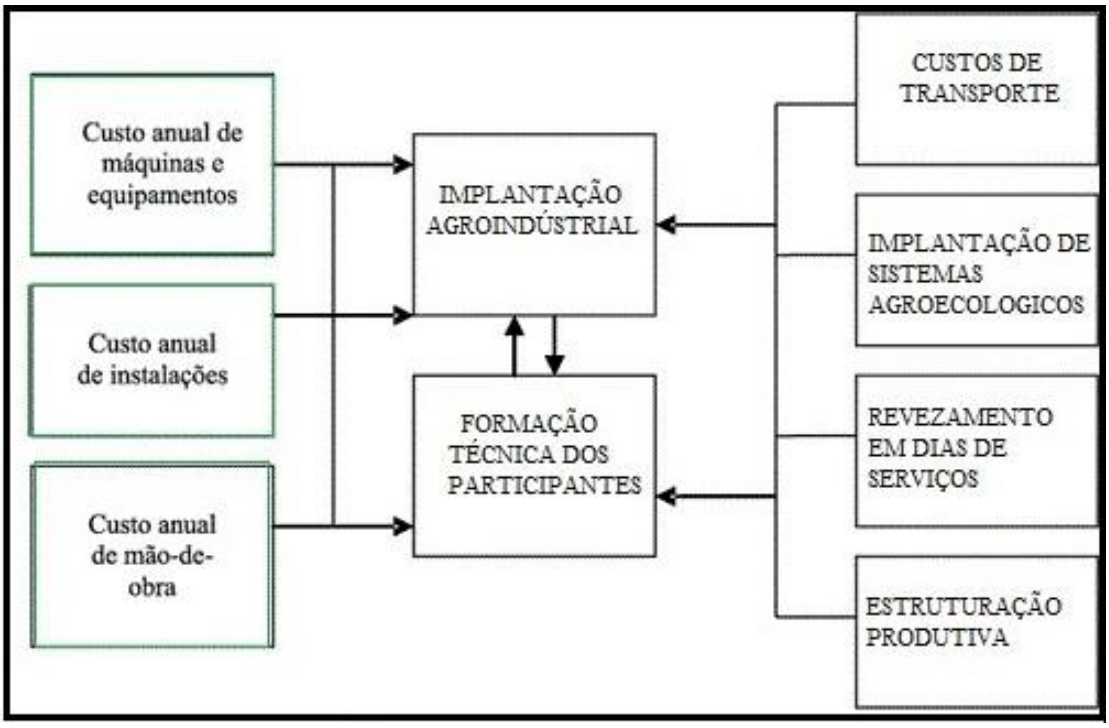


Diagrama 4 – Estrutura da distribuição dos custos e funcionamento/Org: Karin Gabriel Moreno; FCT – UNESP; 2016.

Para melhor entendimento do leitor, explicitamos que os custos anual de máquinas e equipamentos, bem como os custos de instalações, manutenções, assim como os custos de mão-de-obra excedente quando necessário, são relacionados à implantação agroindustrial, pois esses tipos de custos, interferem e podem gerar limitações para a implantação da agroindústria, o custo anual de mão-de-obra é relaciona com a formação técnica dos

participantes, pois também à custos na formação técnica, muitas vezes é necessário custear transporte para os técnicos que ministram os cursos, bem como custear materiais para os associados exercerem os cursos. A formação técnica dos participantes pode inserir qualificação na implantação da agroindústria, possibilitando maior eficiência no desenvolvimento das atividades.

Os custos de transporte estão relacionados a implantação agroindustrial, segundo a Tesouraria da COCAPAR é necessário avaliar os valores de transporte para o escoamento das mercadorias e produtos. A implantação da agroecologia depende da formação técnica dos associados que vão realizar as atividades de plantio agroecológico, e posteriormente os produtos agroecológicos serão inseridos na agroindústria. O revezamento nos dias de serviço, bem como a estruturação produtiva, estão vinculados a formação técnica e a implantação da agroindústria, é preciso destribuir as atividades na estrutura produtiva, de acordo com a disponibilidade dos associados, bem como analisar as diferentes possibilidades de revezamento nos dias de serviço.

Para SOUZA (2006), é necessário realizar a análise financeira da agroindústria, é importante ter em mãos as seguintes informações, o tamanho do mercado consumidor, analisar os regulamentos técnicos, para projetar o volume de produção do futuro negócio a noção clara dos preços, prazos de entrega e de pagamento dos insumos a serem utilizados no processo produtivo, para determinar o custo médio de processamento e comercialização dos produtos.

Um dos avanços que ocorreu para a implantação da agroindústria, foi a aprovação do projeto pela Prefeitura Municípal de Teodoro Sampaio, gerando ampla motivação entre os membros da Cocapar.

> Quando a prefeitura aprovou nosso projeto, ficamos contentes, gerou mais esperança, mas analisamos ainda que falta acesso aos créditos rurais, que são emitidos pelos programas ligados ao BNDS. Contudo já começamos a inseir nas reuniões que ocorrem com o pessoal a educação cooperativista no desenvolvimento da agroindústria. [Associado da Cocapar desde 2009. *Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo - 23-10-2016*]

Para fazer parte de uma cooperativa, diferente de uma empresa capitalista, é necessário que além de ser capaz na função, saiba exatamente a filosofia do movimento, exercendo a educação cooperativista. É impossível atuar em cooperativismo e em inclusão social sem ter conhecimento sobre o assunto.

Para ANDO (1961), é válido poder afirmar a educação cooperativista, antes de preocupar-se com a oportunização de estímulos que valorizem os procedimentos

organizacionais e produtivistas, bem como as técnicas indispensáveis para uma boa atividade cooperativa, se concentre primordialmente na formação de pessoas solidárias, democráticas, capazes de auto-ajudar-se na base da entre-ajuda, capazes enfim de situar o interesse do grupo pelo menos no mesmo nível de importância do interesse individual e familiar. Segundo ANDO (1961), é preciso também analisar o funcionamento do sistema agroindustrial cooperativista, e por em prática aspectos possiveis, buscando gerar ampla organização.

Segundo SOUZA (2006), as características estruturais das cooperativas indústriais da agricultura famíliar se relacionam com características que ajudaram, e tendem a continuar ajudando, a amortizar as bruscas variações que a economia brasileira vem sofrendo nas últimas décadas.

Outro desafio para a gestão agroindustrial da Cocapar, segundo a presidência da Cocapar, é emancipar os produtores camponeses, a ponto de conseguirem produzir aquilo que almejam, realizando o manejo agroecologico de forma ampla.

Segundo FABRINI (2007), a diversidade na produção de alimentos que são produzidos e consumidos nas unidades famíliares pode ser ralacionada ao suprimento de todos os tipos de alimentos funcionais, tais como os carboidratos, os gordurosos ou lipídicos, se relacionando com a segurança alimentar.

O aumento da diversidade na produção contribui para a estabilidade das finanças devido a ampliação das possibilidades de comercialização dos produtos, de acordo com (RIBAS 2002), à possiibilidade de fornecer diferentes produtos, pode impulsionar a comercialização, à diversificação, impulsiona também à redução do hábito monocultural, posssibilitando a inserção de variadas culturas sobre a cobertura do solo e influênciando novos aprendizados nas formas de trabalhos realizados, possibilitando aos assentados envolvidos, adquirir conhecimento, experiência e prática sobre o plantio, manuseio e colheita de diferentes culturas.

Vejamos na *tabela 1*, a presença do tipo de manejo agroecologico nos diferentes tipos de produção agricola dos camponeses.

COCAPAR/PROJETO AGOINDÚSTRIA: DIMENSÃO DA PRODUÇÃO

Produção				
Assentamento rural/Lote	Quais itens produz	Área (há)	Qual o tipo de manejo	O que tem intenção de produzir
SÃO BENTO 2/85	LIMÃO/MAMÃO	20há	TRADICIONAL	MANDIOCA/ABÓBORA
NUNES/ 8	LARANJA/MANGA/MANDIOCA/ABÓBORA/QUIABO	20há	TRADICIONAL/ORGÂNICO	LIMÃO
ANTONIO CONSELHEIRO/ 60	MILHO/MANDIOCA/BANANA/CAFÉ/ABACAXI	2,6há	AGROECOLOGICO	ACEROLA
BOM PASTOR/ 128	MANDIOCA/MILHO/ALFACE/COUVE	1 há	AGROECOLOGICO	ACEROLA
SÃO BENTO 1/40	MANDIOCA/MAMÃO/BANANA	1 há	AGROECOLOGICO	
BOM PASTOR/ 13	MANDIOCA/ABÓBORA	1 há	TRADICIONAL	
ROSELI NUNES/ 28			TRADICIONAL QUÍMICO	FEIJÃO/ABÓBORA/MILHO
SANTA CRUZ/ 9	MILHO/MANDIOCA/ABOBÓRA/MAMÃO/LIMÃO	12 há	AGROECOLOGICO	BATATA
BOM PASTOR/ 25	ALFACE	7,6 há	AGROECOLOGICO	BERINGELA
ARCO ÍRIS/ 87	FEIJÃO/MANDIOCA/BANANA/MAMÃO	2,5 há	AGROECOLOGICO	BATATA
ANTONIO CONSELHEIRO/ 29	LIMÃO/LARANJA/MANDIOCA	12 há	AGROECOLOGICO	ABÓBORA
ANTONIO CONSELHEIRO/ 32	LIMÃO/FEIJÃO/ MANDIOCA	40 há	AGROECOLOGICO	ABACAXI
SÃO BENTO 1/31	ABACAXI	8 há	AGROECOLOGICO	FEIJÃO/MILHO
ARCO ÍRIS/ 91	MACAÚBA/ALFACE	2 há	AGROECOLOGICO	
BOM PASTOR/ 114	MANDIOCA/LIMÃO	1 há	TRADICIONAL	GILÓ
ANTONIO CONSELHEIRO/ 53	BERINGELA/GILÓ/CENOURA	1 há	TRADICIONAL	MANDIOCA
SANTA CRUZ/ 87	MANGA/ABÓBORA	10 há	TRADICIONAL	
ESTRELA DALVA/ 19	ABÓBORA/ABACAXI/PEPINO/MANDIOCA/MANGA	2,5 há	AGROECOLOGICO	ALFACE
SÃO BENTO 2/ 73	ALFACE/COENTRO/COUVE/BERINGELA/ABACAXI	5 há	AGROECOLOGICO	MANDIOCA
ROSELI NUNES/ 30	MANIOCA/MILHO	12 há	TRADICIONAL SINTÉTICO	FEIJÃO
SÃO BENTO 2/ 74	ABACAXI	1 há	AGROECOLOGICO	MELANCIA
SÃO BENTO 2/ 81	MANDIOCA/ABACAXI	5 há	TRADICIONAL	MANGA
SÃO BENTO 2 /70	MANDIOCA/ABACAXI	5 há	AGROECOLOGICO	PEPINO
ROSELI NUNES/ 11	BANANA/MANDIOCA/BERINGELA/JACA/ACABATE	7 há	AGROECOLOGICO	QUIABO

(**Tabela 1** – Informações sobre a produção de lotes associados a Cocapar – Organização: Karin Gabriel Moreno)

Segundo COCA (2008), através da produção para autoconsumo e da diversidade de produção agricola para a comercialização, muitas famílias conseguem garantir grande parte dos alimentos necessários para suprir as suas necessidades, garantindo com isso uma autonomia alimentar, qualidade dos alimentos que consomem e redução dos riscos de mercado tradicional.

Conforme alega Scheneider (2007, p.7), é o fortalecimento da produção para autoconsumo que leva à diversificação das estratégias de vivência e à segurança alimentar pela diminuição do grau de vulnerabilidade em que se dá a reprodução social do campesinato.

Um fator que merece destaque é o de que a inserção da diversidade produtiva, vem ocorrendo de forma evolutiva, como uma alternativa adicional de geração de renda, impulsionando evolução na qualidade de vida dos camponeses.

Segundo Bergamasco (2003), o modelo agrícola familiar, pelo próprio nome, já enfatiza a importância da manutenção familiar como fator vital de continuidade, a partir de um modelo sustentável que garanta segurança em termos de quantidade e qualidade de alimentos, prezando também pela diversidade, e que permita à família rural ter acesso ao atendimento das suas necessidades sociais, ambientais e econômicas. A agricultura familiar carece do desenvolvimento de alternativas que acima de tudo, assegurem a permanência no campo, garantindo alimentos para o autoconsumo e para comercialização.

Agroindústria: Análise da diversificação produtiva

Assentamento	Nº de Lotes, segundo número total de produtos agricólas produzidos por assentamento		Média da Diversidade existente na produção
	Nº de Lotes	Nº de Produtos	Média Simples
SÃO BENTO	2	4	2
ROSELI NUNES	4	10	2,5
BOM PASTOR	4	6	1,5
SANTA CRUZ	2	6	3
ARCO ÍRIS	2	6	3
ANTONIO CONSELHEIRO	4	11	2,75
ESTRELA DALVA	1	5	5
SÃO BENTO II	5	8	1,6
Total	**24**	56	----------

*Elaborado por Karin Gabriel Moreno (Novembro/2016)

Tabela 2 - Fonte: NERA 2016 (Dados de Questionários Aplicados em Pesquisas Empíricas)

Os camponeses do Pontal do Paranapanema, que participam do projeto da agroindústria, são reconhecidos como hortifrutigranjeiros, pois realizam atividade ligada a plantação de hortaliças, legumes e frutas, e ainda alguns exercem a criação de alguns animais como frangos, porcos, ou mesmo a apicultura, estruturando a fonte de renda das pequenas propriedades.

Segundo COCA (2008), apesar da inconsistência das políticas governamentais para os assentamentos a curto e a médio prazos, o acesso à terra permite uma reorganização social dessas famílias de trabalhadores rurais, envolvendo produções diversas, inserindo dois principais fatores, a abertura de um espaço para a construção habitacional, e o aumento na disponibilidade familiar de alimentos por meio da prática do autoconsumo, levando em consideração a possibilidade de comercialização dos produtos colhidos nas lavouras.

Observando as informações em tabelas, nota-se que um outro desafios dos pequenos produtores, é manter a diversidade, com pouca área existente para o cultivo, as necessidades são variadas, a diversidade e os tipos de produtos existente, demonstra a intencionalidade do campesinato em buscar um modo de vida, baseado na qualidade e diversificação.

Notamos que os avanços da formação de agroindústria podem demonstrar que a realidade camponêsa está vinculada a luta por direitos, a busca por um modo de vida que esta direcionado à qualidade e sustentabilidade.

Os desafios para a construção agroindustrial são diversos, entretando nas entrevistas é possivel notar a persistência dos participantes, e são expostas estratégias de continuar, notamos que a busca pela sustentabilidade economica, social e ambiental, está inteiramente relacionada com a formação agroindustrial.

Para SOUZA(2006), aspectos importantes a serem considerados no segmento industrialização agricola, são a sujeição a vida útil de matérias-primas e produtos acabados, bem como a sazonalidade que afeta a oferta de matéria prima e a demanda de mercado, o efeito sazonal na demanda pode ser composto por ciclos longos e curtos.

No âmbito do segmento agroindustrial, segundo FABRINI (2007), os investimentos devem ser feitos para desenvolver, avaliar e implementar sistemas de gestão específicos que tratem diferenciadamente a organização dos produtos. Devem ser consideradas as peculiaridades dos fornecedores, dos consumidores e dos diferentes gêneros de legumes, hortaliças e frutos. Para MAULE (2005), os modelos de decisão devem considerar a perecibilidade dos produtos de origem biológica, a existência simultânea das atividades de processamento dos legumes e frutos, as variabilidades das propriedades físicas das matérias primas, bem como a sazonalidade de oferta e demanda destas, respectivamente.

Um fator de extrema relevância a ser considerado no planejamento dos cooperativismos camponeses, diz respeito às quantidades a produzir, já que o resultado é sempre uma estimativa, diferentemente de outros empreendimentos onde as quantidades resultantes são determinadas a priori. Para SOUZA(2006), é necessário primeiro considerar o tipo de fluxo de escoamento da produção, isto é, se ele se dá diretamente com o segmento comercialização direta ou se é direcionado para comercialização indireta. No caso da comercialização indireta, com a participação de intermediários, dependendo do grau de parceria que se estabeleça entre as partes, as quantidades podem ser previamente negociadas.

O município de Mirante do Paranapanema – SP, onde está inserida grande participação estrutural do projeto da agroindústria, vinculado a prefeitura, possui 1560 familias assentadas, e ainda possui mais de 400 pequenas propriedades rurais, ao todo são mais de 2400 familias de agricultores familiares, encontrando-se estes agriculturoes organizados em mais de 30 Associações, o IDH é 0,735. O município conta com o maior rebanho do Estado de São Paulo, com aproximadamente 127.000 cabeças de gado. Assim

sendo a principal atividade que predomina no município, entre a agricultura famíliar é a bovinocultura de leite. Segundo a (Secretária da Agricultura 2013), a produção de leite no município é de 3,5 litros de leite/animal/dia, produção bem abaixo das grandes bacias leiteiras de SP.

Já com relação a agricultura esta é bastante diversificada, segundo a (Secretária da Agricultura 2013), ocorrendo a exploração de hortaliças, frutas, milho, feijão, mandioca, tomate, mamona entre outros produtos, ocupando uma área de mais de 10 mil hectares. Embora bastante diversificadas, estas culturas na sua grande maioria são cultivadas com recursos escassos e necessitam de uma estrutura de apoio para se desenvolverem, principalmente no que diz respeito a cadeia produtiva dos hotrifutigranjeiros a qual necessita de ações de infraestrutura urgentes para o desenvolvimento, como a instalação de unidades industrialização necessária para se enquadrar na legislação e agrega valor e qualidade ao produto.

Ante o exposto existe uma suma importância na aquisição destes equipamentos para somar aos processos produtivos do município e com isto reduzir custos e agregar valor aos produtos. Para os pequenos produtores e assentados essa é uma alternativa amplamente explorada, uma vez que as condições de vida e a renda per capita é baixa de ainda é uma realidade para a maioria das familias.

Hoje existe uma grande preocupação quanto à situação do uso dos recursos naturais renováveis do município, contamos para esta questão com duas Secretarias sendo Secretaria do Meio Ambiente e a Secretaria de Agricultura as quais vem se empenhando de forma árdua para minimizar os problemas de degradação ambiental. Atualmente o município participar de vários programas de natureza ambiental, como programa de microbacias hidrográficas, FEHIDRO, município verde azul, DRS(desenvolvimento rural sustentável), programa municipal de adequações de estradas rurais, controle de erosões, plantio de arvores nativas em APP, entre outros.

A especialização na agricultura levou à formação de alguns complexos de agroindústrias que atingiram certo dinamismo, ligado à produção de carnes, leite. No entanto, no período mas recente, as agroindústrias sofrem pressão para o deslocamento rumo a municípios de outros estados, principalmente no Centro-Oeste, devido à concessão de benefícios diversos e incentivos fiscais.

A região caracteriza-se pela presença de grandes empreendimentos e formações de agroindústrias como laticínios, frigoríficos, curtumes e, maus recentemente, usinas sucroalcooleiras.

Considerando as condições expostas, torna-se de grande importância a melhoria da infraestrutura de apoio aos pequenos agricultores, pois a principal atividade econômica do município e a maior geradora de apoio aos agricultores, pois a principal atividade econômica do município e a maior geradora de renda ainda é a agricultura e as ações a serem implantadas promovem sistemas de condições econômicas e a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais. A proposta, portanto é aperfeiçoar o sistema produtivo do campesinato, de forma a torna-lo mais qualificado.

A agroindústria, não possui uma própria razão social, será administrada pela COCAPAR, e esta sendo construida através de parceria entre o CEAGESP e INCRA. Os municípios beneficiados com a implantação deste projeto serão: Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Euclides da Cunha, Rosana, Marabá Paulista e Sandovalina.

De acordo com os resultados da Consultoria para elaboração de planos de negócios dos projetos do Pronaf Infraestrutura – Território Pontal do Paranapanema, realizada em março de 2006 na região, constatou-se que "a produção de hortifrutigranjeiros, sobretudo as hortas e pomares é desenvolvida especialmente por agricultores familiares, e dirigida por mulheres trabalhadoras dos núcleos familiares".

Contudo, essa produção encontra-se desorganizada e desarticulada no território.

Os fatores limitantes e associados a essa condição são:

- Dificuldade de organização dos novos associados produtores;
- A pequena capacidade de investimento e o limitado conhecimento técnico;
- Grande dificuldade de acesso a crédito e quase inexistência de assistência técnica;
- Produtividade baixa;
- Dificil acesso aos mercados consumidores;
- Falta de conhecimentos e técnicas adequadas as práticas de manejo, e as exigências do mercado, colheita, classificação e industrialização para comercialização dos seus produtos.

Importante destacar que a existência desses grupos produtivos, e a confirmação utilização do Barracão do Produtor, localizado na Área comunitária do assentamento Pé de Galinha, espaço destinado aos produtores assentados.

O Barracão ainda contará com um banco de dados atualizado, monitorado pelos próprios trabalhadores rurais, disponibilizando informações sobre os preços de mercado praticados, saída de produtos, entre outras informações. Esse banco de dados estará em constante ligação com o centro atacadista de produtos de Presidente Prudente, CEASA e CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento).

A aquisição de infraestrutura para estruturação do sistema de industrialização da produção de hortifrutas é uma importante estratégia de negócio para os produtores e produtoras. Segundo as entrevistas colhidas à campos, grande parte dos produtos comercializados no CEASA de P.Prudente, é originário de outras regiões.

Não havia portanto, abertura para a inserção dos produtos da agricultura familiar da região do Pontal do Paranapanema. Por esse motivo, e pautados na importância e potencial de produção dos assentamentos, é que foi organizado o projeto para abertura de espaço no CEASA, onde serão comercializados os produtos da agricultura familiar dos municípios do território do Pontal, constituindo-se, portanto, enquanto um projeto de âmbito territorial. Contudo, essa abertura não suprirá totalmente as dificuldades de inserção dos produtos, pois como foi mencionado acima, os grupos organizados de mulheres não contam com a infraestrutura no local de produção, bem como, condições para levar essa produção até o centro de comercialização, ou seja, o seu escoamento é extremamente precário.

Dessa forma, a aquisição dos equipamentos, contando com a participação das mulheres, irá proporcionar um suporte ao desenvolvimento das famílais envolvidas e também da produtividade.

O projeto será implantado, pelo MST, em parceria com pesquisadores da FCT-UNESP, do NERA, da FATEC – Presidente Prudente, e também em parceria com a Prefeitura Municipal de Mirante do Paranapanema – SP, tendo como parceiros para organização da Cozinha Multifuncional o MDA, INCRA, ITESP, CONAB e CEAGESP.

A formação da agroindústria administrada pela COCAPAR, busca a transformação na condição de produção, apesar de toda precariedade em que vivem as famílias assentadas, devido à falta de assistência técnica e extensão rural necessária à suas realidades e demandas, ainda assim, os assentamentos conseguem promover a dinamização do comércio local, fomentando a economia dos municípios onde estão localizados os assentamentos que participam.

A organização da produção e industrialização será de responsabilidade das organizações dos próprios camponeses. A infraestrutura necessária ao apoio dos grupos se

dará igualmente, envolvendo essas entidades parceiras, e outros presentes no território, como: APTA, SEBRAE, CATI, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e da Agricultura Familiar que deverão somar-se ao projeto no sentido de capacitar, fortalecer a organização dos agricultores familiares.

Com a instalação da Cozinha Multifuncional juntamente com a aquisição do veiculo para transporte, os pequenos agricultores terão uma economia com relação a frete, pois terão como enviar o seu produto para os grandes centros e também comercializar diretamente o seu produto, o que permitirá excluir os intermediarios e atravessadores, dessa forma, estipulando valores mais justos possibilitando assim uma maior receita.

Possibilitará a programação para o abastecimento dos municípios próximos aos assentamentos que participam, de forma que os mercados varejistas não terão que adquirir produtos de outras regiões, para abastecer suas gôndolas, poderão adquirir produtos diretamente dos agentes de comercialização da agricultura familiar, organizados no Barracão do Produtor.

Os recursos necessários para a implantação e operação do projeto, bem como suas fontes de financiamento, são equipamentos e veiculos utilitário, parte concedida pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

A gestão da agroindústria, segundo SCOPINHO (2012), é atividade que permite aumentar e reter, nos assentamentos rurais, o valor agregado da produção da agricultura familiar, através da execução de tarefas de pós-colheita nos produtos provenientes de atividades de lavoura, tais como a seleção, lavagem, classificação, armazenamento, conservação, transformação, embalagem, transporte e comercialização.

Na atualidade, segundo (Secretária da Agricultura, 2013) os razoáveis níveis de produção alcançados pelos assentados e seus impactos, na sua grasnde maioria, mais do que sua subsistência, pois estas estão desorganizadas e comparecem no mercado como ofertadoras de sua produção primária e não conseguem barganhar o preço justo de sua produção ou mesmo agregar valor a ela.

Desse modo, esse projeto realizado com apoio dos membros da COCAPAR, vem abrindo um sólido caminho para o processamento de alimentos com qualidades social e ambiental reconhecidas.

Com a administração da COCAPAR, possivelmente ocorrerá um fortalecimento do associativismo junto as estratégias de cooperativismo na região, bem como nos diversos assentamentos rurais.

A agroinsdustria pretende informatizar as organizações de agricultores que participam, na comercialização junto ao CEASA, à CONAB, CEAGESP e feiras locais, que abrem espaço para a comercialização dos produtos rurais.

A valorização da agroindústria familiar incentiva a família rural a sair do anonimato através da organização em associações e cooperativas, viabilizando sua qualificação e agregando valor ao produto. Também leva o consumidor a reconhecer as especificações e qualidades do produto da Agroindústria familiar. Sempre com respeito à cultura, às tradições, o saber local e a compreensão do meio rural como meio de vida.

Nota-se, que um dos objetivos principais da construção da agroindústria é gerar renda e oportunidades de trabalho no meio rural, garantindo a melhoria das condições de vida da população rural.

A formação da agroindústria, possivelmente irá fortalecer o abastecimento regional com produtos produzidos socialmente justos e ecologicamente resguardados, advindos da produção campesina do território diminuindo custos com frete, capacitando agentes de mercado das associações e cooperativas nas organizações dos assentamentos.

Por fim, compreendemos que a formação da agroindústria, busca fortalecer a nucleação das famílias e principalmente dos grupos de mulheres, com base na associação do conhecimento formal com o conhecimento local, para o desenvolvimento da cadeia produtiva dos hortifrutigranjeiros, promovendo a organização dos grupos e dotando-os de condições para inserir seus produtos no mercado através das diversas políticas de comercialização, fortalecendo e propiciando a inclusão dos grupos produtivos de mulheres existentes e valorizando as questões de gênero. Dessa forma, oferecendo infraestrutura local para a organização produtiva, buscando aumentar a renda das famílias através do processo da industrialização de matéria prima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas sobre cooperativismo e organização produtiva, em conformidade com resgate da história, a partir de trabalhos acâdemicos e fatos importantes sobre a luta pela terra na região estudada, bem como expondo informações sobre as pesquisas do NERA e do DATALUTA, e da observação dos dados colhidos em trabalhos de campo, podemos realizar exames da estrutura da COCAPAR, e expor informações a cerca das experiências cooperativistas na região do Pontal do Paranapanema, bem como colaborar para a contrução do entendimento público sobre os assentamentos rurais. Através desta pesquisa, é possível concluir que o projeto DATALUTA e o NERA, são um grande aporte, para o impulsionamento de novos estudos sobre a luta pela terra, contribuem nas pesquisas e nos estudos relacionados à questão agrária brasileira. Muitos dos dados obtidos em nossas pesquisas, que são divulgados anualmente no Relatório DATALUTA, permitem identificar as mudanças, avanços e retrocessos que acontecem no contexto agrário.

O que trazemos aqui é uma discussão sobre as relações de produção entre famílias assentadas, base fundamental para a compreensão a cerca da Reforma Agrária. Ao investigar os fatos históricos, as técnicas de comercialização e produção, e as maneiras como elas são utilizadas, é possível contribuir na qualificação das estratégias cooperativistas, no uso realizados pelos assentados, na melhor adaptação as adversidades produtivas, que aqui são apontas e possiveis soluções são citadas, também contribui na criação de diferentes recursos para influênciar desenvolvimento na vida das famílias em assentamentos rurais, colaborado no desenvolvimento do trabalho de organização e também inserindo um novo estudo, que poderá ser utilizado como referência nas análises do Projeto DATALUTA.

O debate sobre cooperativismo mostra a importância da produção coletiva entre camponeses no espaço agrário. A Geografia e o estudo da questão agrária trocam contribuições em um contexto dialético, partindo do fato de que, em um dado momento, a ciência, as técnicas emergem como produtoras da história sobre a luta pela terra, e posteriormente se tornam produto do mesmo. O DATALUTA e o NERA, exercem papel no processo de produção da ciência, através do desenvolvimento de pesquisas científicas, que posteriormente podem resultar em políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento territorial.

Na conclusão sobre a primeira parte da pesquisa, é possivél notar que descrevemos as pesquisas do NERA sobre a luta pela terra e pela reforma agrária, em seguida explicitamos

informações sobre o Projeto DATALUTA, levando em consideração a sua importância, para o desenvolvimento da pesquisa, apresentamos também o Projeto RIST, e sua relevância para as análises em torno de nossos estudos, possibilitando uma leitura vertical da questão agrária na região e também explicitamos a relevância dos estudos que ocorreram durante a iniciação tecnológica, envolvendo pesquisador e orientador, na construção do conhecimento a cerca da luta pela terra, aprensentamos também informações sobre a Plataforma Chayanov, que se refere a pesquisa que antecedeu os nosso estudos atuais, envolvendo diversos trabalhos de campo, em seguida foram expostas informações sobre a experiência com a COCAPAR, explicitando a forma como ocorreram os estudos em torno deste tema.

Essa primeira parte da pesquisa, se monstra fundamental nas etapas de construção do conhecimento necessário, para o desenvolvimento desta monografia, pois os estudos dessa monografia, estão inseridos nas pesquisas do NERA e do DATALUTA, da qual o pesquisador se envolve, a ponto de adquirir experiências que possibilitam desenvolvimento acâdemico.

Realizando considerações finais a cerca da segunda parte relatamos o uso das teorias e metodologias, recursos que colaboraram para a compreensão dos objetos de estudo, analisados em nossas pesquisas, trouxemos informações a respeito do referencial teórico e conceitual estudados, também foram expostas informações sobre a pesquisa documental e trabalho de campo, demonstrando os procedimentos e a forma como colhemos informações, e elaboramos resultados de análises, realizadas juntamente com a exposição do processo de organização que ocorre nos lotes, através do desenvolvimento das entrevistas e das análises de questionários. Também são apresentadas informações sobre os procedimentos para análise da formação da COCAPAR.

Pode-se concluir, que a metodologia emprega no desenvolvimento dos estudos, contribuiu para as análises nas dimensões qualitativas e quantitavias, possibilitando assim ao pesquisador adquirir entendimento sobre o objeto de estudo. Destaco, que as entrevistas surgirão como parte fundamental do desenvolvimento da pesquisa, possibilitando uma visão mais próxima do objeto de estudo, assim contribuindo na descrição e análise da cooperativa.

A partir da realização da pesquisa pode-se chegar a um conjunto de verificações que indicam os assentamentos de trabalhadores rurais do Pontal do Paranapanema como território de luta, organização cooperativista e resistência camponesa. Foi verificado como o MST e os assentados têm materializado no espaço a sua concepção de organização cooperativista, produtiva e econômica. Os assentamentos estão sendo construídos como território camponês

onde se produz e reproduz um conjunto de relações sociais e de produção que garante ao campesinato um papel na sociedade como sujeitos políticos.

Posteriormente na terceira parte, trazemos o debate sobre a luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema, expondo fatos históricos do processo de grilagem de terras, que ocorreu na região. Desse modo, expondo um resgate da história sobre a luta pela terra e pela reforma agrária, com analises realizar a partir de trabalhos acâdemicos. Em seguida, é exposto um breve histórico sobre os assentamentos rurais que são a base familiar da COCAPAR.

Verificou-se também que as principais atividades coletivas nos assentamentos na região do Pontal do Paranapanema, se materializam na proposta de cooperativas do MST, possiblitando a observação de núcleos formados para a articulação de produção e grupos de assentados que participam. Foi observado neste processo que a relação entre os assentados passa pela mediação de afinidades políticas fomentadas no processo de luta pela reforma agrária. As ações coletivas nos assentamentos são uma forma de estratégia para possibilitar sua existência na terra conquistada.

Concluimos que o debate sobre a luta pela terra, contextualiza nossa pesquisa, que esta inserida na história da região no Pontal do Paranapanema, o resgate da história demonstra o quanto esta pesquisa busca estar comprometida, com a contribuição e análise do entendimento sobre a reforma agrária e as estratégias do MST.

As atividades comunitárias, possuidoras de conteúdo político, são realizadas pela mediação da solidariedade entre os camponeses. Não demonstram propriamente uma natureza marcada pela contradição da sociedade dividida em classes, mas pela criação de laços de solidariedade entre as pessoas.

Em seguida, na quarta parte expomos as mudanças no Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) do MST, a partir de pesquisas à campo e das análises dos cadernos de formação do MST, entre outros documentos e aquivos históricos. Apresentamos também informações sobre as experiências cooperativistas da década de 1990, explicitamos dados sobre a organização do MST e sobre o setor de produção, cooperação e meio ambiente.

O proposito social e político das lutas pela reforma agrária, não surgiu com a luta dos sem-terra. A trajetória do campesinato é uma trajetória de luta contra sistemas que procuram subordina-lo ou destrui-lo. Para avaliar o campesinato e o modo como ele está anexado no processo político, foi destacada a participação nos movimentos socioterritoriais de construção baseada no socialismo.

Uma crítica que devemos expor nas considerações finais, é o fato de que, ainda que o MST adicione novas questões à idéia de cooperativismo nos assentamentos rurais, como por exemplo, a questão da agroecologia, o (SCA) se mantém com as estruturas da década de 1990, não apresenta grandes modificações, demonstra-se que deveria ser atualizado, acompanhando o movimento da realidade.

Já na quinta parte da pesquisa, trazemos informações a cerca das experiências cooperativistas do MST no Pontal do Paranapanema, expondo o por que muitas não conseguirão grandes índices de desenvolvimento, e como isso pode refletir, nas atuais experiências, como forma de aprendizado e impulsionar melhorias no surgimento de atividades coletivas entorno da produção camponêsa. Expomos informações relevântes sobre a história contemporânea da COCAMP, e analisamos outras experiências de cooperativismo que ocorreram na região do Pontal do Paranapanema, explicando a estrutura e funcionamento fundamental e básico de algumas que obtiveram maiores destaques sócio-econômicos.

É necessário destacar de forma crítica, o fato das experiências cooperativistas do MST na região, não possuirem tanto sucesso com o passar dos tempos, acabam se dilacerando, seja por falta de infra-estrutura, por falta de acesso à crédito, por não conseguir entregar os produtos e realizar um escoamento eficiente, ou mesmo por não consquistar sucesso frente ao enfrentamento com o grande capital.

Posteriormente no último capítulo, elaboramos análises sobre a formação da COCAPAR, expondo o histórico sobre a fundação da cooperativa, bem como explicitando dados sobre o funcionamento, explicando como ocorrem as atividades estruturais e por fim, demonstramos informações e análises sobre a tentativa de criação da agroindústria.

Dessa forma, a organização cooperativista é vinculada à estrutura organizativa do MST, e não deve ser entendida somente relacionada à sua dimensão econômica, da produção, mas como demonstração do ordenamento territorial pertencente às condições estratégicas de suporte político, a partir de resultados concretos o movimento socioterritorial busca execer sua própria composição organizativa.

Destamos de maneira crítica os déficitis notavéis no funcionamento da COCAPAR, o fato de que muitos associados, após estarem comprometidos com as atividades cooperativas e já assinado o termo de compromisso com a cooperativa, acabam muitas vezes nao participando, não comparecendo as reuniões, ou participando de forma variavél, não possuindo grande frequência nas atividades, devido a diversas motivações, seja por falta de

tempo, por haver outras ocupações, ou mesmo por discordância ideológica, dessa forma, emperrando o desenvolvimento da cooperativa.

Após a elaboração dessa pesquisa, começamos a observar os primeiros resultados das ações coletivas na organização produtiva da Cocapar, e assim podemos no futuro, desenvolver mais profundamente outras pesquisas, juntamente com o aperfeiçoamento da estrutura de funcionamento da cooperativa, impulsionando o desenvolvimento na gestão realizada pelas famílias assentadas, que residem na região do Pontal do Paranapanema, impulsionando o surgimento de novas analises, gerando maior organização a cerca das informações socioterritoriais, que posteriormente são expostas para as famílias assentadas e também para os pesquisadores acadêmicos.

A consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados é compreendida na avaliação da dinâmica de territorialização e espacialização do MST no Brasil, dessa forma a consolidação demonstra-se, como expressão estratégica pertencente ao projeto mais amplo de gestão territorial do MST, desenvolvido no âmbito de debates e experiências inseridas na consolidação política do MST.

Dessa maneira, buscamos contribuir com a compreensão das práticas organizativas dos assentamentos rurais, visando um melhor entendimento sobre o ordenamento territorial, nesses territórios que possuem a inserção do campesinato, utilizando-se da ciência geográfica em comunhão com pesquisas de campo. Colaborando na compreensão das atuais experiências cooperativistas, buscando compreender o campesinato na atualidade, estimulando um olhar geográfico sobre a questão agrária e sobre as ações de organização produtiva, que refletem na qualidade de vida das pessoas assentadas, contribuindo no desenvolvimento territorial e na propagação da cidadania.

Por fim, é preciso destacar, que partir dos estudos realizados no desenvolvimento da monografia pode-se notar o compromisso desse projeto de pesquisa, no que se refere a elaboração de analises dos territórios camponeses, gerando uma exposição da história de luta, dos assentados e membros do MST, bem como expondo dados sobre o uso dos territórios nos espaços rurais.

REFERÊNCIAS

ANDO, Zempati. **Pioneirismos e cooperativismo: história da cooperativa agrícola de Cotia**. São Paulo; 1961.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. UNESP; Presidente Prudente; 2010.

ARNSTEIN, Sherry R. **Uma escada da participação cidadã**. In: Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul. Janeiro 2002. Vol.2, No.2, p. 4-13.

BARONE, L.A.; FERRANTE, V.L.S.B. **O ciclo recente da reforma agrária no Estado de São Paulo**: Pressões, Conquistas e Limites. Revista de estudos Sociais, Cuiabá, UFMT, v.15, p.126-141, 2013.

BERGAMASCO, Sonia. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política.** São Paulo; Edunesp; 2003.

CHAYANOV, Alexander Von. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas.** Traduzido por José Bonifácio de S. Amaral, a partir da edição em inglês On the theory of Peasant Economy: 1966. p. 133-146.

CHAYANOV, Alexander V. (1974**). La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión.

CARVALHO, Horacio Martins. **Chayanov e o Campesinato.** São Paulo**;** Expressão Popular; 2013.

CARVALHO, Horacio M. (1998). **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba, Ministério Extraordinário de Política Fundiária e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Agosto, PR; 07- 83 p.

COCA, Estevan**. Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil: compreender a diversidade e atualidade da reforma agrária brasileira - estudo dos assentamentos das regiões norte e nordeste.** Unesp; Fapesp; Presidente Prudente; 2008.

COCA, Estevan Lopoldo. **A SOBERANIA ALIMENTAR ATRAVÉS DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL:** O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA), NO BRASIL E A REDE FARM TO CAFETERIA CANADA (F2CC), NO CANADÁ. Tese de Doutorado; Presidente Prudente, 2016.

CONCRAB. **Cooperativas de produção – questões práticas**. Caderno de Formação nº21. v.2, abril, 1996.

ENTREVISTAS – realizadas em Trabalho de Campo *23-10-2016* –.Com **Tesoureiro da Cocapar** Gestão 2009. *Trecho de Entrevista, concedida em Trabalho de Campo -. Com **Associado da Cocapar** desde 2009. Com **Presidente da Cocapar** durante o ano de 2016.*

FABRINI, J. E. . **Concepções e práticas coletivas entre os camponeses.** Geografia (Rio Claro), v. 32, p. 571-585, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST; Documento Histórico**. Caderno de Formação do MST.** BRASIL; Movimento Sem Terra; N 09; 1987.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST; Documento Histórico. **Cooperação Agricola nos Assentamentos.** Caderno de Formação do MST. BRASIL; Movimento Sem Terra; N 09; 1994.

FERNANDES, Bernardo. **Sobre a Tipologia de Territórios**. Unesp, Presidente prudente; Outubro de 2008.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST**. 1979- 1999. Tese Doutorado; Presidente Prudente; UNESP; 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MARTIN, Jean Yves. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** Revista NERA; ANO 8, N.6; Presidente Prudente; Janeiro de 2005.

FELICIANO, C. F. **Território em Disputa: Terras (re) tomadas. Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema.** Tese de Doutorado, 2009. Disponivél na internet. USP, São Paulo.

FREIRE, Paulo**. Pedagogia da Autonomia**. 43.ed, Paz e Terra, 2011.

GAIARDO, Adelmir; *Documento do MST*. **Caderno de Cooperação Agrícola.** Nº 08; MST; SP; 1998.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V.J.; BUCHWEITZ, V.D. **Revisitando o Pronaf**: velhos questionamentos, novas interpretações. Revista de economia e Sociologia Rural (Impresso), Brasília, v.52, p.323-346, 2014. IPEA. avaliação da Situação de assentamentos da Reforma agrária no estado de São Paulo. Fatores de sucesso ou insucesso. Relatório de Pesquisa. Brasília, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios á Multiterritorialidade**. Porto Alegre, Setembro; 2004.

OLIVEIRA, A. R. de; HESPANHOL, A. N. **As Federações de agricultores como espaços de mediação organizativa e gestão territorial no Pontal do Paranapanema-SP.** In: ANAIS DO V ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA "AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS", UFSM, Santa Maria, 2009.

IPT – **Relatório de Impactos**. (Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 1981 a: 48. Relatório n 40.67.

KROPOTKIN; Piort. **O que a Geografia deve ser.** (Europa), 1885.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** São Paulo: Nova Cultural, (1899), Ed n º5;1986.

LEAL, Gleison. **Impactos Socioterritoriais dos Assentamentos Rurais do Município de Teodoro Samapaio- SP**. Unesp-FCT; 2003.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**; FCT_UNESP;1998.

MARINHO; F.D.P.; **O MOVIMENTO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO:** uma breve discussão teórica sobre o campesinato e a pequena produção rural familiar. São Paulo; 2003.

MAULE, Rodrigo; **Análise Territorial da Produção nos Assentamentos**. Brasília, 2005.

MAZZINI, Eliane de Jesus. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP**: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social ?; UNESP_FCT; 2007.

MARTINS, Adalberto. Cadernos das Experiências Históricas da Cooperação Nº 02 **– O Cooperativismo no pensamento Marxista.** CONCRAB; 2002.

MARX; Karl. **O Capital I, 6º capítulo.** "Capital constante e capital variável". (p. 224 a 236); 1889; tradução de Regis Barbosa; Brasil, 1988.

MORAIS, Clodomir**. Las Ligas campesinas de Brasil**. In: Organizaciones campesinas en América Latina. Houduras: Instituto Nacional Agrário, 1976.

MORAIS, Clodomir. **Caderno de Formação do MST.** BRASIL; Movimento Sem Terra; N 11; 1986.

MST; Documento Histórico. **Jornal do MST**. BRASIL; Movimento Sem Terra, Ano 1996.

MST; Documento Histórico. **Caderno de Formação do MST**. BRASIL; Movimento Sem Terra; N 09; 1993.

MST; Documento Histórico. **Caderno de Formação do MST.** BRASIL; Movimento Sem Terra; N 05; 1985.

MORENO, Karin Gabriel. **Geografia Agrária e Tecnologia**: Recursos tecnológicos como suporte para a organização dos dados da luta pela terra e da Questão Agrária no Brasil. FCT Unesp, Relatório Final CNPq; Presidente Prudente, 2013.

NUNES, João Osvaldo; PERUSI, Maria; PETERLINI, Gustavo**. Variações texturais dos latossolos vermelhos do assentamento rural Antonio Conselheiro - Mirante do Paranapanema/SP**. UNESP; Presidente Prudente; 2010.

ORIGUÈLA, Camila F. **A atualidade da luta pela terra no Pontal do Paranapanema - SP**. XIII Jornada do Trabalho; Presidente Prudente, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de**. A Geografia das lutas no campo**. 11ª edição revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2002.

PALMEIRA, Moacir**. Modernização, estudo e questão agrária**. Estudos avançados, São Paulo, USP, v.3, n.7, p. 87-108, set./dez, 1989.

PLOEG, J. D.Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Série Estudos Rurais, Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

PANACHUKI, Elói. **Infiltração de água no solo e erosão hídrica, sob chuva simulada, em sistema de integração agricultura-pecuária**. Dissertação de Mestrado; UFMS; 2003.

PADILHA, Drauzio. **CAC: coperativismo que deu certo**. Editôra Cupolo, SP; 1989.

PIMENTEL, Andréa. **AS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA COMO ALTERNATIVA PARA A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA.** Ufscar, São Carlos –SP; 2001.

ROCHA, Herivelto. **Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil: compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira**: estudo dos assentamentos da região centro-sul. Unesp; FAPESP; Presidente Prudente; 2008.

RIBAS, Alexandre. **Gestão político-territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP)** : uma "leitura" a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal). FCT-Unesp, 2002.

SANTOS, Milton**. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo**. Razão e Emoção.1° Ed. São Paulo, Hucitec, 1996.

SCHENEIDER, Sergio. **Reflexões sobre diversidade e diversificação:** agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. Ruris, v.4, n.1, 2007.

SCOPINHO, R.A. **Processo organizativo de assentamentos Rurais.** Trabalho, condições de vida e sustentabilidade. São Paulo: Annablume, 2012.

STEDILE, João Pedro. **O MST e a ocupação de terras.** 7 de abril de 2010. Disponível em: <www.mst/org.br> Acesso em 14 de Julho de 2016.

SILVA, Anderson; FERNANDES, Bernardo; VALENCIANO, Renata. **RIST - Relatório De Impactos Socioterritoriais: desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanema.** INCRA; NERA; Presidente Prudente (SP); 2006.

SILVA, Maria de Lourdes; SANTOS, Naiara**. Movimentos Sociais e o MST - Em Busca da Emancipação do Trabalhador Rural.** UNIMAR, Marília; 2009.

SOUZA, Rômulo. **O acesso às inovações nos sistemas da agricultura familiar tradicional e em assentamentos a reforma agrária**. UFF, Rio de Janeiro; 2006.

SOUZA, Fred Newton da Silva; ALVES, Juliana Mariano; D'Agostini, Luiz Renato. **Agricultores experimentadores: aprender com a experiência e experimentar para saber**. Palmas: UNITINS, 2008. 56p.

SOUZA; Vanilde, BERGAMASCO; Sonia. **O Processo de Desenvolvimento nos Assentamentos São Bento e Santa Clara - Pontal do Paranapanema SP**; Mirante do Paranapanema; 2004.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, 2013 – Secretária da Agricultura; Documento Oficial elaborado por técnicos e administradores; **Ofício S\A 486/2013**. Prefeitura Múnicipal de Mirante do Paranapanema (SP).

SEVERINO; Maico**. Organização e processos de trabalho em uma cooperativa do MST: debate teórico no contexto da empresa capitalista e da economia solidária**. Ufscar. Dissertação de Mestrado, 2006.

THOMAZ JR, A. **A territorialização do monopólio: as agro-indústrias canavieiras em Jaboticabal.** São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

VIANA, Gessilda. **O COOPERATIVISMO COMO ALTERNATIVA PARA OS ASSENTAMENTOS RURAIS COLETIVOS DOS MUNICÍPIOS DE QUERÊNCIA DO NORTE E PARANACITY/PR**; FCT- Unesp; Dissertação de Mestrado; 2003.

VASQUEZ, A. S. (1971**) Filosofia da práxis**. São Paulo: Paz e Terra.